

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU

INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ÉDER ALVES FERREIRA

EJA E EDUCAÇÃO POPULAR:

UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PMEA – PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS DA PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG (1990-2016).

Uberlândia - MG

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU

INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ÉDER ALVES FERREIRA

EJA E EDUCAÇÃO POPULAR:

UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PMEA – PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS DA PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG (1990-2016).

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Uberlândia - MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383e
2018 Ferreira, Éder Alves, 1987-
EJA e educação popular [recurso eletrônico] : uma experiência a partir do PME A - Programa Municipal de educação de Jovens e Adultos da Prefeitura de Uberlândia-MG (1990-2016) / Éder Alves Ferreira. - 2018.

Orientador: Sérgio Paulo Morais.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.913>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Educação popular. 4. Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos (Uberlândia - MG). I. Morais, Sérgio Paulo, 1972-, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

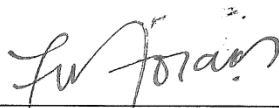
ÉDER ALVES FERREIRA

EJA E EDUCAÇÃO POPULAR:

UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PMEA – PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS DA PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG (1990-2016).

Uberlândia-MG, 12 de dezembro de 2018.

Banca de Defesa



Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes (Orientador)



Prof.ª Dr.ª Dilma Andrade de Paula - UFU



Prof. Dr. Paulo César Inácio - UFG

Dedico este trabalho à memória de minha avó, Maria José Alves (1932-2017). Mulher, que por assim o ser, foi privada de aprender a ler e escrever.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de expressar minha gratidão àqueles/as que estiveram presentes em minha trajetória não apenas durante a construção deste trabalho, mas que se transpuseram no tempo e no espaço, contribuindo, cada um à sua maneira, seja em afagos ou em árduas discussões, para que eu tivesse a astúcia da labuta de concluir mais esta etapa.

À minha família, especialmente minha mãe Ana Maria, minha irmã Patrícia e minhas sobrinhas Larissa e Sophia, que mais do que amor, são sinônimos de força e encorajamento às minhas pretensões e à minha avó, Maria José (*in memorian*), que sendo impedida de estudar, desconhecendo o “mundo letrado”, teve grande contribuição nas questões que trago neste trabalho.

Aos amigos/as que me acompanharam no decorrer do mestrado, sejam como colegas de classe, sejam envolvidos em discussões dos diversos temas que contribuíram para minha formação acadêmica e humana.

Ao professor Jean Luiz e às professoras Célia Rocha e Marta Emísia, pessoas com quem tanto pude aprender durante as disciplinas do programa e em especial à professora Regina Ilka que além de ministrar disciplina, me acompanhou em parte desse processo. Ainda, aos professores Gilberto César e Antônio Bosco pelas contribuições na banca de qualificação.

À professora Dilma Andrade de Paula e ao professor Paulo César Inácio, por aceitarem o convite para a composição da banca de defesa, trazendo tantos enriquecimentos nas considerações de suas avaliações.

E minha gratidão ao professor e orientador Sérgio Paulo, por sua disponibilidade e reciprocidade com a produção deste trabalho.

A todos e todas, muito obrigado!

RESUMO

O presente estudo buscou analisar o Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos (PMEA), em Uberlândia-MG, no período de 1990 a 2016, compreendendo como se constituiu, implantou e desenvolveu o programa, fazendo também um panorama da EJA no Brasil e no município de Uberlândia a partir da Constituição de 1988, momento em que se tem a discussão da redemocratização do ensino, após a ditadura civil militar. Partindo das diferentes relações entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular, este trabalho apresenta os conceitos de Educação popular, social e comunitária, abrindo para a discussão das características que aproximam e distanciam o PMEa desses moldes. Na apresentação do programa, são discorridas as características e especificidades de sua organização, sua atuação enquanto programa educacional e identificados os perfis existentes dos sujeitos que nesse se inserem. O estudo foi realizado tomando com base em pesquisa documental e bibliográfica, sendo realizadas consultas de documentos nos arquivos do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos localizado no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais (CEMEPE), tendo também como fontes entrevistas realizadas com alunos e alunas, além de visitas de observação nos diversos espaços de atuação do programa, sendo registradas informações de como se constituem esses espaços. Por fim, o trabalho busca retratar a importância que o PMEa tem para aqueles que não foram escolarizados em idade própria ou foram de forma insuficiente e discutindo, a partir das histórias dessas pessoas, os motivos de os mesmos terem sido privados da educação escolar, além de ser para muitos um espaço de convivência psicossocial.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Popular; Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos (PMEA).

SUMMARY

The present study aimed to analyze the Municipal program of Youth and Adult Education (PMEA) in Uberlândia-MG, from 1990 to 2016, comprising how it constituted, implemented and developed the program, also making an overview of EJA in Brazil and Municipality of Uberlândia from the Constitution of 1988, the moment in which the redemocratization of teaching is discussed after the military civil dictatorship. Starting from the different relationships between youth and adult education and popular education, this paper presents the concepts of popular, social and community education, opening up to the discussion of the characteristics that approximate and distance the Pmea of these molds. In the presentation of the program, the characteristics and specificities of its organization are presented, its performance as an educational program and identified the existing profiles of the subjects that are inserted. The study was conducted using documental and bibliographic research documents were consulted in the archives of the Youth and Adult Education center located in the Municipal Centre for Educational Studies and projects (CEMEPE), having also as sources interviews with pupils and students, besides observation visits in the various spaces of the program, being recorded information on how these spaces constitute. Finally, the work seeks to retrace the importance that the PMEA has for those who were not schooled in their own age or were insufficiently and discussing, from the stories of these people, the reasons that they had been deprived of school education , besides being for many a space of psychosocial coexistence.

Keywords: Youth and Adult Education; Popular Education; Municipal Youth and Adult Education Program (PMEA).

*"Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'.
É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no contexto social,
quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho".
"A alfabetização é mais, muito mais do que ler e escrever.
É a habilidade de ler o mundo."
(Paulo Freire)*

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEVIUDI	Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia
ASUL	Associação dos Surdos de Uberlândia
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEMEPE	Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz
CESU	Centro Escolar de Estudos Supletivos de Uberlândia
CERTO	Centro de Excelência em Reabilitação e Trabalho Orientado de Uberlândia
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPC	Centros Populares de Cultura
CPCTAL	Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler
D.A.	Deficiência Auditiva
E.E.	Escola Estadual
E.M.	Escola Municipal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUP	Federação Única dos Petroleiros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
INHIS	Instituto de História
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPF	Instituto Paulo Freire
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
NEJA	Núcleo de Educação de Jovens e Adultos
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMEA	Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SDB	Método Salesiano Dom Bosco
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SME	Secretaria Municipal de Educação
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I - A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, em Uberlândia e o PMEa	
1. O cenário da EJA no Brasil após a Constituição de 1988.....	22
1.2. Panorama do PMEa na Cidade de Uberlândia.....	27
1.3. O PMEa no Contexto Presente.....	34
1.4. Pesquisa Quantitativa PMEa.....	38
Capítulo II – A Educação Popular, o PMEa e a Constituição dos Espaços e Sujeitos	
2. O Formal e o Informal, a Educação Popular, Social e Comunitária em Perspectiva no PMEa	45
2.1. Os Diferentes Espaços do PMEa.....	52
2.1.2. Igreja Sal da Terra - Bairro Lagoinha	57
2.1.3. CERTO.....	58
2.1.4. Escola Municipal Ladário Teixeira.....	60
2.1.5. Crescer e Conviver III – B. Luizote de Freitas.....	61
2.1.6. Escola Municipal Professor Eurico Silva.....	62
2.1.7. Centro Espírita Joana D’arc.....	63
2.1.8. Grupo Martins Atacadista.....	65
2.2. Realidade Vivida: As Entrevistas Realizadas no PMEa.....	67
Conclusão	75
Fontes de Pesquisa	
Entrevistas	81
Documentos / Referenciais	96
Referência Bibliográfica	99
Anexos	
I – Ficha Individual e Histórico Escolar	103
II – Questionários	104
III – Mapa Setor Sul	105
IV – Mapa Setor Oeste	106
V – Mapa Setor Leste	107
VI – Mapa Setor Central	108
VII – Mapa Setor Norte	109

INTRODUÇÃO

Considero importante desde já ressaltar que este trabalho inicia-se ainda no curso de Graduação em História também nesta universidade, onde orientado pela Professora Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos, apresentei em 2016 a monografia com o tema: “*O Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos (PMEA) da Prefeitura de Uberlândia: História, Características, Atuação e Sujeitos*”, tendo este trabalho uma enorme contribuição no meu Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Pós-Graduação no Instituto de História e, consequentemente uma exímia importância nesta dissertação.

A EJA tem sido uma inquietação para mim antes mesmo do meu interesse e ingresso no curso de Graduação e depois, Mestrado em História, surgindo na experiência que tive como professor substituto em salas de EJA, onde naquele momento era graduado em Marketing e não em licenciatura, compreendi na realidade vivida nas salas de aula o universo bem disforme do que antes imaginava – alunos com idades tão heterogêneas e com as mais diversas experiências e motivos de ali estarem.

Desde a graduação, houve diversos fatores que muito contribuíram para esta maior aproximação com a EJA, como ser bolsista no PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) atuado neste projeto com a EJA, além de estágio supervisionado que foi realizado nesta modalidade. As discussões que ocorreram durante minha graduação nas disciplinas voltadas à educação e os Cursos de Especialização *Latu Sensu* em *Gestão, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar* (UNINGÁ, 2012) e *PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos* (IFTM, 2014) também tiveram uma contribuição ímpar para minha formação e consequentemente para esta pesquisa e dissertação.

Na Especialização em PROEJA foi quando conheci o PMEA (Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura de Uberlândia), por meio de uma das colegas de classe que coordenava o programa e o NEJA (Núcleo de Educação de Jovens e Adultos) – trazendo experiências do programa nas aulas, me interessei por compreender o que era este em especial, considerando os diversos relatos de experiências que os colegas traziam por uma turma era composta, em grande maioria, de professores/as de EJA de diversas realidades da cidade de Uberlândia e região.

Considero ainda, que ser servidor da rede municipal de ensino, embora atuando na Educação Infantil (2011 a 2016) e ter uma trajetória em EJA, foram fatores culminantes não

apenas na minha inserção desde o início da pesquisa para a graduação em 2015, mas também no ambiente que favorecia sua construção, onde avalio que foram pontos facilitadores entre os diálogos com professores/as, a disponibilidade em pesquisar dentro do NEJA/CEMEPE tendo acesso à suas documentações e principalmente, de coparticipar do PMEa por meio de reuniões pedagógicas, visitas técnicas nas salas de aula, formações, dentre outras, possibilitando participar das práticas e não apenas identificá-las durante minha pesquisa.

É importante ressaltar que durante o processo de decorrência do mestrado e da pesquisa, algumas foram as mudanças que compreenderam este trabalho, mudando o foco apresentado no projeto apresentado para inserção na pós-graduação. O projeto tinha como tema: *“Características e Perspectivas do Trabalhador e a Educação Popular: O Plano Municipal da Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura de Uberlândia no Ambiente Empresarial, Associações e Demais Espaços Sociais”*, objetivava

investigar a atuação da EJA da Rede Municipal de Educação de Uberlândia-MG (e o universo que a compõe) a partir do Projeto “SuperAção Educação” desenvolvido pelo Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) da rede municipal e que consiste na formação e atuação de salas de aula dentro de ambientes empresariais, associações e outros espaços comunitários, atendendo interesse de grupos/empresas que desejam receber em seus espaços escolarização para os servidores, associados e comunidade que, a esta, não tiveram acesso em tempo regular ou que almejam retomar os estudos.¹

Naquele momento, havia uma expectativa do NEJA de expandir o Projeto *SuperAção* que até o momento atuava apenas com salas no Grupo Martins, porém devido a dificuldades financeiras da prefeitura e até falta de organização de empresas para quem o projeto já estava sendo reestruturado, o *SuperAção* não expandiu, tendo encerrado suas atividades também no Grupo Martins, após os/as alunos/as encerrarem o 9º Ano da EJA no ano de 2016.

Percebi então que poderia mudar o foco do trabalho, não seguindo apenas a ideia de conhecer os trabalhadores que estavam no programa, mas buscar compreender as diferentes relações dos diferentes lugares e sujeitos ingressos do PMEa. Antes buscava ouvir os motivos de trabalhadores em buscar a escola depois de adulto, já compreendendo suas dificuldades e necessidade de alfabetização ou conclusão dos estudos nos ambientes empresariais. Ao aprofundar na pesquisa, reconheci um vasto campo desses mesmos trabalhadores também nas escolas, sendo que muitos se viam desempregados e julgavam que a “falta do estudo” era um dos motivos.

Ainda, frente a essa nova perspectiva, há o fato de para além dos espaços escolares e realidade dos trabalhadores, o PMEa está presente com salas de aula em associações e

¹ Do objetivo do Projeto apresentado para avaliação de ingresso no mestrado.

instituições com diversas especificidades, procurando abranger especialmente ou unicamente o público que a compõe, como a ADEVIUDI (Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia) que atende unicamente associados; a ASUL (Associação dos Surdos de Uberlândia), voltada para a comunidade dos surdos, mas não unicamente atende este público; o CERTO (Centro de excelência em Reabilitação e Trabalho Orientado de Uberlândia) que busca atender deficientes físicos; os Centros “Crescer e Conviver” que atende idosos acima de 60 anos e alguns espaços religiosos em bairros que atendem a comunidade em geral.

E assim sendo, encontrando essa diversidade, revi meu projeto a partir em especial da disciplina de Seminário de Pesquisa com a Prof^ª. Dr^ª. Marta Emísia e com a orientação no ano de 2016 da Prof^ª. Dr^ª. Regina Ilka, que me acompanhando desde a graduação e conhecendo o programa por meio do trabalho de monografia, contribuíram com questões que realocavam minha perspectiva de trabalho e, após dialogar com o Prof. Dr. Sérgio Paulo que deu continuidade à orientação a partir de 2017, pude traçar novos caminhos, trazendo a voz dos diversos sujeitos existentes no PMEa e assim, buscar o que é a educação para cada um deles: tanto enquanto espaço de escolarização como um espaço de socialização.

Por isso, acredito que desenvolver este trabalho foi não apenas um caminho de aprendizagens e descobertas sobre educação de jovens e adultos e de fazer-me historiador por meio da investigação, foi uma oportunidade de reconhecer a história de sujeitos e a importância que a escola tem, para além de seus muros – quando esta deixa de ser uma instituição e passa a ser uma rede de sociabilidade, um espaço de trocas de experiência, de múltiplas vivências, enfim, um espaço de constituição histórica dos sujeitos.

No primeiro capítulo, busco trazer um panorama da EJA no Brasil e no município de Uberlândia a partir da Constituição de 1988, considerando que no processo de qualificação da dissertação foi avaliado que, no trabalho de monografia, já havia uma vasta discussão do contexto da EJA num panorama geral desde sua institucionalização. Assim, fica então ao leitor a indicação também deste trabalho para uma melhor compreensão do tema.

Neste capítulo, há a abordagem da história do PMEa por meio de documentos institucionais junto a alguns dados estatísticos, problematizando a questão da sobrevivência da EJA, uma vez que esta sempre esteve às margens das políticas educacionais. O capítulo também apresenta algumas referências encontradas no “histórico oficial” do NEJA e junto, minhas inserções que foram possíveis na pesquisa de outras documentações encontradas e na experiência vivida no programa.

O acervo do NEJA é extenso (com pautas e relatórios de reuniões, fotografias, diversos materiais de discussão pedagógica, dentre outros), mas me detive em alguns recortes

possíveis de tais fontes, apresentando as que entendia como imprescindíveis e de maior relevância para tratar o tema, buscando inferir nessa “história linear” que aparece como “pronta” a partir de diversas perguntas que me surgiram ao contato com as fontes.

Para além dos documentos encontrados que me permitiram refazer em partes a trajetória do PMEa reescrevendo um pouco de sua história por meio de análise e interpretação dos mesmos, foi possível discorrer sobre o surgimento e continuidade do programa por meio dos documentos apresentados pelo NEJA, como o “*Histórico da Educação de Jovens e Adultos*” e o que aqui chamo de “*relato histórico*”, considerando que foram as principais fontes disponíveis no início da pesquisa e que me levaram à busca de outras. Partindo do acervo destes documentos, trago algumas conclusões oriundas da observação destes imbricadas na vivência que tive com o PMEa, buscando nos rastros das fontes e da realidade, elaborar uma melhor compreensão dessa trajetória.

Na busca por bibliografias que tratassem da temática, encontrei pesquisas destinadas à EJA e PMEa no município de Uberlândia, mas geralmente se referem às práticas pedagógicas ou políticas educacionais que cerceiam o programa, não dando ênfase aos sujeitos, o que acredito ser a muiteza deste trabalho.

Essas considerações são postas em especial para que seja sabido que o PMEa é também um espaço de luta para cada sujeito, pois considero que ele tem uma conotação bem mais importante do que o “aprender para”, fazendo com que cada pessoa tenha um engajamento no meio, com a perspectiva de perceberem-se como indivíduos que detêm direitos, inclusive à educação, devendo esse ser restituído pelos impasses que muitas vezes os impediram de frequentar a escola no período regular.

Como aponta a socióloga Sonia Kruppa (2005, p.36), a educação, para além da formação acadêmica, tem um sentido humanista e social, considerando que,

EJA está no contexto das políticas sociais de melhoria da qualidade de vida, que visam à inserção de milhares de pessoas numa sociedade de direitos. De um lado, compreender e buscar formas de superação para as discriminações de classe, de gênero, de raça e também de idade, frutos de um modelo econômico, social e político individualista e segregador, devem ser colocados no universo de seus objetivos. De outro lado, está a exigência da EJA de compreender e alargar as formas de organização presentes nas rotinas de sobrevivência dessa população, elementos de resistência a estas discriminações. Exemplificando, as formas de organização dessas populações trazem, por vezes, laços de solidariedade já não mais comuns no conjunto da vida social tal como ela se apresenta na ordem imposta pelo capital.

Nesse sentido, um dos principais pontos que entendo serem pertinentes na produção deste trabalho é a possibilidade de discussão sobre a atuação da EJA e sua realidade política

na contemporaneidade, justamente por acreditar que a educação torna-se uma responsabilidade de toda a sociedade, na medida em que os diversos agentes que nela atuam devem ter consciência do trabalho desenvolvido. Além de que, a sociedade como um todo deveria desempenhar o papel de fiscalizar e colaborar para que as políticas públicas asseguradas na LDB sejam empregadas, atentando-se para o retorno que a educação deve trazer, não apenas no que se refere enquanto formação acadêmica, mas também humana e social.

De acordo com os dados do último censo (IBGE, 2010), ainda há na cidade de Uberlândia-MG aproximadamente 17,9 mil pessoas analfabetas, sendo que 80% deles vêm de outras regiões do país. Dos 478.424 habitantes com mais de 15 anos, 3,8% (17.924) não sabem ler e escrever. A população total da cidade é de 604.013 habitantes. O índice de analfabetismo em Uberlândia é inferior à meta de 6,7% preconizada pela Unesco para o Brasil atingir em 2015.

Assim, embora a taxa do município esteja abaixo das médias nacional e estadual de analfabetismo², havia no momento dessa pesquisa (2015-2016) uma grande preocupação da Secretaria de Educação em avançar no trabalho de alfabetização, buscando inserir salas de aula em diversos espaços, na tentativa de atingir os diversos públicos e espaços em que estão os sujeitos ainda sem escolarização. Daí a importância do PMEA, que atua visando possibilitar a alfabetização “em qualquer tempo” dos sujeitos adultos, viabilizando um projeto que considere as especificidades diversas do público ao qual atende.

Felizmente, tive acesso livre às diversas fontes documentais que existiam no NEJA, que, no ano de 2017, deixa de existir com a mudança de governo e todo o trabalho que a antiga coordenação teve entre 2013-2016 de juntar documentos, produzir dados como os que aqui estão, correm o risco de se perder, pois em minha última visita ao Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE), fui informado de que além de o NEJA não mais existir, os documentos pertinentes à EJA e PMEA estavam sendo realocados em outros espaços – antes ficavam concentrados na sala do NEJA. Fatores assim, trazem novamente à tona as dificuldades que a EJA enfrenta em todo o país para manter-se e, principalmente, criar forças.

²Taxa de analfabetismo 2000 – 2010: Uberlândia 5,04% – 3,8%; Minas Gerais 10,9% – 7,6%; Brasil 12,9% – 9,6%. Dados apresentados pelo Jornal Correio (edição de 3 de julho de 2011, por Arthur Fernandes) com fontes no *Censo 2000 e 2010 do IBGE. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/uberlandia-tem-18-mil-pessoas-analfabetas/> Acesso em agosto/2017.*

Ainda neste capítulo, utilizei os dados e gráficos produzidos na ocasião da pesquisa monográfica, por acreditar que a pesquisa realizada entre 2015-2016 e a produção daquele trabalho não estava encerrado, ao contrário, abria para uma série de discussões acerca de quem eram os sujeitos que compunham os números dos gráficos, quais seriam suas trajetórias e principalmente o que os leva a procurar as salas de aula em suas diversas conjunturas e heterogeneidades de vida, retomei ali aquilo que mais me inquietava e desejava: ouvir os sujeitos. Assim, a vivência nas práticas do programa como participação em reuniões, formações, visitas, diálogos formais e informais, pesquisas em documentações diversas e as entrevistas, foi possível tecer a rede que resultaria na construção das questões entre PMEa e educação popular.

No segundo capítulo são apresentados os conceitos de “educação popular, social e comunitária”, com a intenção de trazer à luz o que se têm apresentado sobre o tema, para então discutir quais as afinidades e controvérsias do PMEa com tais conceitos, uma vez que

O conceito de “Educação Popular” tem hoje uma compreensão tão ampla que, dificilmente poderíamos encontrar algum educador contrário a ela ou que não se sentisse, de uma forma ou de outra próximo dessa concepção. Tornou-se um conceito tão vago quanto o conceito de democracia. Daí, ao se falar em educação popular, ser preciso esclarecer de qual educação se está falando. (Gadotti, 1991, p.45)

Preconizador da educação popular no Brasil, Paulo Freire constitui grande parte da discussão teórica aqui apresentada, seja com suas próprias colocações, sejam com autores que aprofundaram, discutiram e/ou fizeram inferências àquilo por ele apresentado, trazendo a realidade do campo político em que a educação atua, especialmente se tratando de educação com jovens e adultos, em que o processo de alfabetização deve fazer com que “o educando descobre-se como sujeito do processo histórico, inserindo a educação como um momento do processo de humanização” (Gadotti, 1991 p.27 *apud* Schmied-Kowarzik, Wolfdietrich, 1983, p.70).

Avaliando os diferentes processos e conceitos possíveis na Educação de Jovens e Adultos a partir das teorias apresentadas, entrelaçadas às experiências e realidades do PMEa, o trabalho avança para o reconhecimento da teoria e da prática dentro daquilo que é esperado e reconhecido no programa, primeiro nos espaços físicos das salas de aula, para depois buscar as histórias ali existentes, trazendo em ambas a sua pluralidade.

Temos ainda, neste capítulo, a discussão acerca de que nem toda educação de jovens e adultos, seja como programas como o PMEa ou o sistema instituído de EJA, se constituem

em educação popular – que, como um conceito, pode ou não estar presente nos currículos e na prática cotidiana do processo de escolarização. Segundo Oliveira (2010, p.104-105), a

Educação popular e educação de jovens e adultos são temas que, para leigos e/ou desatentos, podem parecer idênticos. Grosso modo, a argumentação é a de que o público-alvo é o mesmo e a responsabilidade de quem se dedica a essas modalidades educativas seria, sobretudo, a de reduzir o “drama” das populações desfavorecidas que não puderam frequentar a escola no tempo certo. Essa quase imediata identificação entre a educação popular, a EJA e os processos sociais de exclusão não ocorre por acaso. No entanto, para educadores que se ocupam dessas modalidades, em que pese o fato de elas se assemelharem, inclusive em suas trajetórias históricas, não se trata do mesmo tipo de prática educativa e nem, necessariamente do “mesmo” público. O que as une é sua origem e o fato de serem, ambas, tema secundário em relação aos interesses político educativos efetivamente abraçados pelos sucessivos governos do país. Não por acaso, a EJA é hoje uma modalidade educativa oficial, parte do sistema nacional de ensino e a Educação Popular ocupa outros espaços e preocupações, sobretudo de organizações do terceiro setor.

Como poderá ser observado, embora o PMEa não se constitua em modalidade de Educação de Jovens e Adultos enquanto parâmetro sistêmico instituído pelo Ministério da Educação, sendo um programa municipal independente, o mesmo é aqui apresentado como espaço de EJA, justificando-se pelo seu público e finalidade. Assim, vislumbrando as interfaces entre EJA e educação popular, buscamos avaliar as similaridades existentes no PMEa.

Para os relatos dos espaços das salas de aula, foram inseridos fatos narrados pelas professoras, para além da percepção e conhecimento que esses me mostravam. Assim, previamente, fazia uma entrevista informal com as professoras, perguntando sobre o ambiente, o trabalho com o PMEa em prós e contras, as dificuldades e perfil dos alunos e como o espaço favorecia ou não no cotidiano e esses dados muito contribuíram para a formulação deste trabalho como um todo. Na visita era registrada também a fotografia com os/as alunos/as e as professoras e como acontecia ao final das entrevistas (e consequentemente das aulas), alguns infelizmente já não estavam presentes porque precisavam sair mais cedo.

Além das salas que aqui apresento como uma amostragem, considerando a inviabilidade de entrevistar todos os alunos do programa e discorrer sobre todas as realidades onde este está, acredito ser importante citar que entre 2015-2016 visitei diversas outras salas do PMEa em espaços escolares e também em outras instituições como a sala na ADEVIUDI (Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia) que atende unicamente associados; a ASUL (Associação dos Surdos de Uberlândia), voltada para a comunidade dos surdos, mas que também atende outro público e outras diversas escolas. Essas visitas muito contribuíram para uma análise ampla do programa, até mesmo na formulação e condução das entrevistas,

pois em todas procurei dialogar com alunos e professoras, buscando compreender as diversas realidades.

A escolha das salas onde as entrevistas foram realizadas perpassou pelos principais critérios de atender regiões diversas – considerando que a centralização poderia apresentar um aspecto comum ao público e atender salas em espaços escolares e não escolares, além de diferentes turnos em que as aulas aconteciam. Ainda foram analisados fatores como a solicitude das professoras em me receber, bem como não atrapalhar atividades em determinadas salas, e os dias que as professoras me indicavam que seria mais propício para encontrar um maior contingente de alunos/as.

As entrevistas compreendem no total cerca de 6 horas de gravação e em geral são bem audíveis, mesmo tendo sido gravadas com o aparelho celular³. Cada entrevista – mesmo seguindo um script que se orientava pelas questões dos questionários de 2015, tem grande variação no tempo, dependendo de cada pessoa, pois teve entrevistas de pouco mais de 5 minutos como de 30 minutos.

Percebi que as pessoas com mais idade delongavam mais, até porque traçavam com linearidade sua história, muitas vezes acrescidas de riquezas de detalhes. Alguns se perdiam do que foi perguntado e eu buscava com muito jeito e empatia trazer novamente para a questão, buscando não tirar o foco da entrevista. Considero que minha facilidade em trazer pessoas para o diálogo foi de exímia importância para que as pessoas se sentissem à vontade para responder as perguntas. Sempre que possível eu tecia comentários que aproximavam daquilo que a pessoa me trazia, buscando fazer com que a entrevista fluísse em um diálogo natural e não apenas uma sequência de perguntas e respostas.

Por muitas vezes tive de segurar a emoção com tristes histórias e pessoas que também se emocionavam ao contá-las, mas não pude em nenhum momento deixar de demonstrar empatia, respeito e sensibilidade àquilo que ouvia. Nos relatos, trago aquilo que considero importante na vida das pessoas, mas, sem, no entanto, expor intimidades que acrescentam a este trabalho no seu todo, mas sem necessidade de apontar aos sujeitos entrevistados.

Com exceção da sala no Grupo Martins, as demais entrevistas foram autorizadas pelos entrevistados nos próprios áudios de forma coletiva que foi como as entrevistas se deram em grande parte e sempre me apresentava, bem como minha pesquisa (mesmo nas salas que já havia visitado) e era explicada qual a intenção das entrevistas e que a participação era voluntária – em algumas situações a professora ia dando andamento na aula com atividades,

³Os áudios foram salvos em MP3 e encontra-se com o pesquisador, junto a outros arquivos coletados e produzidos durante a pesquisa.

orientação e eu ia dialogando de carteira em carteira, mas em maioria acontecia como uma “roda de conversa”, onde a professora muitas vezes também tecia comentários junto aos alunos, trazendo-lhes à memória aquilo que conheciam de suas histórias e que julgava importante esses dizerem ou incentivando e parabenizando os mesmos por estarem frequentando a escola e estarem desenvolvendo bem.

Houve situações, em que as professoras faziam comentários discretos comigo, principalmente quando se tratava de alunos com dificuldades de compreensão pela idade avançada ou com deficiência e, ainda traziam situações que apenas foram postas nos relatos quando pertinentes e que não ofendiam a intimidade dos alunos. Acredito que, junto às entrevistas, é possível reconhecer a real face do PMEa por meio da experiência dos sujeitos que o compõe, buscando dar visibilidade ao programa partindo da sua importância para os diferentes modelos de alunos/as.

Para concluir, são apresentados alguns pontos observados entre o PMEa e os conceitos de educação popular, social e comunitária, que acredito ser o objetivo desse trabalho: reconhecer o que há de aproximação e distanciamento entre o programa e as discussões acerca desses conceitos, acreditando na importância do PMEa como espaço de resistência da EJA em Uberlândia, ainda que questionando as práticas do programa, quando esse se coloca como algo que “rompe com o modelo rígido da escola formal/regular, mas que como percebido, por vezes reproduz a educação bancária criticada por Paulo Freire, que para ele, é o modelo da educação que serve aos interesses capitalistas, seja com suas barreiras às práticas da educação para a transformação social, seja pelos conteúdos engessados num currículo que não atende à demanda sociocultural dos alunos.

Avalio que, quando tive a intenção de apresentar o Programa, não tinha ideia do quanto me envolveria com as histórias das pessoas que nele se inserem e que são o motivo do projeto existir. Durante a construção da pesquisa, encontrei com diversas histórias de mulheres que, como a minha avó Maria José, a quem dedico este, foram impossibilitadas de frequentar uma escola pelo simples fato de serem mulheres. As histórias que aqui se encontram, felizmente tiveram um destino de maior sorte do que minha avó, que junto à vida, foi levado o sonho de um dia aprender a ler e escrever.

Espero que este trabalho tenha condições de dar visibilidade ao Programa e seus beneficiados, pois ainda que esses sujeitos sejam um coletivo enquanto sala de aula, muitas vezes com trajetórias semelhantes, são indivíduos que trazem sua própria história e junto dela o sonho de aprender e que possa também abrir novos caminhos de pesquisa, despertando outras inquietações e possibilidades de investigação e pesquisa.

I.**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL,
EM UBERLÂNDIA E O PMEA****1. O CENÁRIO DA EJA NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988.**

Iniciativas do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) introduziram a obrigatoriedade de as indústrias e sindicatos de criar escolas de aprendizagem, bem como a centralização da educação, como o “Sistema S”⁴ que surgiu em 1940 e que ainda cumpre um papel importante na oferta de cursos profissionalizantes em todo o Brasil, nas respectivas áreas de atuação: indústria, comércio, agropecuária, entre outras e, mesmo sendo empresas privadas, são mantidas por contribuições estipuladas pela Constituição Federal de 1988.

No cenário brasileiro, diversas foram às campanhas de alfabetização de jovens e adultos, como: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB; Sistema Rádio Educativo criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio do governo federal (1961); Centros Populares de Cultura – CPC (1963); Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL, além das que também se viam em âmbitos estaduais e municipais. No entanto, prevalecia a ausência de políticas públicas efetivas nessas campanhas, não tendo uma continuidade que pudesse agregar qualidade na formação dos envolvidos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, reconheceu a educação como direito de todos, assegurando o ensino primário obrigatório a partir dos sete anos de idade, e para aqueles que iniciassem os estudos após essa fase poderiam ser formadas classes de aceleração ou cursos supletivos. Ainda nesse período, em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire, ainda no governo de João Goulart.

⁴Atualmente o “Sistema S” é formado pelas seguintes entidades: Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942); Sesi – Serviço Social da Indústria (1942); Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1946); Sesc – Serviço Social do Comércio (1946); Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (1972); Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (1991); Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (1993); Sest – Serviço Social do Transporte (1993) e SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (1998).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que foi criado em 1967⁵ tinha princípios opostos aos de Paulo Freire, pois ainda que tivesse como objetivo erradicar o analfabetismo visava principalmente preparar mão de obra para atender aos interesses capitalistas, além de não propiciar uma educação continuada a adolescentes e adultos, bem como não ter um foco na educação voltada à cidadania, como no projeto de Freire. O Mobral foi um desses movimentos que marcam o retrocesso do que vinha sendo conquistado.

A nova Constituição, promulgada em 1988, trata do direito à educação fundamental, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, preconizando, ainda, que isso ocorra sem distinção de raça, cor, gênero ou idade, além da igualdade de condições não apenas para o ingresso na educação, mas também sua permanência. Porém, considerando que nos anos 1980 começa a instauração da política neoliberal, as políticas educacionais foram diretamente afetadas impondo novas reformas educativas que implicavam em mercantilizar o processo educativo (Libâneo, 2012, p.13-28), incitando a lógica mercantil também nas relações educacionais.

O Brasil, que ainda vivia nesse período uma lenta e gradual mudança política, pois dialogava socialmente em prol da democracia e da cidadania, estava ainda se desgarrando das forças do regime militar que persistiam em muitos setores sociais, principalmente no campo político, desencadeando nos anos de 1990 uma concepção produtivista nas políticas educacionais, onde a educação é vista como preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho. Essa noção, difundida por organismos internacionais, como o Banco Mundial, confere à EJA um papel secundário nas reformas educacionais, visto que baseadas em relações custo-benefício é priorizada a educação de crianças e jovens em idade apropriada, deixando de lado a educação de jovens e adultos, ficando as políticas sociais e, conseqüentemente, as educacionais, subordinadas à lógica das exigências do mercado internacional, como aponta Jesus e Torres (2009, p.136):

Diante da enorme dívida social que representa a falência do sistema educacional brasileiro, não podemos ingenuamente aceitar o novo senso comum da retórica neoliberal, segundo a qual a educação deve sair da esfera das políticas públicas (incompetentes) e inserir-se na lógica (eficiente) do mercado, adotando os padrões produtivistas e empresariais da qualidade total, para assim, cumprir sua moderna função de formar cidadãos consumidores competitivos e empreendedores.

Um dos marcos que registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos é a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” realizada em Jomtien - Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. O evento inaugurou

⁵Sua criação se deu através da Lei 5.379/67 e foi instinto em 1985, durante o governo José Sarney.

um grande projeto de educação em nível mundial, para a década que se iniciava, financiada pelas agências UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. A Conferência apresentou uma “visão para o decênio de 1990” e tinha como principal eixo a ideia da “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. O Brasil, que estava entre os países que tinha a maior taxa de analfabetismo do mundo, foi chamado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década nos diversos âmbitos sociais para além da escola.

Os projetos de governo que seguiram nessa década com Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique (1995-2002), tinham como princípio uma política neoliberal de globalização, onde o Estado se via subjugado à iniciativa privada, inclusive repassado a estas empresas estatais e a educação não ficou fora dessa lógica mercadológica, pois, como nota-se, o próprio Banco Mundial já inseria suas iniciativas como a Conferência em Jomtien.

No período compreendido entre os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique, a EJA perdeu muito do espaço que havia conquistado enquanto política pública, deixando de participar das ações governamentais, pois o discurso neoliberal trazia a “solução” para o analfabetismo com a universalização do ensino básico de crianças e jovens em idade apropriada, desconsiderando aqueles que não tiveram acesso à educação. Para Vieira e Fonseca (2000), Desde o início dos anos 1990, a União tem transferido aos Estados e, principalmente aos Municípios, os encargos da EJA, buscando inserir e envolver organizações não-governamentais e a sociedade civil. Um dos marcos é o fim da Fundação Educar⁶, em 1990 – órgão este que desde 1986 vinha induzindo as políticas de EJA em todo País.

Vieira e Fonseca, ainda ao discutir a mercantilização da educação frente os “novos moldes” propostos a essa, ressaltam que a EJA, ao fugir da lógica comercial e produtivista, torna-se um “peso”, refletindo diretamente em seu afastamento das políticas públicas e assim, desprovendo-se de recursos.

Com as transformações do capitalismo internacional têm se atribuído à educação escolar um importante papel nas estratégias de modernização econômica. Em meio a um discurso produtivista que confere à educação escolar uma importante centralidade no desenvolvimento socioeconômico do País, tem se processado uma crescente desobrigação governamental face aos direitos sociais, dentre eles, os educacionais. A educação de jovens e adultos tem sido uma das modalidades de ensino alijadas deste processo. [...] As políticas neoliberais e neoconservadoras buscam aliar as políticas educacionais às lógicas do mercado. Assim, a educação

⁶A Fundação Educar foi criada em 1985 e instituída pelo Decreto nº. 92.374, de 6 de fevereiro de 1986, aprovando o Estatuto de Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR. A Fundação foi criada no Governo de José Sarney e encerrada no início do Governo Collor. Substituiu o Mobral e foi extinta em 1990, surgindo o (PNAC) Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania que só durou um ano.

adquire centralidade, estando associada a uma concepção produtivista de educação. (Vieira e Fonseca, 2000, p.1-2)

Ainda que entre 1991-2000 a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais tenha caído de 20,1% para 13,6%⁷, o Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, sendo que a metade está no nordeste⁸. Para o IBGE, é considerado analfabeto aquele que não sabe ler/escrever um bilhete simples. Tais estatísticas mostram o grande problema que é a educação no Brasil. No PMEA, como poderá ser constatado nos gráficos de pesquisa realizado, a maioria dos alunos que estão no programa é oriunda da região nordeste, o que faz com que sua trajetória histórica seja de grande importância para a compreensão da realidade posta sobre essa região no que tange ao analfabetismo.

Tal programa reflete a preocupação do então governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) em retomar os avanços sociais na educação, buscando políticas educacionais que pudessem resolver o déficit educacional e, em especial, que tratassem da diversidade na educação.

Para Sabrina Moehlecke, a SECADI visava a melhor forma de equacionar politicamente as várias demandas de grupos identificados por sua situação de discriminação e exclusão social e cultural. Segundo Moehlecke (2009 p.468),

A nova secretaria procurou aglutinar, em seu desenho institucional, programas, projetos e ações antes dispersas pelo Ministério, que vieram a compor dois departamentos, o de Educação de Jovens e Adultos e o de Educação para a Diversidade e Cidadania, este último subdividido em cinco coordenações gerais: Educação Escolar Indígena; Diversidade e Inclusão Educacional; Educação do Campo; Educação Ambiental; Ações Educacionais Complementares. A concentração de programas com questões, públicos, demandas e histórias tão distintas é defendida com base na aposta de que seria possível, por meio dessa nova configuração, fortalecer o trabalho desenvolvido em cada área específica e transversalizar a perspectiva da diversidade para as demais secretarias e ministérios.

Esta secretaria foi ainda responsável pela elaboração da “Coleção Cadernos de EJA” para o ensino fundamental de jovens e adultos (alfabetização até o 9º ano) e também pelo material “Trabalhando com a educação de jovens e adultos”, que aborda temas de como deve ser desenvolvido o trabalho com a EJA, sendo este material destinado ao professor. Tais materiais tem como objetivo apontar o que é a realidade das salas de EJA, dos alunos e o

⁷Fonte: **IBGE**. A pesquisa apresenta as taxas de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil, nas décadas de 1970 (33,60%), 1980 (25,50%), 1991 (20,10%), 2000 (13,60%). Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/biblioteca/274-teen/mao-na-roda/1721-educacao-no-brasil> Acesso em 12 Janeiro de 2018.

⁸Fonte: **Jornal Valor Econômico** (apresentando dados do IBGE). Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/5234641/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste> Acesso em 05 Fevereiro 2018.

quanto devem os profissionais que ali atuam serem sensíveis a todas essas especificidades. O que é importante, considerando que anteriormente não existia um suporte para os educadores, recorrendo estes, muitas vezes, a materiais utilizados na educação de crianças, não valorizando as tantas experiências já trazidas com os alunos de sua própria realidade adulta.

Ainda, um importante documento recente que visa refletir as práticas de EJA, é o “Marco de referência da educação popular para as políticas públicas”, que traz como fundamentação a retomada da ação de Paulo Freire, como apresenta o documento,

Da experiência com o Programa Nacional de Alfabetização no governo João Goulart à experiência de Paulo Freire como secretário municipal de educação em São Paulo, na gestão de Luiza Erundina, a partir de 1989, a Educação Popular consolidou-se no campo das práticas sociais e vem ganhando mais relevância em espaços institucionais. Este Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas reflete um novo momento na valorização destas práticas que acontecem dentro e fora do Governo Federal. Seu propósito é criar um conjunto de elementos que permita a identificação de práticas de Educação Popular nos processos das políticas públicas, estimulando a construção de políticas emancipatórias. Para sua concretização, coloca-se um desafio para todos os setores governamentais e da sociedade civil: torná-lo conhecido e assimilado entre todos os sujeitos e agentes que promovem ações educativas em diferentes frentes e campos de atuação e em todas as políticas públicas.⁹

Este documento, que se apresenta como uma referência em âmbito Federal, além de ressaltar a importância de “criar um conjunto de elementos que permita a identificação de práticas de Educação Popular nos processos das políticas públicas”, tem ainda como objetivo, promover um campo comum de reflexão e orientação da prática de EJA no conjunto de iniciativas de políticas sociais.

Assim, o Marco de Referência pretende apoiar os diferentes setores do governo em suas ações educativas e formativas para que, dentro de seus contextos, mandatos e abrangências, possam alcançar o máximo de resultados, avançando para uma concepção de educação em sintonia com as diferentes realidades e com a perspectiva da valorização dos saberes populares, da humanização e da emancipação popular.¹⁰

Embora a execução do objetivo deste documento e seu alcance estejam imbricados em dificuldades, não se pode deixar de considerar que é ferramenta de avanço para a persistência em políticas públicas de valorização da EJA enquanto Educação Popular que tem suas especificidades e que precisam de urgente atenção.

⁹Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. Brasília, 2014, p.5.

¹⁰*Ibidem*, p. 16.

A SECADI que, desde 2015, ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff e, especialmente, no de Michel Temer em 2016, é alvo de notícias duvidosas sobre ser extinta, o que fez com que diversos movimentos criticassem essa possível ação, considerando os avanços positivos que essa trouxe na articulação da inclusão e diversidade na educação. Acredito, assim como muitos educadores/as, que ainda que as notícias sobre a extinção da SECADI sejam especulações – e até o presente (2018) a secretaria esteja ativa, os recentes e recorrentes cortes na educação podem, sim, trazer grandes prejuízos em especial para a EJA e demais programas de inclusão, considerando que historicamente, como visto, o adulto não tem sido prioridade nas políticas públicas educacionais, ficando muitas vezes aquilo que “resta” para atender essa parcela da população.

Acredito que é nessa perspectiva que a Educação de Jovens e Adultos tem de se apoiar na contemporaneidade, sendo de fato um movimento de luta e resistência pelo direito à educação, considerando seus interesses diversos da educação de período regular, não por sobrepor-se, mas para que cada sujeito, em seu tempo, reconheça na educação a ação emancipatória que esta deve incutir em sua vivência e o PMEa, como se poderá notar, é uma dessas experiências que tem se mantido à duras penas, mesmo demonstrando toda a importância e significado que tem para os sujeitos nele atendidos.

1.2. PANORAMA DO PMEa NA CIDADE DE UBERLÂNDIA.

O PMEa era a sigla de “Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo”, tendo sido substituído por “Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos” em 2011, por entender que não apenas é inviável acreditar que haverá uma erradicação total do analfabetismo com o programa, mas ainda por compreender que este tem um sentido mais amplo no campo educacional para além de “ensinar a ler e escrever”, buscando viabilizar uma totalidade que o termo educação sugere.

Antes da abordagem específica da EJA, faz-se necessário contextualizar que Uberlândia é o segundo maior município do estado de Minas Gerais; o quarto município mais populoso do interior do país, um dos mais importantes centros regionais do estado; e, recentemente, sendo considerada uma das 20 melhores cidades para se viver, considerando a renda per capita e o índice de desenvolvimento humano, que é considerado alto, diante da média brasileira.

Neste cenário, diante de um município que recebe destaque nacional, este apresenta algumas divergências no campo educacional, e considerando sua importância social, fez-se necessário a implementação das propostas da EJA, para diminuir as disparidades no setor.

Com o fim do período da ditadura militar no Brasil, diversas áreas associadas às questões sociais, entraram em uma fase de emergência, as quais demandavam de transformações, que seriam possíveis com os possíveis indícios na época, com a retomada da democracia.

O município, nesse período de 1990, buscava referências na educação popular de Paulo Freire, contando, além do financiamento e suporte do Estado por meio dos programas Mobral e posteriormente Fundação Educar, com a participação da sociedade de modo geral, grupos religiosos, sindicatos, dentre outras organizações que almejassem meios de promover a disseminação da escolarização de jovens e adultos, e desta forma, fosse erradicado o analfabetismo no país.

O censo, realizado pelo IBGE, em 1980, em Uberlândia, revelou que 12,5%, da população de 15 anos ou mais era analfabeta. O atendimento a esta população ocorria por meio do Mobral, dos exames de massa realizados pela Secretaria Estadual de Educação e no Centro de Estudos Supletivos de Uberlândia, criado desde 1977. Com a posse do PMDB, no governo do Estado de Minas Gerais e no governo municipal de Uberlândia, buscou-se estruturar no município uma proposta voltada à educação de jovens e adultos. Os programas de EJA surgem ligados à iniciativa da prefeitura municipal e aos movimentos de associações de moradores. O atendimento a EJA foi possível a partir da ação conjunta do governo municipal e da sociedade civil, através dos movimentos de bairro. Adotava-se uma linha de educação popular, visando à valorização da atuação dos sujeitos envolvidos, resgatando a voz e participação da sociedade civil, por meio dos movimentos de bairro. (Vieira, 2000, p.6)

Até 1989, a EJA era de responsabilidade do Estado, conforme citado, pelos programas Mobral e posteriormente a Fundação Educar. No entanto, é possível perceber em documentos, que foram elaborados antes da implementação da proposta em Uberlândia, que os referidos programas, não mais atendiam os interesses do município, conforme é possível notar no Histórico da educação de Jovens e adultos.

Apesar dos avanços qualitativos, a nível nacional, o Projeto demonstrou pouca eficácia na superação dos problemas”. Evidenciou-se a improvisação das ações e o despreparo dos educadores, sendo portanto, interrompido, em 1990 e o projeto passou a ser administrado pelo próprio local.¹¹

¹¹Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Educação. Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE). Núcleo de Educação de Jovens e Adultos. **Histórico da educação de Jovens e adultos**. Uberlândia-MG. p.11. *(Não se tem o ano, mas o último documento anexo data o ano 2000)*. A coordenação do NEJA (2013-2016) desconhece a autoria e referências exatas do relato. Ao que parece, é um relato de memorização junto a algumas fontes.

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, por meio dos documentos disponíveis e utilizado como referência, abordar a trajetória do PMEa é um tanto complicado, pois há evidências de um esquecimento do que ocorreu, ou não se compreendia na época do que se tratava a EJA.

Os documentos analisados, permitiram, mesmo que de forma superficial, refazer parte da trajetória do PMEa, por meio da leitura e interpretação, vale ponderar a continuidade histórica descrita no material disponibilizado pela prefeitura de Uberlândia, intitulado “Histórico da Educação de Jovens e Adultos”, sendo uma das principais fontes desta pesquisa.

Na rede municipal. A EJA inicia-se por meio de projetos de alfabetização, mesmo não sendo este um dos objetivos do programa, no entanto, conforme os arquivos do NEJA possibilitaram observar que não há registros consistentes da criação do PMEa¹² ou como o programa surge, diante das diversas propostas de escolarização, EJA e PMEa, o que existe nos arquivos são breves e sucintos relatos das mudanças ocorridas e períodos distintos da história do município.

Em outro documento, também disponibilizado pela prefeitura municipal, intitulado “*Relato Histórico da EJA em Uberlândia*”, há um trecho do “*Projeto Municipal de educação de Jovens e Adultos*”¹³, em que o documento se refere à “*Operacionalização do Projeto: Mobilização*”. O que parece, ao ler este relato, é que em 1990 o PMEa simplesmente “nasce” na rede municipal, uma vez que o *Projeto Municipal de educação de Jovens e Adultos* nunca é citado na história da EJA/PMEa, pois o documento não foi referenciado no relato histórico.

Porém, ao encontrá-lo nos arquivos do NEJA, foi possível compreender que aconteceram diversas discussões para o planejamento de inserção do projeto, o qual gerou o referido documento, como também o “histórico oficial” que, em sua maior parte, trata-se de uma cópia. Neste sentido, compreender ambos materiais é importante no sentido de entender o surgimento do PMEa no município.

Desta forma, a trajetória do PMEa inicia-se com o objetivo de criar:

¹²Vale considerar aqui que o PMEa não é uma Modalidade de EJA, uma vez que não é regulamentado dentro dos padrões exigidos pelo MEC, sendo um programa específico do município de Uberlândia. Assim, indico ao leitor que o termo EJA refere-se às turmas de 6º ao 9º Ano (II Segmento) e o termo PMEa de 1º ao 5º Ano (que seria o I Segmento de EJA, caso estivesse configurado como Modalidade de EJA), embora mesmo dentro da Secretaria de Educação do município muitos servidores (inclusive de cargos de chefia) não têm “consciência” dessa “separação”, tratando toda a educação de jovens e adultos como EJA, não especificando PMEa (quando é o caso).

¹³Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Projeto Municipal de educação de Jovens e Adultos**. Uberlândia-MG, 1989. Este documento, composto de 15 páginas, trata desde a identificação do projeto até a planilha orçamentária do mesmo, indicando as responsabilidades e competências de cada ente envolvido, metodologias, abrangência da atuação e diversos outros pontos que julgo importantes para a viabilidade do projeto e, assim, sua aprovação pela prefeitura.

uma campanha de impacto, com objetivo de envolver e sensibilizar os diversos segmentos da sociedade, tais como: associações comerciais e industriais, empresas, Lions, Rotary e a população em geral, com o objetivo de encaminhar para as salas os alunos analfabetos, ou mesmo abrir espaço para o funcionamento de salas dentro das próprias empresas, sendo a Secretaria responsável pela assistência pedagógica e material, no caso das salas funcionarem nas empresas. Além desse processo, haverá ainda a mobilização constante nos bairros, feita via rádio, televisão, jornal e carros volantes.¹⁴

Nesta proposta inicial, o desenrolar do projeto ocorreria em cinco etapas, no período de 12/04/1989 a 28/06/1991, e em cada uma haveria distintas quantidades de salas, sendo: a primeira 70, a segunda 75, a terceira 80, a quarta 85 e a quinta 90.¹⁵ Por meio dos dados disponibilizados no documento, não foi encontrada nenhuma forma de avaliação do desenvolvimento do projeto inicial ou sua continuidade.

No entanto, consta neste documento, a informação, sendo escrita remetendo ao passado, de que houve em 1990 uma mobilização no município, para a concretização do PMEa “a partir de então, já concretizado, o PMEa – Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos iniciou um intenso trabalho de alfabetização de adultos”¹⁶.

Ainda na análise dos documentos, uma parte do texto, intitulado “*Proposta para melhor viabilização do trabalho do Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo para o ano de 1994*”¹⁷. Este documento dá indícios de uma avaliação do início do projeto, conforme mencionado em sua introdução:

O trabalho do P.M.E.A. ao longo de dois anos tem-se reafirmado no cenário Uberlandense como alternativa séria de alfabetização de adultos. Cabe a nós, educadores e administradores, arcarmos com este compromisso, aprimorando e ampliando o já realizado até o presente momento.¹⁸

No documento, é mencionada a importância da continuidade do projeto, pois este seria capaz de suprir o déficit social para os adultos em condição de analfabetismo; preocupa-se

¹⁴*Ibidem*, p. 07. É pertinente apontar que no “histórico oficial” este trecho (que aparece como um objetivo a ser cumprido no Projeto Municipal de educação de Jovens e Adultos) é apresentado como um dado ocorrido, ou seja, o que era antes um objetivo (no documento de 1989) torna-se algo transcrito como tendo sido concretizado, permitindo questionar se essa história (elaborada) pode não ser o que (e como) de fato aconteceu.

¹⁵*Ibidem*, p.10.

¹⁶Fonte: Relato Histórico do NEJA – Não há referências autorais. É utilizado pelo NEJA como composição da formação histórica do PMEa.

¹⁷Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Educação. Setor de Coordenação Técnica Pedagógica. **Consultoria do Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo**. Proposta para melhor viabilização do trabalho do Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo para o ano de 1994. Uberlândia-MG, dezembro de 1993. **NOTA:** Neste momento o PMEa era a sigla de “Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo”.

¹⁸*Ibidem*. Documento não paginado.

com as metodologias que têm sido utilizadas bem como a carga horária disposta; volta-se para a necessidade de firmar convênios, garantir permanência dos alunos, beneficiar e assegurar servidores (e estagiários) além de propiciar formação aos mesmos e estruturar um programa de pós-alfabetização nos moldes em que o projeto de alfabetização operava.

Adiante, o documento aborda a estrutura do projeto no ano de 1993, apresentado neste momento, de forma mais sistemática sua organização, considerando até mesmo a abrangência que este teve que, conforme evidenciado, era maior que do planejamento inicial.

Outra proposta mencionada no documento é a da questão curricular, esta deveria ser trabalhada de forma interdisciplinar e, a avaliação pretendida era para que o aluno pudesse seguir os estudos após a alfabetização. A princípio a metodologia trabalhada era o Método Salesiano Dom Bosco (SDB), inspirado nas cartilhas Caminho Suave e Sodré e no Método Cima. E, ainda aponta que a característica principal de tais métodos era a rapidez (propondo alfabetização em 72 horas) e a não exigência de especialização ou grande preparo de quem o aplica.¹⁹

Essas observações são importantes, pois, embora a questão pedagógica do PME não seja foco deste trabalho, não se pode desconsiderar o interesse e necessidade do projeto em repensar sua atuação e reavaliar suas práticas de ensino para posicionarem-se quanto os resultados educacionais esperados.

Uma observação sobre a cartilha utilizada, sabe-se que a Caminho Suave era direcionado para a alfabetização de crianças, revelando que não eram utilizados métodos voltados para uma EJA, que se referenciava em Paulo Freire e, assim, na perspectiva do aluno trabalhador e de sua “experiência de mundo”.

Dada essa realidade, houve já no início do trabalho a necessidade de sua reformulação, como se pode ver no documento:

Todavia, diante das características dos alunos (idade, dificuldade de memorização, auditivas e visuais, cansaço, etc...) verificou-se que a alfabetização não se realizava a contento no período esperado, uma vez que o SDB exigia grande memorização e retenção rápida, não se adequando às reais condições dos alunos. Por outro lado, devido a heterogeneidade da sala era preciso considerar o ritmo de cada um e a variabilidade imensa de conhecimento que os adultos traziam. Verificou-se então que alfabetizar não era simplesmente a aquisição de conhecimentos prontos e acabados. Era necessário redefinir o conceito de alfabetização e rever os resultados que pretendíamos ao final de 3 meses.²⁰

¹⁹*Ibidem*. Documento não paginado.

²⁰*Ibidem*. Documento não paginado.

Embora não queira prolongar acerca do pedagógico antes e hoje desenvolvido, tais afirmações são imprescindíveis para entender as mudanças ocorridas na estrutura do programa e que inferiram diretamente em sua formação até os dias atuais.

No último item do documento – *Parecer das Coordenadoras*, algumas dificuldades aparecem no desenvolvimento do projeto. Inicialmente pretendia-se a abertura de salas de aulas nas empresas, onde seria cedido 1h15min da jornada de trabalho do aluno para sua alfabetização, “mas que não teria sido viabilizado devido à recessão econômica”, não podendo o empresário dispor ao trabalhador este tempo.

Houve ainda indicação de atraso dos salários dos estagiários e dificuldades com os locais cedidos para as aulas, pois os proprietários reclamavam do aumento no consumo de energia, o qual a prefeitura não estaria subsidiando.

Não foram encontrados outros documentos que pudessem ser analisadas, senão o já referido histórico e diversos arquivos como fotografias (que carecem de legendas), instrumentais de reuniões dentre outros, no entanto, seria inviável o tratamento destes diversos materiais.

No ano de 1994 não são encontradas mudanças significativas no projeto, tendo este prosseguido conforme o previsto anteriormente, conforme relata as transcrições dos documentos. Posteriormente em 1995, ocorre uma modificação significativa no que tange ao quadro de professores, passado o PMEa a contar com professores formados no Magistério, substituindo os estagiários universitários que atuavam nas diversas áreas.

Esta “profissionalização” não apenas foi ao encontro das propostas de educação nacional, como também da intenção inicial do programa, sendo as professoras oriundas do mesmo bairro onde existia o projeto – indicado pela associação de moradores e selecionado pelo grupo de supervisores da prefeitura –, sendo pessoas próximas da comunidade que conheciam os alunos e a realidade destes. A continuidade desta empreitada aconteceu em 1996, quando o programa passou a contar com professores concursados da Prefeitura Municipal de Uberlândia, que atuavam nas séries iniciais regulares, fazendo “dobras” em seu cargo para atuarem na EJA.

As ações que foram sendo efetivadas desde a implantação do programa, possibilitaram que este tomasse corpo e se desenvolvesse, tornando possível oferecer o ensino pós-alfabetização de 1ª a 4ª série, a partir de 1997, quando o aluno concluía o Ensino Fundamental I, podendo dar continuidade aos estudos regulares na EJA.

No período de 1995 a 1997, tem-se na história da EJA no município diversas parcerias, visando especialmente o atendimento à alfabetização e conclusão do 1º e 2º grau para servidores públicos municipais e deficientes auditivos que, segundo os documentos, eram em número significativo em Uberlândia. Essas salas de aula estavam alocadas nas realidades próximas dos sujeitos que delas dependiam e, ao serem extintas, em 1998, concentrando-se nos espaços escolares, causou a evasão dos alunos que ainda não haviam concluído o *Ensino Suplência*.

O Ensino Regular de Suplência tinha um tempo médio de duração, sendo que o 1º grau era concluído em 1 ano e o 2º grau em 1 ano e meio em regime semestral, no qual o aluno tinha total liberdade de escolha das disciplinas a serem cursadas... O atendimento era feito em salas descentralizadas, escolas municipais, escolas estaduais, CESU e nas unidades SESI. Concomitante a este trabalho, era feito o atendimento aos portadores de deficiência auditiva (D.A.), pois o número de portadores em Uberlândia era significativo, portanto a Secretaria Municipal de Educação, preocupada em atender a esta população, criou o Ensino Regular de Suplência, adaptando-se à realidade dos mesmos. Os profissionais eram treinados para atender as especificidades desta clientela, que havia iniciado o 1º ou 2º grau, e não os tinha concluído.²¹

Até o ano de 2005 existiam salas de aula do PMEIA (da alfabetização até o 5º ano) em espaços não escolares e a EJA (alfabetização até o 5º ano) nas escolas, sendo que essas últimas eram “Modalidade de Ensino da EJA”. Esse quadro mudou neste ano, quando a Educação de Jovens e Adultos foi instituída como *Modalidade de Ensino* no município de Uberlândia, por meio do Decreto nº 10.079 de 11/11/2005 (Diário Oficial do Município) mediante as orientações da Lei Federal nº 9394 de 20/12/1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação), oferecida em quatro semestres, o equivalentes aos anos finais do Ensino Fundamental: 6º, 7º, 8º e 9º ano do *Ensino Fundamental*. A partir de então, todas as turmas do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), passam a integrar o PMEIA deixando assim, de ser Modalidade de Ensino, para ser um programa específico, com suas peculiaridades e especificidades, como será visto a seguir.

Ainda no ano de 2005 foi criado o NEJA (Núcleo de Educação de Jovens e Adultos)²², sendo o mesmo inserido no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta

²¹Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Educação. Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE). Núcleo de Educação de Jovens e Adultos. **Histórico da educação de Jovens e adultos**. Uberlândia-MG. p.17-18.

²²Durante a pesquisa aos arquivos (2015-16) o NEJA compunha os demais núcleos do CEMEPE. Tinha como colaboradoras, Maria Geralda Ferreira Santana (Coordenadora), Cláudia Aparecida Saramago Mendonça (Pedagoga), Selma Sousa Moreira Gomes (Professora de Língua Portuguesa - apoio) e Liliâne Ribeiro da Silva

Diniz (CEMEPE), ficando responsável pelo trabalho administrativo e pedagógico da EJA e do PMEa. As principais ações nesse momento foram a de sistematizar a proposta de trabalho a partir de eixos temáticos, sendo que os conteúdos básicos seriam trabalhados numa abordagem interdisciplinar, respeitando o ritmo e a experiência de vida dos alunos e alunas – característica identificada como necessária desde os primeiros anos de atuação do programa – tendo o núcleo à função de integrar e viabilizar tal proposta, acompanhando e formando os profissionais.

Na pesquisa que antecedeu a dissertação²³, o NEJA atendia um público de aproximadamente 3.094 alunos/as em uma média semestral de 66 salas de EJA e 51 salas do PMEa sendo que 35 são em espaços escolares e 16 são salas individuais (não escolares), situadas no perímetro urbano²⁴ e zona rural, com atendimento no período diurno e noturno.

1.3. O PMEa NO CONTEXTO PRESENTE.

O PMEa é um programa de cunho público, mantido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e foi regulamentado no ano de 2011, embora como supracitado, exista desde 1990. Com essa regulamentação sua atuação foi formalizada, indicando as características de como e para quais sujeitos o programa se destina.

Decreto nº 12.623, de 5 de janeiro de 2011. Dispõe sobre o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos na Modalidade da Educação Não Formal nas escolas municipais de Uberlândia.

O Prefeito de Uberlândia, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 45, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e com fulcro nos artigos 4º, 5º, 37, 38 e 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; nas Leis Federais nºs 10.097, de 19 de dezembro de 2000 e 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA) e suas alterações posteriores, e no Decreto Municipal nº 10.724, de 19 de junho de 2007;

Considerando a necessidade de proporcionar ao aluno com defasagem com relação à idade e ao ano de escolaridade a oportunidade de reestruturar com qualidade sua aprendizagem por meio da aceleração dos estudos;

Considerando que os jovens e os adultos trazem consigo uma bagagem de conhecimentos e vivências próprias e, por isso, devem ser atendidos dentro de suas especificidades, levando em conta suas características inerentes, seus interesses, condições de vida e de trabalho;

(Professora de Ciências - apoio). Os núcleos do CEMEPE deixaram de existir com a posse do Prefeito Odelmo Leão (2017), passando o CEMEPE a ter uma nova configuração em sua organização.

²³Dados do ano de 2015 – 1º semestre.

²⁴Ver Mapas a seguir. A sala de aula da Zona Rural não encontra-se nos mapas. A mesma fica a cerca de 30km do perímetro urbano, na Fazenda Douradinho - BR 497 KM 49.

DECRETA: Art. 1º Fica disciplinado o funcionamento do Programa Municipal de Jovens e Adultos PMEa, correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) na rede municipal de ensino de Uberlândia.

Art. 2º A Educação de Jovens e Adultos na Modalidade da Educação Não Formal será oferecida aos jovens e adultos com idade mínima de 15 anos completos no ato do ingresso que não tiveram acesso a escolaridade ou continuidade de estudos correspondentes aos anos iniciais do ensino fundamental na idade própria prevista em lei.

§ 1º Terão direito à efetivação da matrícula no ensino noturno candidatos maiores de 14 (quatorze) anos, que participam do Programa Menor Aprendiz.

§ 2º O menor aprendiz só terá a matrícula efetivada mediante a apresentação da Carteira de Trabalho (CTPS), declaração do empregador ou declaração de trabalho autônomo.

Art. 3º O atendimento aos alunos com escolaridade equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental compreenderá 15 horas semanais de atividades em salas localizadas em empresas, entidades religiosas, associações de moradores, escolas e em pontos estratégicos, nos diversos bairros de Uberlândia, constituindo turmas conforme nível de aprendizagem.

§ 1º O atendimento do PMEa será feito por professor habilitado, que desenvolverá conteúdos vinculados à vivência, realidade e características próprias do aluno.

§ 2º O aluno com pré-requisitos para ingressar no 6º ano/6º período será submetido ao processo de classificação, conforme dispõe o artigo 24, II, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 3º As turmas serão constituídas com o mínimo de 20 (vinte) alunos. Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 5 de janeiro de 2011. Odelmo Leão – Prefeito.²⁵

Como visto no decreto de sua regulamentação, o programa visa atender aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escolaridade na idade certa ou que por motivos diversos, interromperam seus estudos. O mesmo constitui-se como uma *Educação Não Formal*, tendo a “equivalência” do Primeiro Segmento de EJA – corresponde à alfabetização e aos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Com a proposta de “informalidade”, o programa propicia flexibilidade quanto à organização do tempo e espaço escolar, uma vez que não sendo regido pelo Sistema Nacional de Educação, tem autonomia para desenvolver um trabalho com características próprias, formulando ações que atendam suas especificidades, estando essas em consonância ou não com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

²⁵Fonte: Diário Oficial do Município de Uberlândia. **Decreto nº 12.623, de 5 de janeiro de 2011**. Dispõe sobre o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos na Modalidade da Educação Não Formal nas escolas municipais de Uberlândia. Ano XXIII Nº 3576. Uberlândia - MG, 07 de janeiro de 2011, p. 01 - *grifos do autor*.

Os principais objetivos do programa pautam-se em possibilitar aos jovens e adultos: retomar seus estudos, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, oferecendo a oportunidade de alcançar um padrão mínimo de aprendizagem e propiciar uma preparação básica para o trabalho e a cidadania, e dando continuidade ao processo de construção de conhecimentos, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.²⁶

Nessa perspectiva, entende-se que o programa é estruturado para atender trabalhadores, jovens, adultos e idosos, que consideram inviável cumprir carga horária e demais regulamentos do “ensino formal”, bem como aos que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria ou que desejam concluir seus estudos.

As salas do PMEa podem ser implantadas em locais disponibilizados na área urbana ou zona rural do município de Uberlândia, observando-se o quantitativo mínimo de 20 alunos para o funcionamento, e tendo consonância com as condições do espaço físico disponibilizado. A abertura de novas salas pode acontecer em qualquer época do ano, em face à demanda da comunidade, por meio de contatos realizados pelo Núcleo.

No entanto, há uma “lista de espera”, uma vez que a prefeitura não consegue atender todas as demandas por falta de recursos, cabendo ao NEJA orientar que os alunos nesta situação, encontrem uma escola ou sala do programa mais próxima à comunidade que procura atendimento e não é atendida.

Todas as salas, independente do espaço onde estão, permanecem sob a responsabilidade administrativa e pedagógica da equipe de coordenação do programa (NEJA), instalada no CEMEPE (até o ano de 2016). Segundo a coordenadora do núcleo seriam necessários mais profissionais para o atendimento, uma vez que a pedagoga (supervisora escolar) é responsável por um contingente grande de professores, muito maior do que a realidade das escolas da rede, o que pode muitas vezes precarizar o trabalho.

Segundo a pedagoga do programa, a equipe de professores do PMEa e EJA “andam muito sozinhos” e os encontros e reuniões nem sempre são suficientes para reconhecer o verdadeiro trabalho desenvolvido nas salas de aula, assim ela busca acompanhar com maior frequência os que apresentam maiores dificuldades, o que não seria o ideal, mas o que é possível.

²⁶Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia – SME. Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE. Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – NEJA. **Caderno de Orientações Eco-Político-Pedagógicas**. Coordenação: Viviane Silva Ambrósio Souza. Uberlândia-MG 2012 (p. 14-15) – Das finalidades e objetivos do programa.

As matrículas são realizadas de forma direta, nas salas de aula, feitas pelos próprios professores e depois encaminhada para o NEJA para serem efetivadas. O público alvo são pessoas a partir de 15 anos, mas são feitas matrículas para pessoas com idade inferior, geralmente sujeitos com encaminhamento da justiça, da Secretaria de Educação ou similares.

O ingresso no PMEIA pode acontecer em qualquer momento do período letivo – justifica-se por não haver o rigor do sistema da EJA, que possui carga horária e dias letivo estabelecidos, e também devido o processo de alfabetização ser contínuo e as salas serem multiseriadas. A coordenadora do NEJA exemplifica que, como são realizadas avaliações semestrais, ao fim do semestre, os alunos que ingressam mais ao fim do semestre letivo são prejudicados e às vezes não aprovados, mas não é empecilho para a matrícula ocorrer em qualquer momento.

Como citado, as salas são multiseriadas, ou seja, estudam alunos que estão sendo alfabetizados, e também aqueles com conhecimento um pouco mais avançado, ou com a maior parte do exigido para concluir o 5º ano. As disciplinas são ministradas de forma articulada, divididas em áreas, sendo: *Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências da Natureza*.

Há uma questão contundente nesse processo: as disciplinas são “articuladas”, porém na avaliação de classificação, o aluno faz uma prova para cada área de forma separada, o que possibilita questionar sobre essa articulação dos conteúdos. Segundo a pedagoga, os planejamentos dos professores bem como suas aulas deveriam trazer os conteúdos de forma integrada, mas na prática isso nem sempre acontece.

A certificação do aluno após sua classificação para o Ensino Fundamental II é feita pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Amanda Carneiro Teixeira. A classificação de Lei 9394/96 Art. 24, Inciso II, Alínea C²⁷ é necessária para que o aluno consiga se matricular no Ensino Fundamental II (II Segmento de EJA). Assim, no histórico escolar ficam-se registradas as notas das áreas citadas apenas no “campo” 5º Ano²⁸, com a observação da referida lei, sendo que o mínimo para a promoção do aluno é 60% e a classificação por área é exigência do MEC, daí a dificuldade de avaliar de forma integrada os conteúdos.

²⁷Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

²⁸Ver anexo I – Ficha Individual de Histórico Escolar – Os dados do aluno foram omitidos preservando sua identidade.

No capítulo seguinte, teremos a oportunidade de conhecer mais de perto quem são os sujeitos que compreendem o PMEA, pretendendo não apenas mostrar a perspectiva de educação social que esse tem, mas a importância que essa proposta de educação traz para essas pessoas. Seja visando ingresso e permanência no mercado de trabalho ou um “passatempo útil” (e essa referência de utilidade não é do tempo, mas da própria pessoa), a educação apresenta-se nesse espaço como uma perspectiva de qualidade de vida. Daí acredito ser importante trazer a voz desses que no dia-a-dia fazem da escola, e de qualquer lugar onde a figura dessa esteja, um lugar especial. Um espaço de convivência, de troca de experiências e de novas aprendizagens.

1.4. PESQUISA QUANTITATIVA PMEA.

No ano de 2015 foi elaborada uma pesquisa para reconhecimento do perfil dos alunos do PMEA, com a intencionalidade de avaliar alguns quesitos de caráter quantitativo e qualitativo dos alunos matriculados no programa.²⁹ No momento em que a avaliação foi desenvolvida (mês de outubro a novembro), havia 905 alunos matriculados, porém como se pode perceber, a pesquisa atingiu 596 alunos, correspondendo apenas cerca de 66% do total.

No processo do mestrado, para a escrita da dissertação, surgiu a questão de trazer novamente os gráficos antes trabalhados no trabalho de monografia que desenvolvi na graduação³⁰. A viabilidade se deu uma vez que o público, ainda que não fosse exatamente o mesmo, aparentava semelhanças e que a disposição de tempo para uma nova pesquisa era inviável sendo, portanto, as entrevistas e as visitas às turmas que teriam condições de expandir as experiências dos sujeitos bem como mostrar com maior propriedade suas características.

Embora os gráficos seja uma exposição do PMEA em números quantitativos, as perguntas existentes nos questionários oferecem uma visão da realidade existente. No gráfico IX “Nascido/a em Uberlândia”, como havia um campo aberto, destinado a indicar a naturalidade (caso a resposta fosse ‘não’), procurei fazer o compilado dos estados, apresentando a pluralidade desses.

²⁹O questionário encontra-se no Anexo II. Os que foram respondidos encontram-se à disposição no arquivo do NEJA para possíveis conferências de informação dos dados por mim compilados.

³⁰FERREIRA, Éder Alves. **O Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos (PMEA) da Prefeitura de Uberlândia: História, Características, Atuação e Sujeitos**. INHIS-UFU, 2016.

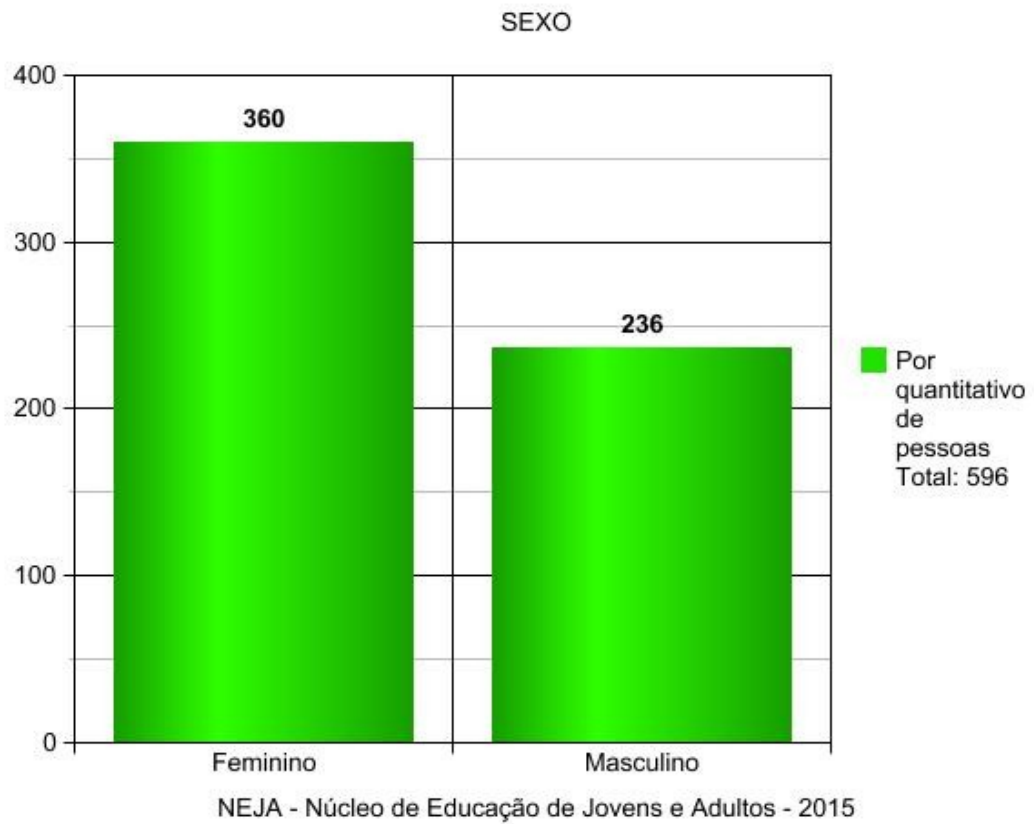
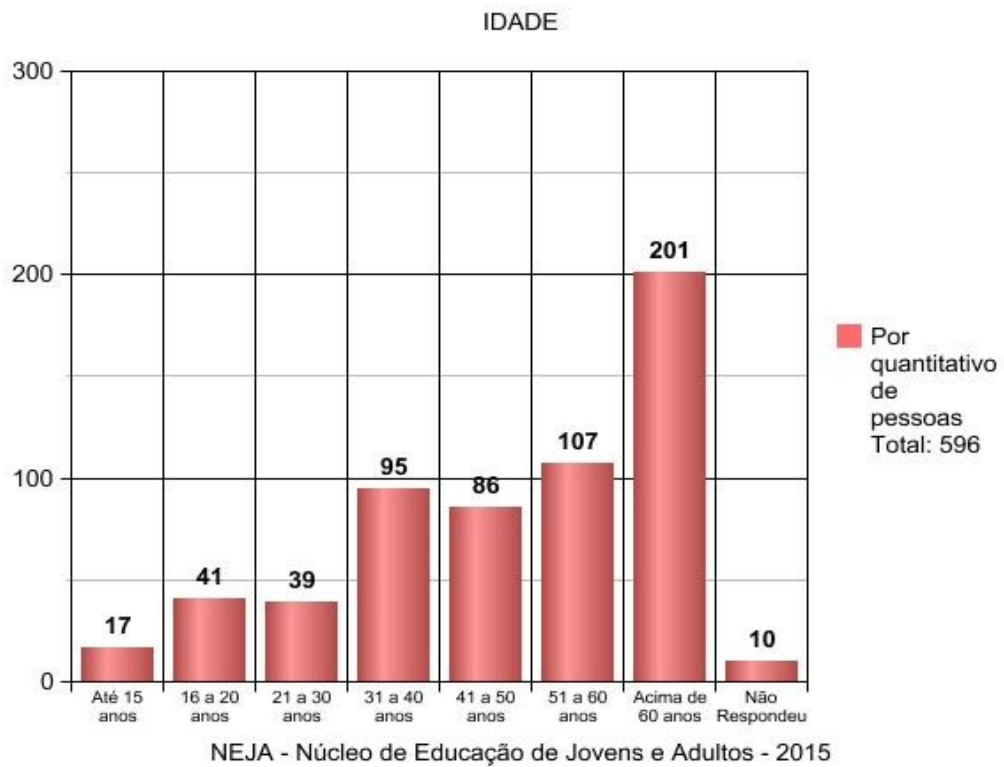
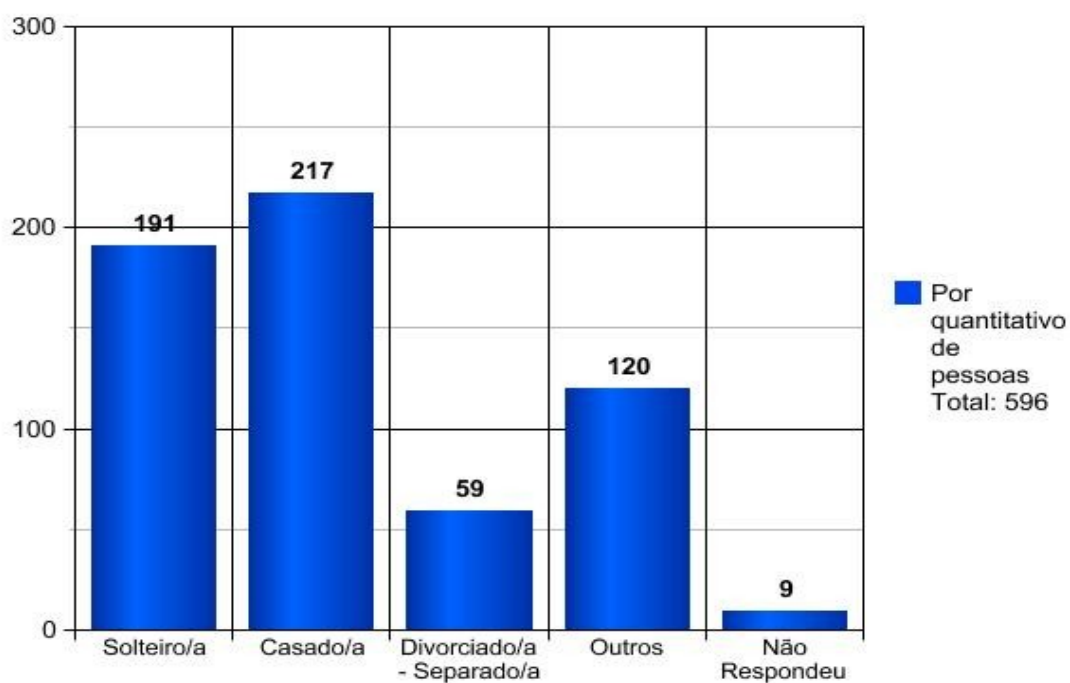
GRÁFICO I**GRÁFICO II**

GRÁFICO III

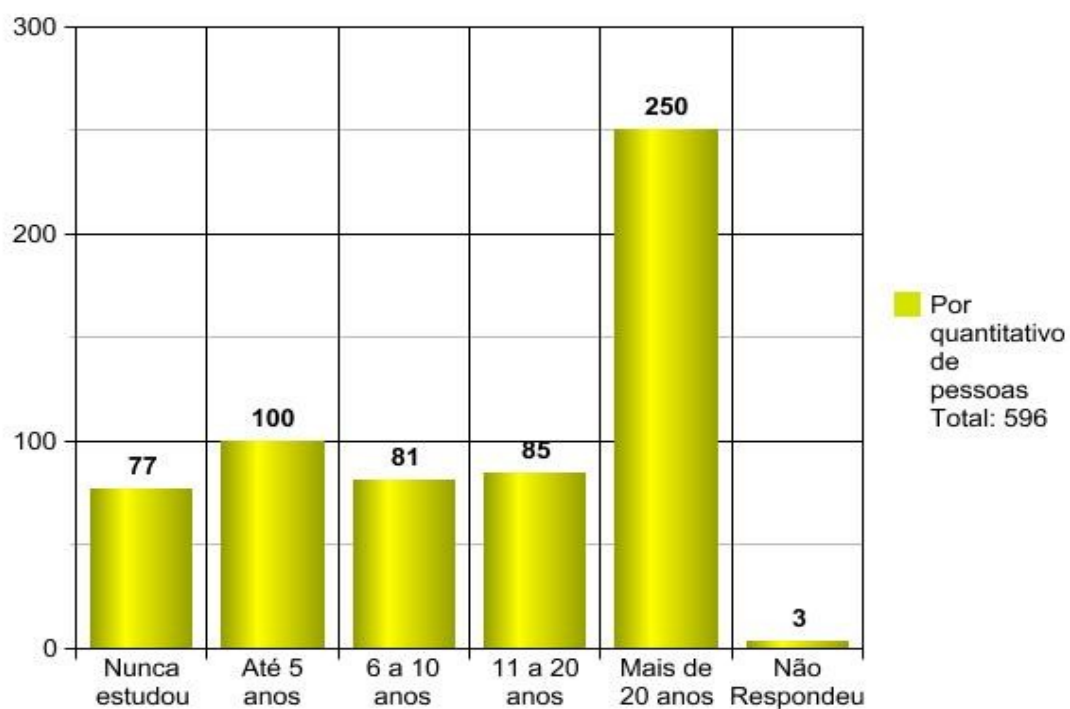
ESTADO CIVIL



NEJA - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - 2015

GRÁFICO IV

TEMPO SEM ESTUDAR ANTES DO PMEA



NEJA - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - 2015

GRÁFICO V

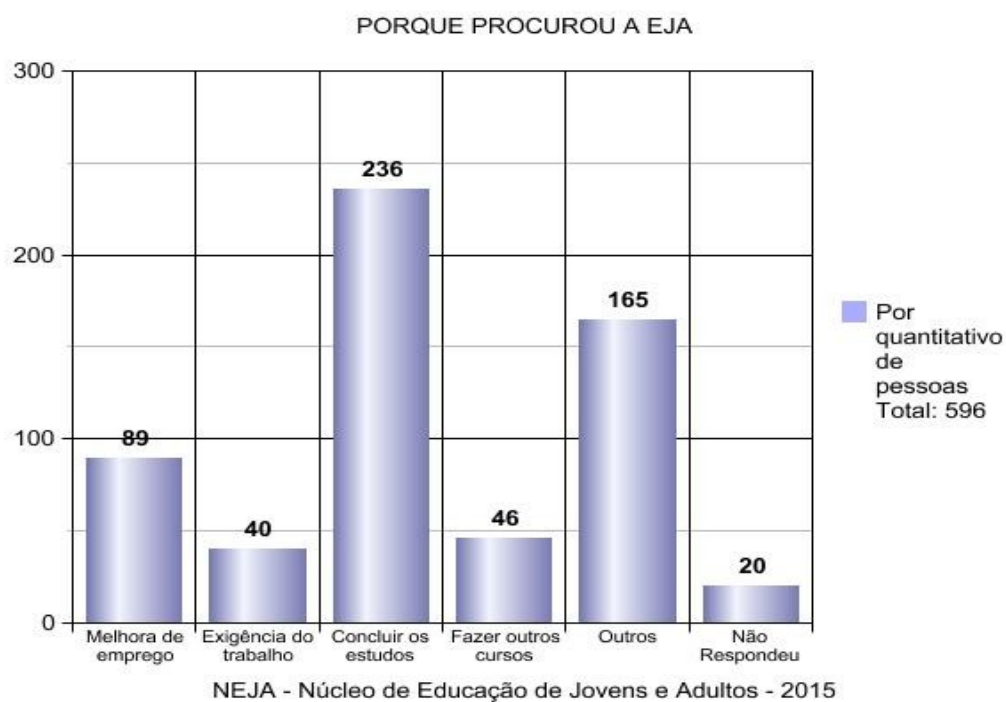


GRÁFICO VI

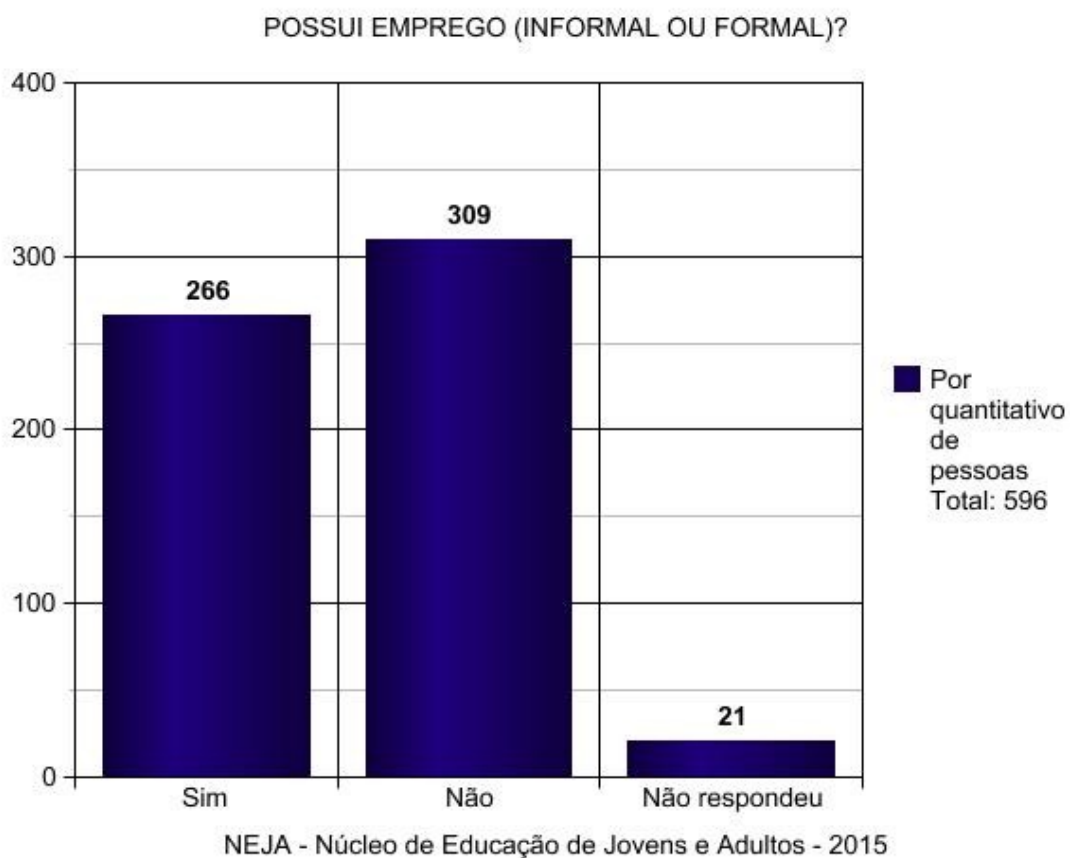
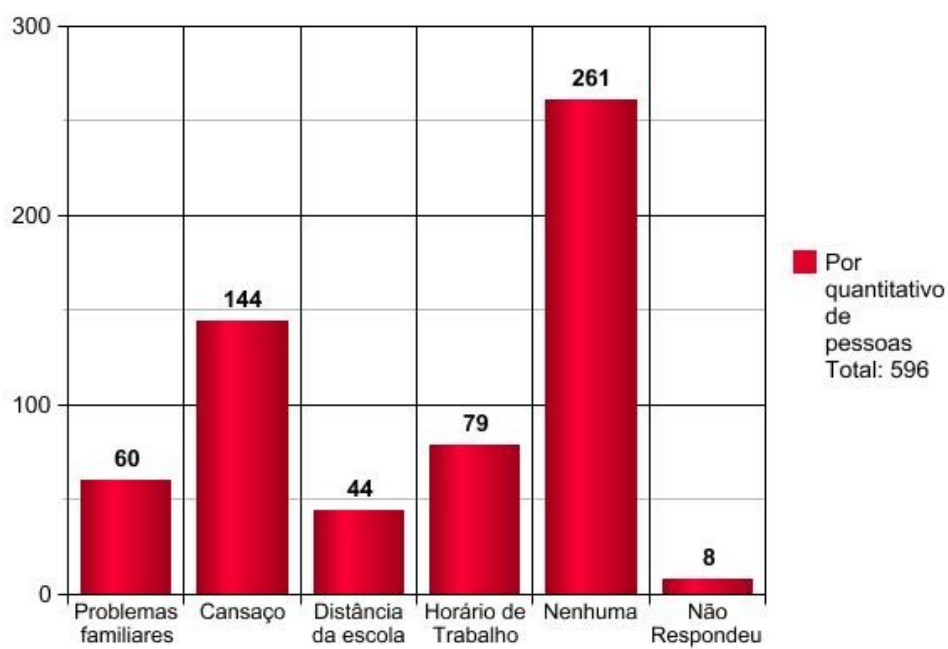


GRÁFICO VII

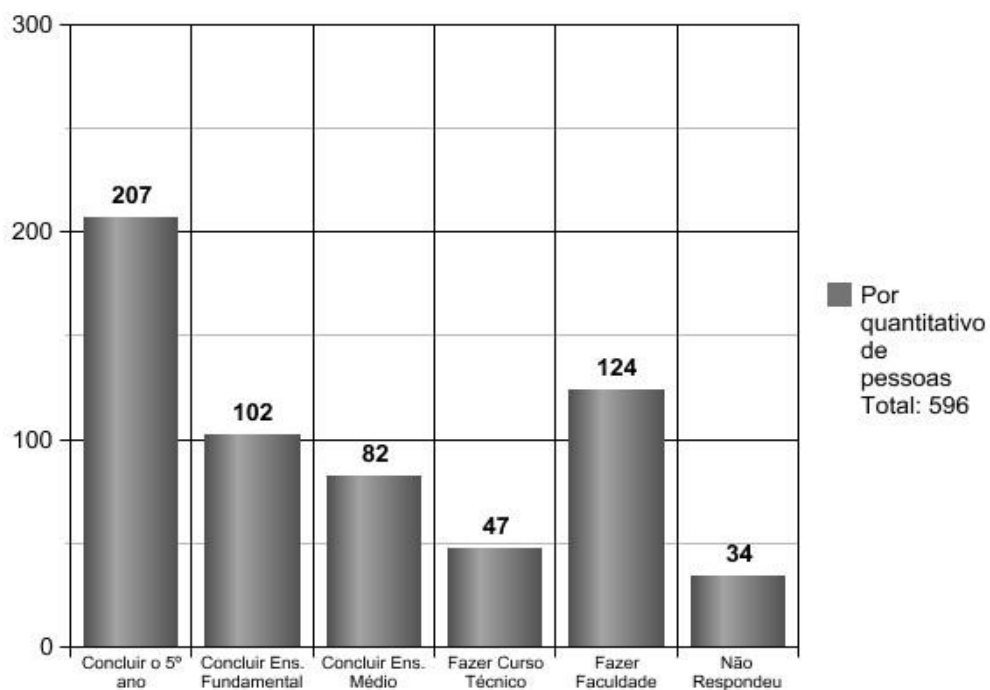
PRINCIPAL DIFICULDADE ENCONTRADA EM CONTINUAR ESTUDANDO



NEJA - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - 2015

GRÁFICO VIII

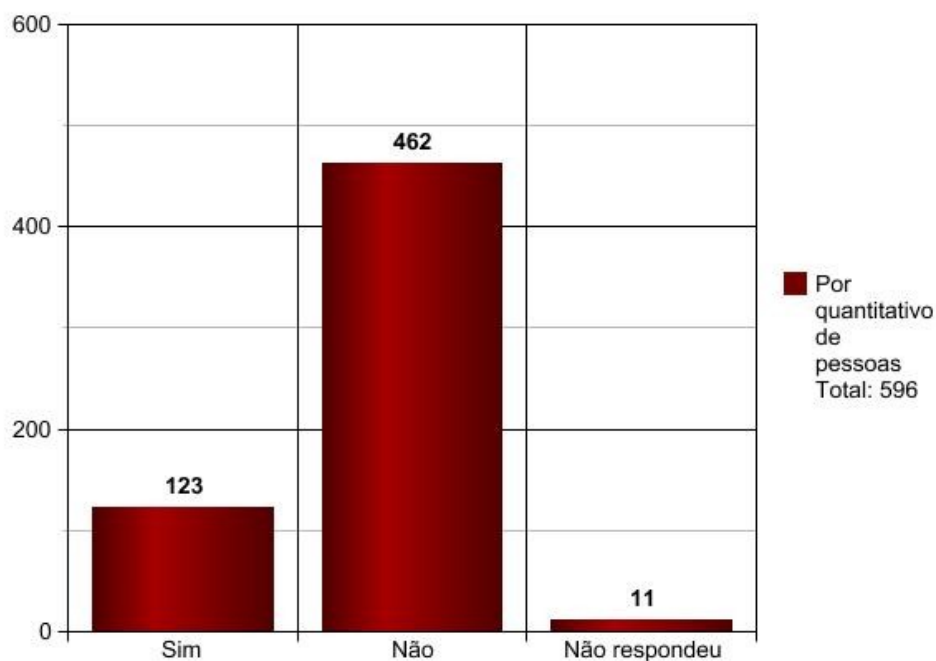
ATÉ ONDE PRETENDE SEGUIR COM OS ESTUDOS



NEJA - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - 2015

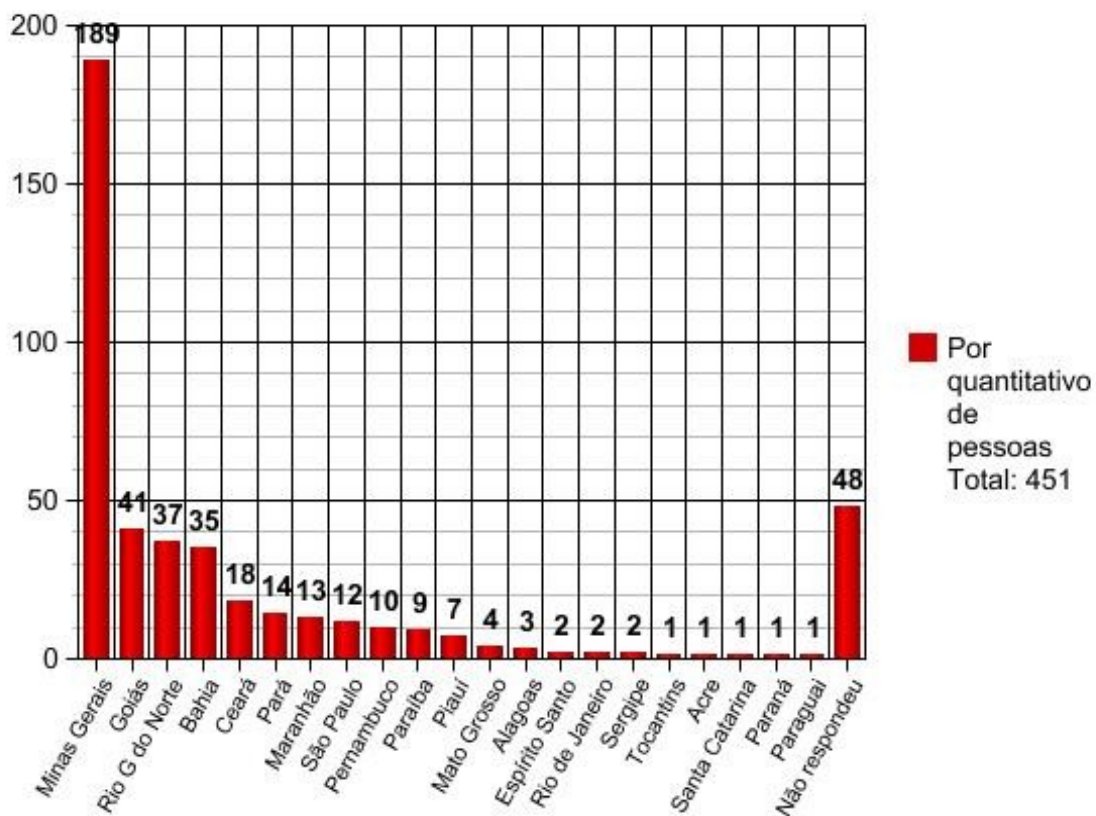
GRÁFICO IX

NASCIDO/A EM UBERLÂNDIA-MG?



NEJA - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - 2015

ESTADO / PAÍS QUE NASCEU (SE NÃO EM UBERLÂNDIA - MG)



NEJA - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - 2015

Ainda no trabalho de monografia, para além da compilação dos dados, foram feitas algumas avaliações, que acreditava serem pertinentes, a partir das minhas experiências vividas nas salas já naquele momento, visando apresentar uma melhor compreensão da realidade dos sujeitos. A partir desses questionários, considerei (desde as discussões à priori sobre as questões e método de avaliação dos questionários), que o produto dos mesmos seria ainda mais rico se pudessem ser integradas questões abertas, onde os sujeitos pudessem se expressar livremente, inclusive relatando a trajetória que os fizeram procurar e se inserir no PMEa.

Compreendendo então que a leitura dos questionários por meio dos gráficos não pudesse ser feita de forma isolada, considerando que cada sujeito às respondia no conjunto – por isso a opção de fazer naquele momento as considerações em cada gráfico (produto das questões).

No entanto, como exposto na introdução deste trabalho, para além das minhas próprias interpretações a partir das experiências e dos questionários, desejei mais. Queria conversar com os sujeitos, saber sua trajetória escolar (ou a falta dela) e o que os impulsionava a buscar o PMEa e/ou continuar ali.

A partir da realidade exposta, no próximo capítulo será apresentada uma discussão entre PMEa e Educação Popular, procurando pontuar suas afinidades e distanciamentos. Também serão apresentadas as entrevistas, que acredito serem essenciais para a análise dos gráficos em junção às experiências dos sujeitos. Procurei nas entrevistas seguir o roteiro das questões postas no questionário de 2015, mas acredito que a grande diferença foi em escutar as diversas histórias e seus porquês, sendo diálogos livres em que as pessoas podiam expor sua trajetória.

II.

A EDUCAÇÃO POPULAR, O PME A E A CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS E SUJEITOS

2. O FORMAL E O INFORMAL, A EDUCAÇÃO POPULAR, SOCIAL E COMUNITÁRIA EM PESPPECTIVAS NO PME A.

Ao pensarmos conceitos de educação é necessário que tenhamos a compreensão de que existem interesses diversos na educação e a Educação Popular se insere na afinidade ideológica do campo democrático e popular, tendo como principal característica a diversidade e estar voltada aos interesses do povo, valorizando seus saberes e sua realidade, tendo como um dos principais objetivos a formação crítica e cidadã dos sujeitos.

No decorrer da pesquisa, ao observar a estrutura e formação do programa, com a pluralidade de realidades existentes não apenas nas regiões onde se encontram as salas, mas também dentro dessas e, antes já prevendo o PME A como um modelo de educação popular, voltando-me para os estudos referentes a esse conceito de educação, me vi no questionamento se o que antes eu tinha como referência, poderia mesmo ser sustentado na pesquisa. Ou seja, poderia mesmo caracterizar o PME A como educação popular?

Conhecendo melhor o programa e inclusive tendo algumas críticas quanto às ações pedagógicas utilizadas no PME A no que se refere às práticas que muito se assemelham ao ensino fundamental sistematizado, com atividades que às vezes também são as mesmas destinadas ao público infantil, a partir de algumas leituras sobre o tema, incitava-me o questionamento se o PME A poderia ser posto no campo da educação popular.

Dentre alguns autores pesquisados, Moacir Gadotti surge com grande influência por sua discussão acerca da construção da Educação Popular com discussões a partir das obras de Paulo Freire, chamando a atenção pela proximidade da pesquisa no que se referia ao meu entendimento da temática e também com as propostas do programa. Assim, à luz do texto aqui referenciado, pude tecer algumas arguições referentes ao PME A e dialogar sobre conceituar o programa, compreendendo tal possibilidade a partir de sua estrutura e pluralidade.

Gadotti (2012, p.1) embasando-se em Paulo Freire, afirma que a educação não apenas não é neutra como é política, pois “implica valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade”. Ainda para o autor, toda educação existe a partir de um ponto de vista e,

portanto, é necessariamente situada historicamente. Também Thompson (2002, p.13) refletindo em especial a educação de jovens e adultos e as relações de experiências desses, expõe que

Toda educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação. Mas, na educação liberal de adultos, nenhum mestre provavelmente sobreviverá a uma aula – e nenhuma turma provavelmente continuará no curso com ele – se ele pensar, erradamente, que a turma desempenha um papel passivo. O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo. (Thompson, 2002, p.13)

A educação popular, inspirada originalmente no Brasil por Paulo Freire na década de 1960 tinha como premissa a conscientização e para tanto foi necessário incorporar a questão organizacional, considerando que a organização é imprescindível no processo de transformação de ideias, lugares e sujeitos.

Na obra *Educação e Esperança*, Freire anuncia a necessidade de mudanças reais nas realidades de jovens e adultos que, vitimados, muitas vezes não se sentem capazes de reescrever sua história e, nela ter participação ativa. Como Freire (2000, p.52) afirma, “a esperança faz parte necessária de minha experiência existencial, da forma radical de estar sendo uma presença no mundo”. Nesse sentido, podemos considerar que mais do que um “sentimento romanceado”, o autor chama-nos para uma ação concreta: é preciso que os sujeitos tomem consciência de sua realidade histórica e social, para então transformá-la.

E, para ele, é na educação que se inicia esse processo de consciência, uma vez que,

A matriz da esperança é a mesma da educabilidade do ser humano: o inacabamento de seu ser de que se tornou consciente. Seria uma agressiva contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse num permanente processo de esperançosa busca. Este processo é a educação. (Freire, 2000, p.52)

Tal como para Thompson, Paulo Freire aponta a importância do educador nesse processo, pois ele pode, partindo da experiência dos sujeitos, educar para o “ser mais”, apropriando-se da ideologia, mesmo que utópica (e qual o problema em o ser?) da educação, sendo essa promotora também da consciência de cidadania. Para Freire, mesmo em uma realidade de extrema pobreza e problemas sociais, o educador precisa trabalhar a educação em seu meio de forma a incitar os sujeitos a reconhecerem-se como sujeitos sociais portadores de direito e, assim, buscarem desafiar sua realidade, buscando nessa intervir de forma positiva.

Nesse sentido, Gadotti fala em ‘educações’, sendo que a diversidade é que configura a riqueza da Educação Popular, uma vez que

A diversidade é a marca desse movimento de educação social, popular, cidadã, cívica, comunitária. Trata-se de uma rica diversidade que precisa ser compreendida, respeitada e valorizada. A primeira impressão que se tem é de fragmentação, mas se olharmos o conjunto desta obra, veremos que ela está unida - “cimentada”, como diria Antonio Gramsci (1968) - por uma causa comum, chamada pelos movimentos sociais de “outro mundo possível”. Essa diversidade tem em comum o compromisso ético-político com a transformação da sociedade, desde uma posição crítica, popular, política, social e comunitária. (Gadotti, 2012, p.2)

Ainda nesse aspecto, o autor faz referência ao Método Brasileiro de alfabetização (Mobral 1967-1985) como este sendo uma visão conservadora da educação popular, pois como posto neste trabalho, o método visava uma alfabetização mecanizada, sem trabalhar conceitos caros à educação popular como a tomada de conscientização política e social.

Essa diversidade que marca a educação se polariza, segundo Gadotti, entre educação popular, social e comunitária. Acredito ser importante destacar que, embora haja distinção no que se refere à práxis dessas, podemos compreender que o caráter interdisciplinar é o que une essa educação que se destina ao povo e seus interesses, deixando o caráter capitalista da educação (que por vezes se destina à formação para o trabalho tecnicista). Assim,

É nesse mosaico de experiências e práticas que surgem denominações diversas de educação que delimitam um campo próprio de atuação: educação cidadã, educação em saúde, educação indígena, educação em direitos humanos, educação ambiental, educação no campo, educação rural, educação em valores, educação para a paz, educação para o trabalho, educação nas prisões, educação política, educação hospitalar, educação alimentar, educação na cidade, educação no trânsito... ora se identificando com a educação social, ora com a educação popular ou comunitária. São perspectivas sérias e consistentes da educação que não nasceram de divagações acadêmicas, mas da prática social. (Gadotti, 2012, p.4-5)

No entanto, há também uma discussão acerca da educação formal e o não-formal na educação social, popular, comunitária e de adultos que se mostra contundente para os pesquisadores em educação. Durante a pesquisa pude perceber que o PMEa também é visto com dúvida interpretação nessa relação de formal e não-formal, inclusive pelos docentes, sendo que havia divergências quando eu trazia essa questão aos mesmos. Segundo Gohn (2014, p. 35), esse molde “trata-se de processos participativos em movimentos populares, ONGs e outras entidades civis, desafiados à promoção de uma educação cidadã, participativa e emancipatória”.

A educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. Articulada com a educação cidadã, a educação não-formal volta-se para a formação de cidadãos(as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s). (Gohn, 2014, p.35)

Gadotti aponta sobre o debate no campo da educação social e a relação com a educação não-formal apontando que,

De fato, a educação social, popular, comunitária podem exercitar-se também fora da modalidade da educação chamada “formal”. Isso não tira o mérito de nenhuma dessas educações. Contudo, elas são tão “formais” quanto outras, se levarmos em conta seu rigor científico, seus fins e objetivos, sua necessidade de reconhecimento, regulamentação e certificação. Por isso, precisamos saber de que educação formal ou não-formal estamos falando. A educação popular, por exemplo, tem lutado para tornar-se política pública, portanto, disputar hegemonia com outras educações no sistema formal de ensino. O mesmo acontece com a pedagogia social. Entendo que a própria educação não-formal também aspira a ser política pública. (Gadotti, 2012 p.6)

Nessa mesma obra, Gadotti ainda problematiza as relações entre esses conceitos de educação observando que, embora sejam usados muitas vezes como sinônimos, não o são e traz também a diferente relação existente entre a educação de jovens e adultos com a educação popular, concluindo que,

A educação popular como uma concepção geral da educação, via de regra, se opôs à educação de adultos impulsionada pelo Estado, e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério. Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a também, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário. (Gadotti, 2012 p.7)

No que se refere à educação social, o autor aponta que “em princípio, toda a educação é, ou deve ser, social, já que quando falamos de educação não podemos prescindir da sociedade, da comunidade e do contexto familiar, social e político onde vivemos” Gadotti (2012 p.9). Assim, temos inserido o PMEA já nesse conceito, considerando que o programa existe com a finalidade de alfabetizar e educar as pessoas para a sociedade, percebendo a escolarização de adultos como um direito que antes foi negado ou impossibilitado seu acesso.

Quando traz o conceito de educação comunitária, Gadotti salienta a diversidade de ações possíveis nesse contexto, exemplificando que sua principal característica é o trabalho à cidadania dentro de um cooperativismo organizado nos interesses locais e sazonais de determinada comunidade. Assim sendo,

As escolas comunitárias são escolas organizadas, muitas vezes, em localidades com menor acesso aos serviços públicos, a partir do esforço das comunidades, com forte discurso antiescolar, sob a influência de um certo tipo de cooperativismo (cooperativas de pais, professores e alunos) ou de comunitarismo (gestão local, participação comunitária, controle dos usuários). Com a dificuldade em continuar dando sustentabilidade a essas escolas, os mantenedores procuram o poder público para obter assistência técnica e financeira e, em muitos casos, essas escolas acabam se tornando escolas públicas regulares ou “escolas conveniadas” (sobretudo quando se trata de creches ou pré-escolas). (Gadotti, 2012, p.14)

Ao observarmos a sala de aula no bairro Lagoinha, por exemplo, em que os alunos partilham não apenas o lanche trago de suas casas, mas compartilham suas experiências vividas e que tanto se preocupam uns com os outros, que tem aqueles que, possuindo automóvel, levam para casa as mulheres mais idosas ou demais colegas em dias chuvosos. Existe ali uma aproximação que o espaço escolar propiciou àqueles sujeitos que, mesmo morando no mesmo bairro, afirmam que antes da escola, muitos nunca haviam se falado.

Portanto, acredito que exista naquele espaço um molde de educação comunitária, que reflete ainda como uma educação social, pois ambos se reconhecem dependentes daquele lugar para serem alfabetizados, juntos almejam novas possibilidades em suas vidas a partir do processo de escolarização e hoje se veem como colaboradores da escola, zelando e buscando juntos aqueles que podem melhorar ainda mais as condições, como quando o pastor responsável pela igreja onde está a sala de aula foi à prefeitura com alguns alunos solicitar mobília para a escola e conseguir doações de computadores, aguardando no momento da minha visita apenas algum professor de computação que pudesse doar algumas horas da semana para ensiná-los, pois haviam conseguido os computadores e equipar a sala para viabilizar as aulas.

Pensando na referência da escola como um espaço comunitário que atenda as demandas de determinado grupo, temos ainda como exemplo as salas de aula no CERTO, na ASUL, na ADEVIUDI e no Centro Espírita Joana D'arc, espaços em que as salas são não exclusivas, mas prioritárias ao atendimento especializado, existindo com a participação dessas entidades acolhedoras do programa que cedem seu espaço a fim de atender a demanda social ali existente. Então, vemos que nesses espaços há um comprometimento que está para além de o/a aluno/a ir para a escola, mas há a preocupação em mantê-la e a construir no dia a dia, não apenas por parte desses, mas também da comunidade.

Apresentadas as relações de educação popular social e comunitária, podemos então discorrer o conceito de educação popular com maior afinco. A educação popular surge na Espanha antes da Segunda Guerra Mundial ligada ao movimento anarquista e resistente da ditadura franquista e chega à América Latina por meio de intelectuais orgânicos ligados ao anarquismo.

Até os anos 50, era entendida como extensão da educação formal para todos, principalmente para as zonas rurais. Nos anos 50 era entendida como *educação de base*, como *desenvolvimento comunitário*. Daí ela ser chamada também de *educação comunitária*. Na América Latina, no final dos anos 50 já apareciam duas tendências na educação popular (Wanderley, 1984, apud Gadotti 2012, p.18): a) como educação libertadora (nascida no terreno fértil das utopias de independência) e b) como educação funcional (profissional), mão de obra mais produtiva (desenvolvimento nacional). Nos anos 70 essas duas tendências continuaram. Com os regimes

autoritários da região a educação popular refugia-se nas ONGs e movimentos sociais, sindicais e políticos sob a forma de educação não-formal, fora do estado, contrapondo-se à educação escolar (Brandão, 1982 apud Gadotti 2012, p.18). As décadas de 70 e 80 foram chamadas de “décadas perdidas” por conta do obscurantismo das ditaduras na América Latina. Mas o processo de radicalização da democracia foi retomado. Com a retomada da democracia, nos anos 80, começam parcerias das ONGs com o Estado. Surge em São Paulo, com Paulo Freire, a “Escola Pública Popular” (Torres, 1997 apud Gadotti 2012, p.18). Com a crise da educação popular nos anos 80 e 90 perdemos a unidade mais ganhamos em diversidade. Surgem milhares de pequenas experiências, espalhando-se por toda a América Latina e projetos de toda ordem, no momento em que as lutas políticas se juntam às lutas pedagógicas, experiências essas frequentemente associados aos movimentos sociais (negros, sem terra, moradia etc.). (Gadotti, 2012, p.18)

Com as perdas e ganhos decorrentes desse processo em que tem se constituído a educação popular, de acordo com Torres, hoje a educação popular se faz por

um conjunto de atores, práticas e discursos que se identificam em torno de umas ideias centrais: seu posicionamento crítico frente ao sistema social imperante, sua orientação ética e política emancipatória, sua opção com os setores e movimentos populares, sua intenção de contribuir para que estes se constituam em sujeitos a partir do alargamento de sua consciência e subjetividade, e pela utilização de métodos participativos, dialógicos e críticos. (Torres, 2011, p. 76 apud Gadotti, 2012 p. 19)

Para Pereira e Pereira (2010, p. 72), a educação popular parte da proposta de retomar um processo “mais humano”, em detrimento do que temos no sistema capitalista neoliberal que torna a educação uma mercadoria, agindo em favorecimento de agentes contrários à educação com práxis de reconhecimento e transformação das realidades sociais tão desiguais.

Falar em Educação popular é falar do conflito que move a ação humana em um campo de disputas de forças de poder. É falar da forma como o capitalismo neoliberal vem atuando de forma perversa, causando dor e sofrimento humanos. É uma possibilidade de retomarmos o debate proposto por Paulo Freire acerca da conscientização, da compreensão da realidade e de nossa ação no mundo. É falar de uma práxis educativa cujo ponto de partida é a realidade social. A Educação popular tem como princípio a participação popular, a solidariedade rumo à construção de um projeto político de sociedade mais justo, mais humano e mais fraterno. (Pereira e Pereira, 2010, p.73)

Como dito, Paulo Freire foi o grande idealizador da educação popular no Brasil, propondo métodos de alfabetização que inserisse o sujeito como autor principal da construção, sendo a educação feita com ele e por ele e não para ele. Para Paludo (2008, p. 7), a maior contribuição de Freire para a educação popular é a definição desta como “‘educação libertadora’ ou melhor, como ‘Educação como prática da liberdade’, se fazendo e refazendo continuamente, na experiência dos indivíduos e coletivos que a fazem”.

Assim como para Paludo, o autor Brandão (2002) aponta a educação popular como ainda em construção, não devendo ser entendida como uma experiência passada, até porque se faz culturalmente nos espaços onde a educação do povo acontece.

Nesse sentido, a educação popular não pode ser considerada como algo realizado como um acontecimento situado e datado, caracterizado por um esforço de ampliação do sentido do trabalho pedagógico a novas dimensões culturais, e a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. A educação popular foi e prossegue sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida – e – volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo”. (Brandão, 2002, p.141-142)

O Mova³¹, foi um importante projeto para trazer a educação popular à realidade, pois segundo Saul (1998, p. 156) “[...] comprometeu-se com a construção de uma educação pública popular, tendo como característica principal a Educação como prática da liberdade”. Com uma gestão baseada no diálogo e gestão democrática participativa,

Freire buscou desconstruir a idéia de poder centralizado e hierarquizado, descentralizando a administração da SME. Também, através da reinvenção das relações de poder, propôs trabalhos coletivos e envolvimento com toda a comunidade escolar. Todo um trabalho humano se fez necessário para que a “cara” da escola pudesse se transformar. (Pereira, 2006, p. 58 *apud* Pereira e Pereira, 2010, p.84)

A educação popular se apresenta como um território de denúncias das minorias que têm por séculos sido excluídas do processo não apenas de alfabetização, mas de uma educação que contemple o ser nos aspectos social, político, histórico, cultural e econômico, porém como menciona Paulo Freire, há o “inacabamento” não apenas da educação, mas também das pessoas, pois

Nenhuma realidade é porque tem que ser. A realidade pode e deve ser mutável, deve ser transformável. Mas, para justificar os interesses que obstaculizam a mudança, é preciso dizer que “é assim mesmo”. O discurso da impossibilidade é, portanto, um discurso ideológico e reacionário. Para confrontar o discurso ideológico da impossibilidade de mudar, tem-se de fazer um discurso também ideológico de que tudo pode mudar. Eu não aceito, eu recuso completamente essa afirmação, profundamente pessimista, de que não é possível mudar. (Freire, 2001, p. 169)

Nesse sentido, a partir da compreensão da educação popular como algo não acabado e posto no passado, mas que se faz necessária e de grande importância para a construção da igualdade social ainda hoje, é possível reconhecer que as realidades e as pessoas são mutáveis

³¹“O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) surgiu em 1989 em São Paulo durante a gestão de Paulo Freire como secretário municipal de educação de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), esse movimento ficou conhecido por resgatar a cidadania, concebendo o aluno como sujeito capaz de intervir no próprio conhecimento e a alfabetização como processo afetivo, lógico, social e intelectual. Em 2003 foi criado o Mova-Brasil, inspirado no projeto de Paulo Freire para a cidade de São Paulo e em 13 anos de existência (2003-2016), foram alfabetizados 275 mil brasileiros/as em mais de 200 municípios do país, contando com parcerias entre Petrobras, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Instituto Paulo Freire (IPF). Fonte: Instituto Paulo Freire.” Disponível em: <https://www.paulofreire.org/programas-e-projetos/projeto-mova-brasil> Acesso em setembro de 2018.

e, por isso, acredito que o PMEa pode e deve atuar para que a educação popular aconteça na prática cotidiana, independente dos diferentes espaços onde esteja.

2.1. OS DIFERENTES ESPAÇOS DO PMEa.

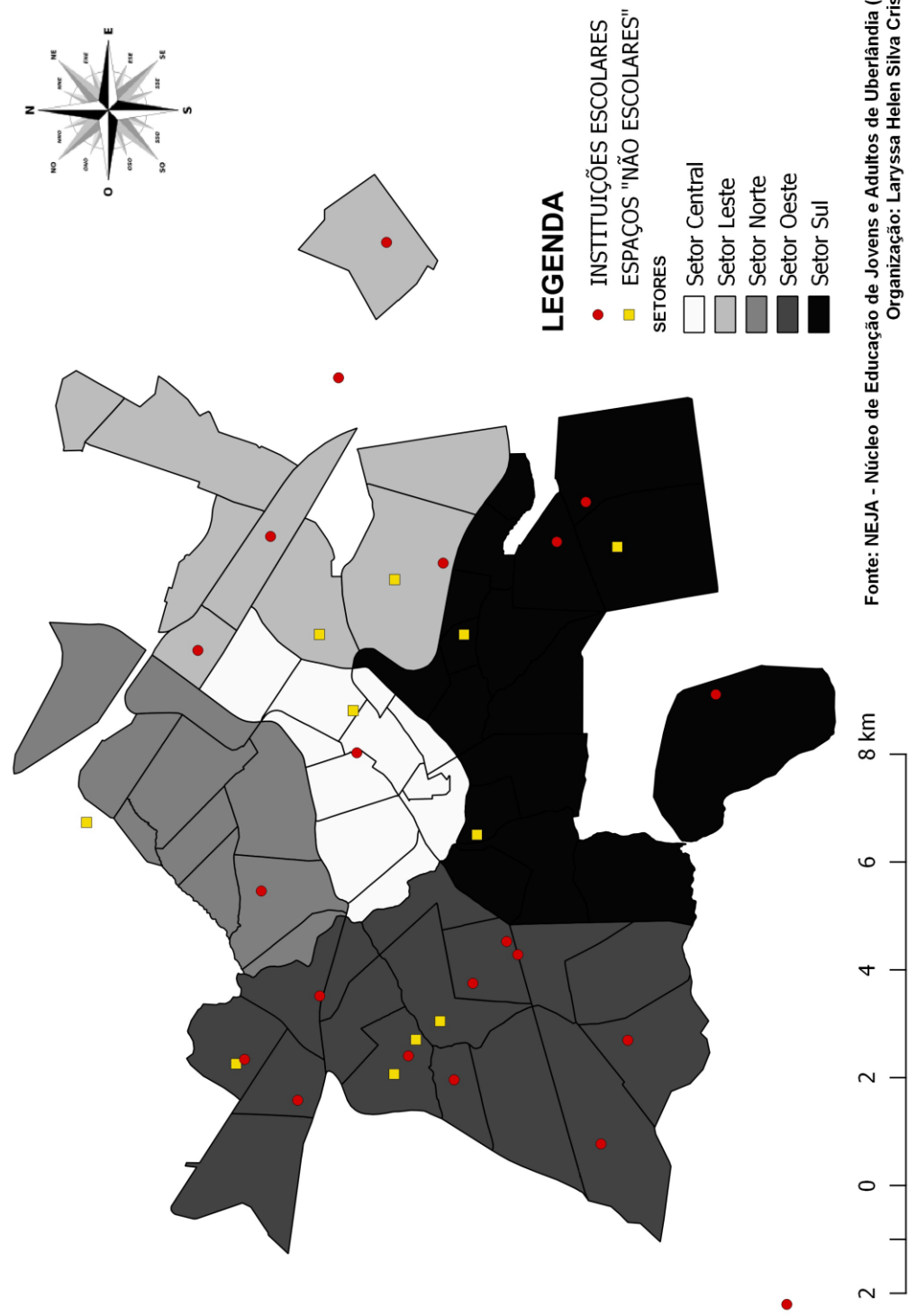
As salas de aula do PMEa estão constituídas em diversas localidades da cidade de Uberlândia, alocadas em instituições escolares ou não. Para melhor situá-las, segue uma lista das escolas e demais espaços onde estão essas salas e alguns mapas que demarcam esses espaços de maneira ampla e, em anexo, temos outros que demarcam esses espaços dentro dos bairros.

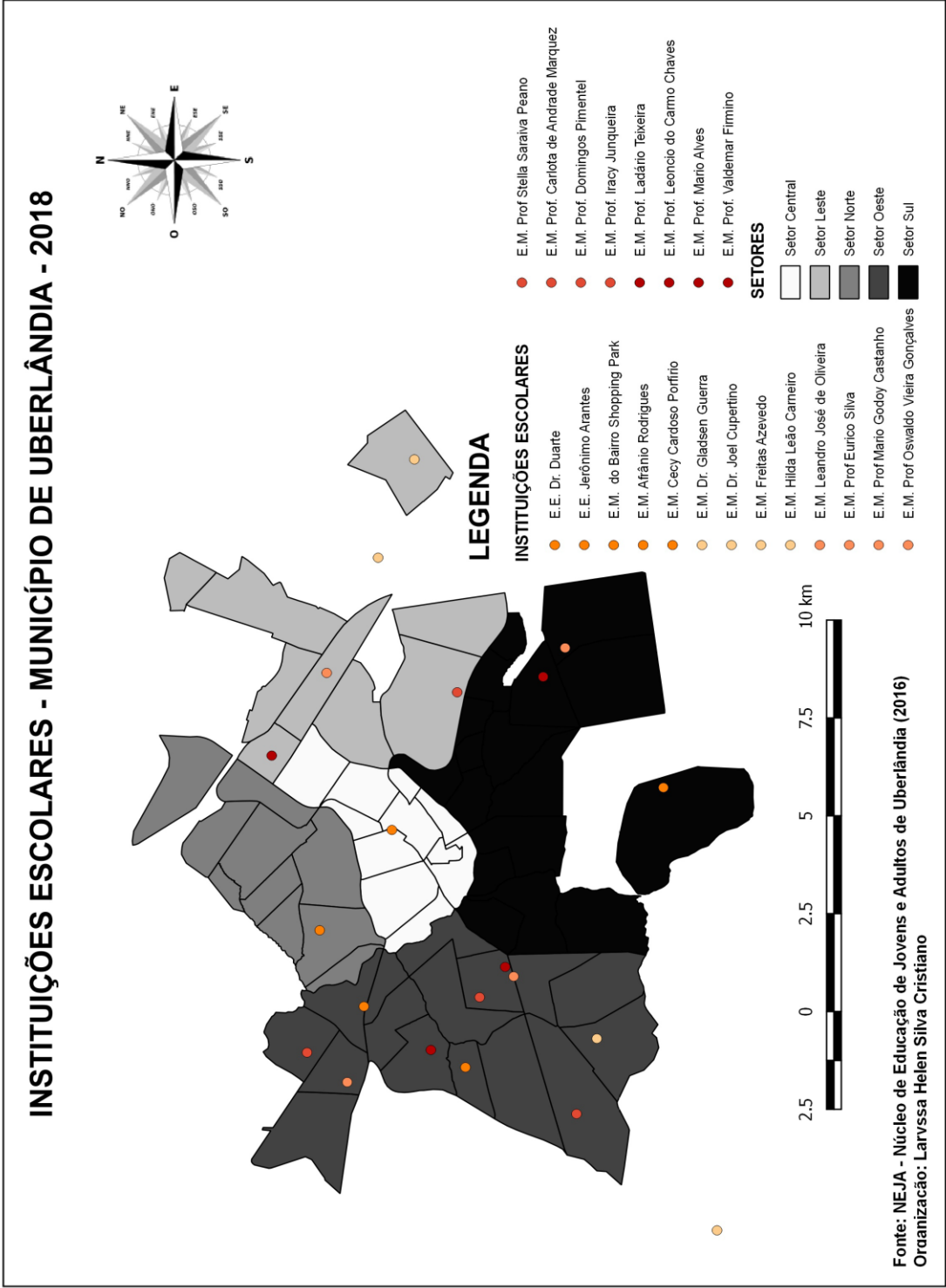
Como será possível observar, além da complexidade em sua estrutura, por estar em diversos ambientes, é difícil descrever uma característica única ao modelo do programa, mas é possível que em todos os espaços existentes haja reflexos dessa interdisciplinaridade que forma essa rede de educação popular, social e comunitária, alguns sendo possíveis observar com maior clareza, outros na subjetividade.

ESPAÇOS NÃO ESCOLARES	
ADEVIUDI – Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia	Bairro Santa Mônica
ASUL - Associação dos Surdos de Uberlândia	Bairro Luizote
Centro Espírita Joana D'arc	Bairro Aparecida
CERTO – Centro de Excelência em Reabilitação e Trabalho Orientado de Uberlândia	Bairro Tubalina
Crescer e Conviver I	Bairro Tibery
Crescer e Conviver II	Bairro Laranjeiras
Crescer e Conviver III	Bairro Luizote
Crescer e Conviver IV	Bairro Guarani
Igreja Sal da Terra	Bairro Lagoinha
Martins Centro de Distribuição	Bairro Industrial

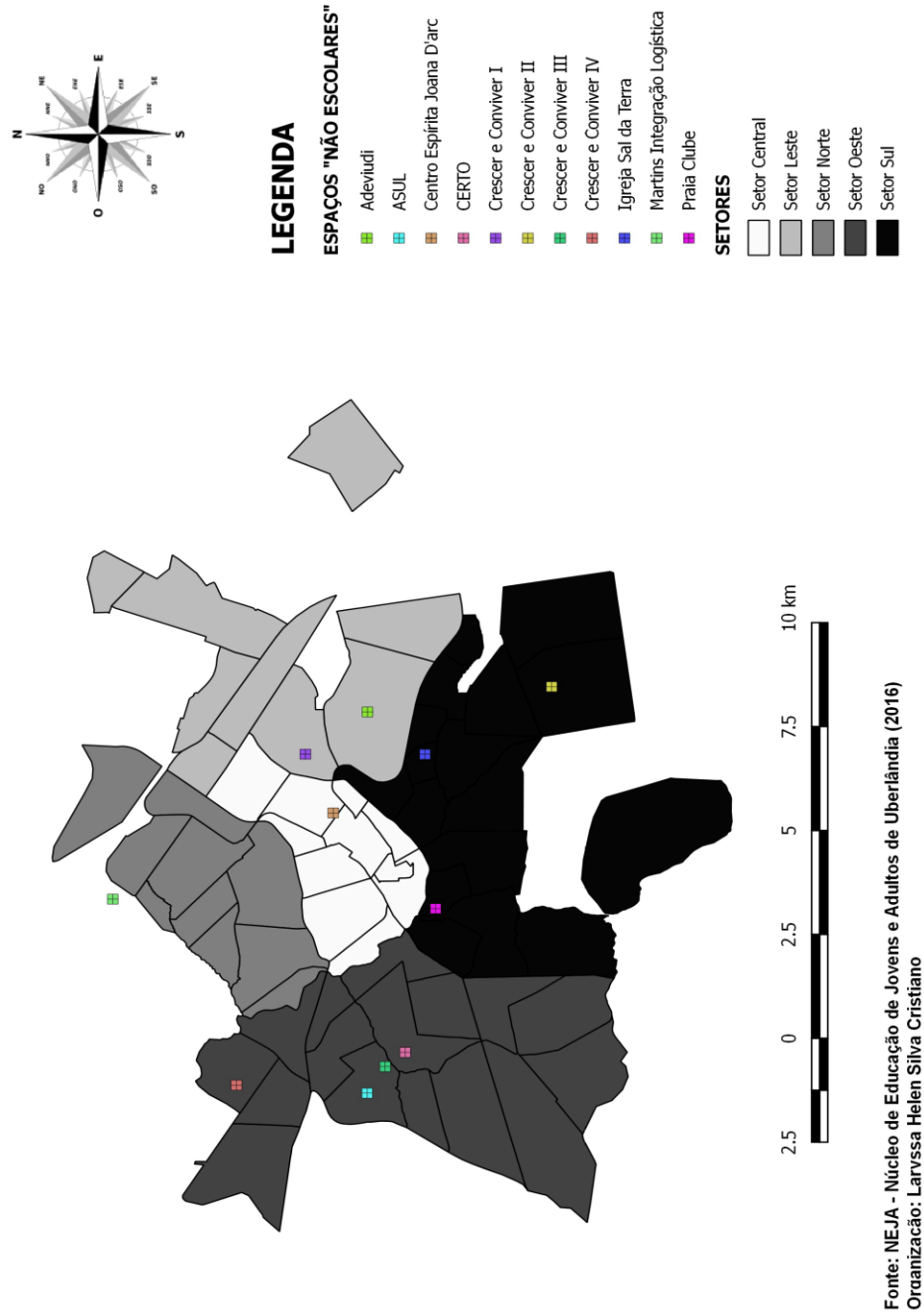
ESPAÇOS ESCOLARES	
E.E. Jerônimo Arantes	Bairro Taiaman
E.E. Doutor Pimentel de Ulhôa	Bairro Centro
E.M. Professora Carlota de Andrade Marquez	Bairro Jardim Célia
E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa	Bairro Santa Mônica
E.M. Professora Iracy Junqueira	Bairro Planalto
E.M. Professor Mário Alves Araújo e Silva	Bairro Luizote
E.M. Professor Valdemar Firmino de Oliveira	Bairro Granada
E.M. Afrânio Rodrigues da Cunha	Bairro Jardim Brasília
E.M. Do Bairro Shopping Park	Bairro Shopping Park
E.M. Doutor Gladsen Guerra	Bairro Canaã
E.M. Doutor Joel Cupertino	Bairro Dom Almir
E.M. Freitas Azevedo	Bairro Morada Nova
E.M. Hilda Leão Carneiro	Bairro Morumbi
E.M. Ladário Teixeira	Bairro N. Sr ^a . Das Graças
E.M. Leandro José de Oliveira	Fazenda Douradinho
E.M. Leônicio do Carmo Chaves	Bairro Planalto
E.M. Professora Cecy Cardoso Porfírio	Bairro Mansour
E.M. Professor Eurico Silva	Bairro Viviane
E.M. Professor Mario Godoy Castanho	Bairro Tocantins
E.M. Professor Oswaldo Vieira Gonçalves	Bairro Custódio Pereira
E.M. Professora Stella Saraiva Peano	Bairro Guarani

RELAÇÃO ESPACIAL - ESPAÇOS "NÃO ESCOLARES"/INSTITUIÇÕES ESCOLARES MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - 2018





ESPAÇOS NÃO ESCOLARES - MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - 2018



No que segue, temos os relatos das salas onde foram realizadas as entrevistas com os alunos. Foi também nessas oportunidades que dialogava com as professoras, muitas já conhecidas, devido minha participação em algumas formações no CEMEPE e, embora não tenha realizado com esses uma entrevista formal, busquei seguir determinado padrão de questionamento quanto aos espaços, o que também muito contribuiu para a análise dos mesmos.

2.1.2 Igreja Sal da Terra - Bairro Lagoinha³².

Segundo a professora Delma, a sala de aula do Bairro Lagoinha (como assim é conhecida) foi uma promessa de campanha, do então candidato a prefeito Gilmar Machado em 2012, por pressão da comunidade local. Inaugurada em março de 2015, a sala funciona no espaço anexo de uma igreja (Sal da Terra). O pastor Saulo Abel, grande incentivador do projeto e responsável pela igreja, é um grande colaborador da sala de aula, inclusive ao incentivar os fiéis da igreja que não são alfabetizados a ingressarem no PME.A.

A sala conta com alguns materiais cedidos pela prefeitura e outros adquiridos pelo pastor que conseguiu na ocasião, uma sala de informática com ar condicionado e alguns computadores, mas relatou a dificuldade de encontrar colaboradores para ensinarem os alunos, que demonstram muito interesse pela atividade. Segundo Saulo Abel, o espaço também serve para outras atividades, mas que a procura é pouca por parte dos moradores.

Nessa sala, muitas vezes o lanche é comprado ou trago por alunos e pela professora. No espaço da sala também existe uma cantina, onde muitas vezes o lanche é preparado pela professora e pelos alunos enquanto acontece a aula.

O bairro Lagoinha em um histórico de estigma social e é conhecido por ter muito circuito de tráfico de drogas. Segundo a professora muitos/as alunos/as tem filhos/as com problemas com drogas e problemas judiciais, o que os impede de frequentarem a escola com certa frequência, o que se torna um problema na manutenção da sala, que tem muitos alunos matriculados, mas poucos frequentes. A professora ainda relata que a segurança do bairro é outro agravante e que por vezes fica receosa devido os conflitos e até assassinatos que ocorrem no bairro devido ao tráfico.

Para os alunos, ter a sala de aula nesse espaço é uma vitória e todos alegam que provavelmente não frequentariam as aulas se não fosse ali “tão perto e de fácil acesso”. Que se sentem acolhidos e, por terem vergonha de não saberem ler e escrever, se sentem mais

³²Anexo III – Mapa Setor Sul. Professora: Delma Macêdo / Aulas no período noturno / Visita em 21/11/2016.

confiantes com os colegas já conhecidos do bairro e que há um incentivo e cuidado mútuo entre eles, inclusive com caronas e/ou acompanhando uns aos outros até em casa no fim da aula para que se sintam seguros. Os alunos dizem sentirem-se incluídos e que constantemente incentivam outros moradores, também analfabetos a frequentarem a sala de aula e que quando esses dizem ter vergonha, os mesmos afirmam que “não precisa ter, estamos todos no mesmo barco e a gente se ajuda”, como relata a senhora Zilda Terezinha.

A sala sofre ameaças frequentes da prefeitura de fechar, devido ao baixo número de frequentadores e são alunos como Luiz Antônio Canuto que procura a prefeitura, por meio da coordenação do NEJA, pedindo a manutenção da sala, informando o quanto essa é importante para a comunidade do bairro.

A pesquisa nessa sala foi feita por modo de roda de conversa, com a participação de todos/as os/as alunos/as, que sentiram-se muito a vontade para as entrevistas, não demonstrando receio de contarem suas histórias até porque, segundo os mesmos, todos se conhecem e sabem um das dificuldades do outro.

No dia da visita o lanche foi bolacha com leite e café, que me foi servido pelos alunos que diziam sentirem-se privilegiados com a visita, pedindo para que eu retornasse outras vezes para ouvir inclusive as histórias dos que haviam faltado e que eu relatasse no meu trabalho a importância dessa sala no bairro, para que assim a mesma “nunca fosse fechada”.

Embora já tivesse visitado a sala em outra oportunidade, foi a primeira vez que ouvi os alunos e foi também minha primeira atividade com as entrevistas orais, não tendo sido registrado os áudios, apenas anotadas as informações no “diário de campo”.

2.1.3. CERTO³³.

O CERTO (Centro de Excelência em Reabilitação e Trabalho Orientado de Uberlândia) é uma Instituição privada, de caráter Filantrópico, reconhecida de Utilidade Pública em âmbito Municipal, Estadual, Federal e Conselho Nacional de Assistência Social. Fundada em 20 de outubro de 1986 pela Senhora Carlota Guilhermina de Faria Smith, que atua na área de saúde, com objetivo de reabilitar, assistir e promover pessoas de baixa renda com deficiência física e necessidades especiais de toda faixa etária.

O trabalho é sustentado por contribuições mensais através de carnês, doações especiais, projetos, parcerias, apadrinhamentos e convênio com instituições públicas e privadas. Possui departamentos de: Fisioterapia, Psicologia, Hidroterapia, fonoaudiologia,

³³ Anexo IV – Mapa Setor Oeste. Professora: Sinara / Aulas no período vespertino / Visita em 22/11/2016.

Equoterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Arteterapia, Alfabetização Especial, Alimentação e Transporte.

O CERTO atende a todas as faixas etárias, serve duas refeições diárias e transporta aqueles que não têm condições para se locomoverem – o “Porta a Porta” (transporte Acessível) que é um serviço disponibilizado pela Prefeitura de Uberlândia com um veículo tipo van, adaptado para o transporte especial no atendimento de pessoas economicamente carentes portadoras de necessidades especiais³⁴.

A sala de aula do PMEA que se encontra no CERTO foi minha segunda experiência e uma das mais tocantes emocionalmente. Ali me deparei com realidades muito distintas, porém próximas. Parecia não um grupo de alunos, mas uma família. Todos, apaixonados pela professora já me diziam assim que cheguei: “não vai tirar a professora não né?!”. Sinara, professora dessa e de outra sala em que estive (Crescer e Conviver), é uma pessoa que extrapola o “ser professora”. Vai além, conhecendo cada aluno e suas particularidades, tendo sempre muito jeito e discrição para auxiliá-los durante o diálogo quando percebia a dificuldade desses e, nota-se claramente, pela feição dos alunos ao serem ajudados, a professora quase que “adivinha o que cada um quer dizer”.

Em uma sala bem arejada, confortável, disposta num lugar bem arborizado e silencioso, me deparei com alunos que até já concluíram o Ensino Médio e outro que foi chefe em seu emprego e que hoje, por algumas intempéries, recorrem à sala de aula para lembrarem ou não esquecerem aquilo que um dia aprenderam e outros que se sentem protegidas segurando a mão da professora, quando na verdade queriam estar em seu colo se assim a professora permitisse.

Em partes dependentes, seja do transporte, seja das pessoas, são alunos que mesmo em certas limitações, não medem esforços e se sentem felizes em poder estarem juntos, aprendendo, cantando e dançando. A atividade do dia proposta pela professora era o trabalho com uma música, que todos em silêncio escutavam e pediam para ouvir de novo, como uma grande descoberta.

Na hora do lanche que era caldo com torrada, me perguntavam constantemente se eu não aceitava mais um pouco, demonstrando muita alegria com a visita e em poderem contribuir com meu trabalho.

Os relatos desta turma são de adultos que sonham como crianças livres. Repletos de vontade de aprender em meio às adversidades que a vida impôs a cada um deles. Os/as

³⁴ Fonte: Página Online do Certo – **Apresentação e História**. Disponível em: www.certo.org.br/fundacao-do-certo/ Acesso em 20 de Abriu de 2018.

alunos/as além do PMEa participam das demais atividades do CERTO voltadas às suas necessidades especiais.

2.1.4. Escola Municipal Ladário Teixeira³⁵.

Localizada no bairro Nossa Senhora das Graças, a Escola Municipal Ladário Teixeira atende alunos do Ensino Fundamental I e II nos 3 turnos, sendo que no noturno a especificidade são alunos de EJA.

Nesse segundo semestre de 2016 havia duas salas de PMEa na escola, sendo que uma era para quem não tinha nenhum conhecimento da leitura e escrita e outra para os que estavam mais avançados nesse quesito. Porém, devido problemas de saúde, uma das professoras estava afastada, o que fez com que as duas turmas se juntassem – o que afastou muitos alunos da escola, principalmente os que estava iniciando, pois sentiam-se, segundo a professora, envergonhados por não acompanharem a turma que estava mais avançada.

A professora Tânia, uma pessoa muito agradável e dedicada, demonstra muito cuidado e reconhecimento das dificuldades e necessidades de seus alunos que, em contrapartida, demonstram por essa muito carinho e admiração. A mesma diz das dificuldades em manter os alunos quando existem esses contratempos de a outra professora faltar ou afastar-se por uns dias, pois segundo ela atrapalha não apenas a outra turma, mas também a sua, pois os alunos demonstram muita resistência a tais alterações e mudanças e mesmo que tente convencê-los, muitos deixam de frequentar as aulas.

Questionei a responsável pelo PMEa na escola sobre a situação e ela me disse que a prefeitura dificilmente enviaria uma professora substituta e que a professora que estava se ausentando constantemente era nova no programa e muitas vezes não informava se estava afastada, de atestado ou se apenas estava faltando e que, como a professora é lotada em outra escola e apenas fazia “dobra”, era difícil saber, mas que estava passando a situação para a coordenação do NEJA, que tomaria providências quanto a essa questão.

Embora não sejam destinados recursos para merenda das salas do PMEa, os alunos fazem a refeição junto com os demais alunos da escola, saindo até um pouco antes dos outros para se servirem, considerando que os demais alunos são em maioria muito jovens e os alunos do PMEa se sentem um pouco intimidados com a presença dos mesmos.

³⁵Anexo V – Mapa Setor Leste - embora no mapa esteja marcado Bairro Umuarama, a escola localiza-se já no bairro ao lado, o Nossa Senhora das Graças. O mapa Setor Norte no Anexo VII pode apresentar melhor a demarcação. Professora: Tânia / Aulas no período noturno / Visita em 23/11/2016.

Perguntei à professora sobre a interação das salas do PMEa com o restante da escola e ela disse que, embora a interação seja muito tímida, a escola tenta colaborar e que mantém uma relação agradável com o grupo. Tal fala evidencia muito das dificuldades do PMEa no que se refere a se sentir parte da Educação de Jovens e Adultos integradas à escola, pois mesmo quando habita esse espaço, aparece muitas vezes como “algo a parte” ou não pertencente à unidade com propriedade, sendo a escola um “empréstimo de espaço físico”.

2.1.5. Crescer e Conviver III - Bairro Luizote de Freitas³⁶.

A Rede Crescer Conviver³⁷ é um projeto da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho. No espaço, além da sala do PMEa são desenvolvidas atividades artísticas, esportivas, recreativas e de lazer. Dentre elas, pilates, coral, hidroginástica, musculação, violão, alongamento, ginástica, fisioterapia, trabalhos manuais (como pintura) e afins. O centro busca oferecer oficinas que favoreçam a socialização, integração e bem-estar dos idosos – o público atendido deve ter idade igual ou superior a 60 anos.

Como na sala do CERTO, os/as alunos/as são apaixonados pela professora Sinara (que está na sala há aproximadamente 4 anos), a quem a todo o tempo elogiam e buscam entrosamento. No dia da minha visita estavam agitados com a confraternização de encerramento das atividades que aconteceria naquela semana. Segundo a professora, as aulas se encerrariam antes do previsto, pois o centro também encerraria as demais atividades entrando em recesso. E o motivo seria a escassez de recursos da prefeitura.

A sala de aula é um espaço grande e tinha 22 alunos/as matriculados. Fora da sala de aula o centro é bem movimentado devido às demais atividades. Além das atividades supracitadas, havia um grupo bem animado jogando sinuca enquanto um senhor tocava violão e cantava com outras pessoas ao redor da mesa. Os alunos por vezes saem da sala de aula para participar dessas atividades, em especial as ligadas à saúde, como a hidroginástica e a fisioterapia.

A professora se diz muito feliz com o espaço, pois assim como no CERTO, embora a sala não seja a única finalidade ali, há grande cumplicidade entre os demais setores, contribuindo para um ambiente agradável de trabalhar, não havendo inferências nas aulas por parte da administração do espaço.

³⁶Anexo IV – Mapa Setor Oeste. Professora: Sinara / Aulas no período matutino / Visita em 24/11/2016.

³⁷Com a mudança de governo em 2017 (Prefeito Odelmo Leão) a Rede Crescer Conviver passou a se chamar (CEAI) Centros Educacionais de Assistência Integrada ao Idoso, que é na verdade o nome antes utilizado. No governo do prefeito Gilmar Machado (2013-2016) que esse nome foi alterado para Rede Crescer Conviver, porém as atividades desenvolvidas eram as mesmas.

O lanche é servido dentro da sala de aula (leite e pão nesse dia) e todos/as envolvidos na entrevista relatam com riqueza de detalhes todos os fatos de suas vidas que os trouxeram até ali. Infelizmente não pude coletar entrevista de todos/as por uma questão de tempo – como falavam bastante, não quis interrompê-los e, como naquela semana as aulas seriam encerradas, não pude fazer uma nova visita.

A sala do PMEA no Crescer e Conviver III traz realidades muito próximas: pessoas filhos/as de analfabetos que viveram a infância na roça onde se tinha escola, era distante de casa e que desde muito jovens tiveram de trabalhar. Nenhum dos alunos/as ali entrevistados era oriundo de Uberlândia. E ainda uma situação lamentável: a realidade de mulheres que, fosse pelos pais ou pelos maridos, era impedida de frequentar uma sala de aula.

Hoje aposentados ou pensionistas procuram a escola não apenas para ler e escrever, mas sentirem-se ainda com esperança de reviverem um sonho ou sentirem-se cidadãos com plenitude de direitos. Como eles mesmos disseram e pode-se notar, são como uma família. Um grupo de amigos que se preocupam e se auxiliam, tendo grande preocupação um com a saúde do outro, considerando as dificuldades da terceira idade.

2.1.6. Escola Municipal Professor Eurico Silva.³⁸

A Escola Municipal Professor Eurico Silva se localiza no bairro São Jorge, na periferia da cidade, atendendo um público que em geral tem baixa renda. A escola atende alunos nos três turnos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental de Nove anos e EJA, além de atender duas salas do PMEA.

Embora as entrevistas tenham sido feitas apenas em uma das salas, tive contato com ambas, avaliando que o público ali é bem diversificado no quesito idade, mas os/as alunos/as tem um perfil semelhante: pessoas que em maioria foram escolarizadas, mas que encontram-se em déficit idade x série ou ficaram muito tempo longe da escola, estando ou retornando a esta devido a percepção da necessidade de formação para o mercado de trabalho. Na sala em que foram realizadas as entrevistas, tem uma aluna diagnosticada com necessidade especial, sendo acompanhada por uma professora de apoio, porém para a professora há outros que mesmo não sendo diagnosticados, acredita que são alunos nessa condição – isso é um caso comum no PMEA.

Assim como nas demais situações do programa em espaços escolares, os/as alunos/as se sentem um pouco distantes dos demais integrantes da escola, mas as professoras dizem que

³⁸Anexo III - Mapa Setor Sul. Professora Gilda / Sala Período Noturno / Entrevista em 24/11/2016.

o PMEa sempre é convidado para as atividades da escola, inclusive pode estar presente em uma delas, que foi quando houve lançamento de um livro de poesias escrito pelos alunos da escola em um programa em conjunto com a Universidade Federal de Uberlândia.

O lanche que é servido aos alunos acontece na hora do intervalo, junto com toda a escola e esses também tem acesso à biblioteca. Num contexto geral as professoras avaliam como positiva a relação do PMEa com a escola e sentem bastante liberdade no ambiente, atuando já há alguns anos ali.

2.1.7. Centro Espírita Joana D'arc.³⁹

Localizado na região central de Uberlândia, no bairro Aparecida, o Centro Espírita Joana D'arc sedia duas turmas do PMEa em um espaço onde são realizadas as evangelizações e acolhimento de crianças que frequentam o centro, portanto, o espaço é realmente como de uma sala de aula. Esse espaço fica aos fundos do centro, em uma parte superior – o que achei às vezes inconveniente, dado que muitos alunos são especiais e têm de subir um andar de escadas, pois não tem elevador. A maioria dos alunos que residem mais longe vão para a escola na van da prefeitura “Porta a Porta”⁴⁰.

As professoras dizem que o convívio no centro é tranquilo, mas por vezes precisam insistir com os alunos com relação ao silêncio (quando tem orações/reuniões no centro) e com os cuidados com as salas, os materiais e os ornamentos nas paredes (trabalhos feitos por crianças do centro), pois os responsáveis pelo lugar são bem exigentes com esses cuidados.

Quase que em sua totalidade, os/as alunos/as são especiais, tendo algum problema de retardo mental. A professora Paula explica que antes essas salas eram voltadas apenas para esse público, mas que com as mudanças na legislação de não fazer uma separação entre salas de atendimento especial e regular, ampliou-se o atendimento, mas que o público maior continua sendo os de aluno especial, até porque muitos alunos “regulares” não conseguem se adaptar nas turmas.

³⁹Anexo VI – Mapa Setor Central.

⁴⁰O Porta a Porta (Transporte Acessível) é um serviço de veículo tipo van, adaptado para o transporte especial no atendimento de pessoas economicamente carentes portadoras de necessidades especiais. Para ter acesso ao serviço o/a requerente tem de ser carente (de acordo com a tabela da UFU), portadoras de deficiência, com alto grau de dependência associada ou não a outra deficiência, totalmente impossibilitadas de usar o Sistema Convencional Adaptado, para frequência ao Ensino Formal, Ensino Profissionalizante, habilitação e reabilitação, saúde, cultura e lazer, nessa ordem de prioridades. **Fonte:** Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/78/588/usuario_mobilidade_reduzida.html Acesso em 22 de Outubro/2018.

As salas são divididas entre aqueles alunos que já são alfabetizados e tem uma maior facilidade e aqueles que estão aprendendo a ler/escrever e que/ou mesmo estando muito tempo matriculado, tem maior dificuldade. Assim como no CERTO, as salas em questão apresentam histórias e sujeitos que emocionam, devido sua grande vontade em aprender, mesmo com tantas intempéries postas pela vida. Digo isso porque além dos relatos aqui apresentados, as professoras me contaram muito do que os alunos não trazem ou talvez nem compreendam de sua própria realidade, o que demonstra a importância desse contato próximo e contínuo com os/as alunos/as.

A professora Paula, que está há mais tempo com a turma, relata que faz muitos “passeios aula”, inclusive já tendo feito em cada residência deles/as e também em sua própria. Paula diz compreender as necessidades dos/as alunos/as e que procura atendê-los até mesmo em grupos de WhatsApp, mas que muitas vezes são muito dependentes, tendo-a como uma amiga mais próxima e talvez a única. Paula que também é professora a noite em outra unidade escolar diz que o cansaço mental é grande em atuar com uma turma de alunos especiais, mas que gosta muito de trabalhar com o PMEa e lamenta não poder dedicar-se apenas a essa turma.

Os alunos da sala da professora Paula são em maioria mais tranquilos, talvez até porque estão há mais tempo no PMEa e também é a turma mais avançada na alfabetização. Na sala da professora Simone (que é recém chegada ao PMEa) os/as alunos/as e a professora ainda parecem estar em adaptação, mas demonstram bastante empatia. As duas turmas contam com o apoio da professora Viviane (que já esteve na coordenação geral do PMEa), que realiza trabalho de acompanhamento com os alunos e também auxilia as professoras nas atividades diárias.

Teve uma aluna com quem não consegui me comunicar. Ela não consegue pronunciar as palavras e estava bastante agitada no dia, sendo inclusive repreendida pela acompanhante da van (ela utiliza o “Porta a Porta”), pois segundo a colaboradora ela estava agredindo os alunos e até os funcionários da van. A professora me contou sua história que é de muita tristeza perpassando por abuso sexual, maternidade e separação desse filho que inclusive chegou a estudar um tempo com ela nessa sala do PMEa. Mesmo que a aluna não consiga falar ou demonstre reconhecer a realidade à sua volta, a professora diz que ela demonstrava reconhecer que o rapaz era seu filho que lhe foi tirado (que mora no interior de Minas Gerais e ficou um tempo em Uberlândia). A professora contou ainda que seu filho também aparenta ter deficiência mental, mas em menor grau. Essa senhora mora com a irmã e há dúvidas pelas professoras se o tratamento que recebe em casa é adequado.

Trago aqui essa história por reconhecer a diversidade que é os espaços do PMEa e em especial a realidade vivida pelas professoras, especialmente por muitas vezes se dizerem desamparadas de um apoio mais próximo ou recursos com que possam trabalhar com esses alunos.

2.1.8. Grupo Martins Atacadista.⁴¹

“O Grupo Martins (Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.) é uma empresa de vendas por atacado que foi fundada na cidade de Uberlândia em 1953 por Alair Martins do Nascimento. É uma das maiores empresas atacadistas do Brasil e da América Latina, chegando a um faturamento, em 2002, de 1,2 bilhão de Reais e possui nove empresas integradas ao grupo”⁴².

As salas de aula ficam alocadas na Central de Armazenagem e Distribuição do grupo, no Distrito Industrial da cidade e são para o público exclusivo de trabalhadores da empresa.

Vale ressaltar aqui algo muito importante: na entrevista as salas de aula ali existentes já não são mais do PMEa, pois constituem-se em salas multiseriadas de 6º ao 9º Ano da Educação de Jovens e Adultos, mas que começaram com o PMEa e, tendo os alunos concluído o 5º ano, o NEJA, em parceria com o Grupo Martins, viabilizou a continuidade das salas para atender ali a EJA de 6º ao 9º ano – o que, segundo a coordenadora Maria Geralda, foi de grande dificuldade, considerando as especificidades da carga horária obrigatória da EJA (diferentemente do PMEa), tendo sido rearranjado o currículo para que houvesse aprovação da Superintendência de Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais (órgão que regulamenta a educação também na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia).

Os sujeitos inseridos nas duas salas dispostas no Martins são aqueles que começaram com as salas do PMEa ou que já haviam concluído em algum momento o 1º Ciclo (1º ao 5º ano), mas não tinham o 2º Ciclo (6º ao 9º ano). No momento da visita conversei com as professoras Taís e Daniela, além dos alunos – diferente do PMEa, ali são vários professores de diferentes disciplinas. A primeira turma (de 3 alunos) tem aulas de 12:40 às 15:00 horas e a segunda turma de 15:00 às 17:20 horas.

O perfil dos alunos é bem semelhante: pessoas que abandonaram cedo os estudos para trabalharem e que hoje mesmo empregadas, vê inclusive dentro da empresa onde estão, a cobrança para que “terminem os estudos” para terem chances de ascensão dentro da empresa.

⁴¹Anexo VII – Embora não marcado no mapa, o Setor Industrial fica nas proximidades do Setor Norte. Diversos professores (6º ao 9º) / Aulas no período vespertino / Visita em 02/12/2016.

⁴²Fonte: Grupo Martins. Disponível em: www.martins.com.br Acesso 21 em Maio de 2018.

Algo que muito me tocou ali foi o interesse deles em continuarem os estudos no Ensino Médio, pois estavam encerrando o 9º ano. Porém, todos veem muita dificuldade em ir para uma “escola convencional” devido o horário que trabalham, a carga horária, distância e outras dificuldades. Ao término das entrevistas, me procuraram perguntando se eu não poderia fazer algo para ajudá-los, para manter ali o Ensino Médio. Como já me era sabido em diálogos com o NEJA, isso seria impossível para a prefeitura, considerando que, em seu Sistema de Ensino, não há o Ensino Médio e a Superintendência Estadual já havia sinalizado a inviabilidade devido ao número de professores, disciplinas, o número de alunos e demais fatores.

Outra situação que pude perceber e que desde meu projeto de pesquisa acenava como crítica é o fato de os/as alunos/as não disporem de tempo da sua carga horária de trabalho para a atividade escolar, tendo de frequentarem as aulas antes ou depois da carga horária de trabalho. Embora esses também percebam isso como uma dificuldade, pois em maioria realizam trabalhos pesados em jornadas que ou começam muito cedo ou que se estende noite a fora, ainda veem com bons olhos a oportunidade de terem a escolarização ali, por diversos fatores como não precisarem se deslocar para outro espaço, tem o transporte da empresa, são poucos alunos e todos se conhecem.

A sala de aula é bem aconchegante com carteiras estofadas, quadro branco, projetor e computador, ar-condicionado e o lanche é cedido pela empresa e fica disponível aos alunos antes e depois das aulas como pão com manteiga, bolacha, leite, café e suco. Porém, como a sala fica aos fundos, próxima à entrada e saída de caminhões que fazem a logística da empresa, percebi que há grande barulho, o que talvez possa atrapalhar um pouco.

Felizmente não tive grandes dificuldades de acesso às salas depois de prévio agendamento e documentação de encaminhamento da realização da pesquisa, mas por medidas de segurança tive de passar pelos mesmos procedimentos dos funcionários, que passam por scanners que detectam códigos de barras de produtos e aparelhos eletrônicos – as salas ficam num espaço ao fundo do Centro de Distribuição (que é imensuravelmente grande. Me explicaram o caminho – que era até perto e ainda assim tive de pedir ajuda no trajeto pois me parecia um labirinto). Até mesmo os professores para estarem ali passam por treinamentos de segurança oferecidos pela empresa aos demais trabalhadores.

O Centro funciona 24 horas e, como é o local onde ficam armazenados os produtos que são vendidos pela empresa e separados para distribuição, há a política de passar por detectores (que segundo uma funcionária), “detectaria qualquer produto que estivesse com uma pessoa pelo número de código de barras, evitando que alguém ‘pegasse’ algo”. Fui

autorizado a entrar com o celular, garantindo que os únicos registros seriam na parte das salas de aula, uma vez que são proibidos nos demais espaços.

Apenas um aluno não quis ceder entrevista, pois disse não se sentir a vontade. Os demais foram muito solícitos em dialogar, assim como os professores e demais funcionários da empresa como a senhora Maria, que trabalha na área de Recursos Humanos da empresa e é a responsável por coordenar o Projeto SuperAção ali dentro. Nas salas do Grupo Martins, por orientação da empresa, foi o único lugar em que utilizei “Autorização” assinada pelos/as alunos/as.

2.2. REALIDADE VIVIDA: AS ENTREVISTAS REALIZADAS NO PMEA.

Desde minhas primeiras interações com o programa, ainda na graduação, sempre procurei dialogar com professoras e alunos/as nas escolas e salas que visitei. Como exposto, acredito que esse processo de participação nos diversos espaços foi de grande valia não apenas para me aproximar e ter interesse na pesquisa, mas para reconhecer e poder trazer com maior propriedade por essas experiências, a realidade do PMEA.

Sobre o trabalho com entrevistas abertas, Rosenthal (2014, p. 22-23) aponta que,

...Torna-se possível aos participantes do estudo, em conversa com os pesquisadores, expor suas perspectivas e suas experiências enquanto apresentam suas próprias relevâncias ao passo que em uma discussão em grupo é possível não apenas vivenciar a interação entre essas pessoas, mas também observar as representações que consensualmente se consolidam e aquelas que acabam sendo relegadas à margem. [...] Por exemplo, a fim de reunir mais informações a respeito do entendimento e das perspectivas dos atores na pesquisa de campo, entrevistas e pequenas conversas podem ser desenvolvidas em conjunto com a observação participante.

Nesse sentido, foi desenvolvida uma “avaliação sistemática das entrevistas em seus aspectos sociais”, pois mesmo tendo um script, essas se concretizaram na liberdade do diálogo, permitindo que cada um expusesse suas respostas de forma única, colocando-se como autores de sua própria história. Como expõe Rosenthal (2014, p. 19),

...ao contrário do que ocorre com os métodos quantitativos, estamos relativamente distantes de encontrar um entendimento comum, seja com relação ao modo de proceder da investigação qualitativa, seja com respeito às concepções metodológicas que o fundamentam. A denominação “métodos qualitativos” compreende variados modos de levantamento e análise, assim como posições bastante diversas quanto às bases teóricas. [...] ao invés de se chegar a uma padronização dos instrumentos, alcança-se um modo de proceder que orienta observações ou entrevistas - seja em entrevistas individuais, seja em discussões em grupo - pelas especificidades e relevâncias dos próprios entrevistados ou observados, dando-lhes maior espaço possível para a configuração da situação.

É importante salientar que dentre a metodologia dessa análise, destaco também que houve a intencionalidade de um trabalho com a história oral a partir da importância desta fonte para a compreensão das individualidades dos sujeitos, uma vez que as entrevistas trouxe à tona a relação da memória dos sujeitos com sua história, fazendo-lhes repensarem suas trajetórias e inclusive questionar naquele momento sobre os porquês de serem privados da educação. Como afirma Portelli (1997, p.16),

Se considerarmos a memória um processo, não o depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas.

Acerca do trabalho com a história oral e suas possibilidades, importâncias e desafios, Portelli (1997) aponta que essa deve ser como uma ação que, antes de tudo seja de “compromisso pessoal e político com a verdade e a honestidade”, uma vez que tais “verdades” são percebidas a partir do olhar e da vivência de cada sujeito inserido no contexto histórico que retrata, daí a importância em resgatar a memória do indivíduo, aquilo que o marca, sua experiência de vida – ainda que sendo “versões do passado”, trazidas de forma plural, pois assim como a linguagem por ele utilizadas nas entrevistas, a memória é social.

Compreendo que, para produzir um trabalho com história oral é importante a observação da ética e os embates do trabalho do historiador frente à pesquisa/entrevistas e ainda para a importância de o pesquisador mostrar-se aberto ao interlocutor o qual interroga – falando sobre si, de sua realidade – para que haja intervenções possíveis e pertinentes que, feitas com cuidado, fazem com que o trabalho obtenha resultados positivos não apenas para o historiador, mas também para o entrevistado.

Em busca do significado da pesquisa e quanto à ética da interpretação, Portelli adverte para os cuidados que o pesquisador deve ter com o que apreende da História Oral, considerando que existe nessa, elementos mutáveis, imaginação.

No entanto, a constatação de não mais estarmos lidando com fatos concretos (e que falta nos fazem!), mas com elementos mutáveis, como subjetividade, memória e narrativas de história, isto não nos deveria causar a euforia pós-moderna de decompor a materialidade do mundo externo entre as estonteantes possibilidades do discurso irrelevante. Da mesma maneira que trabalhamos com a interação do social e do pessoal, trabalhamos com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade, por um lado e, por outro, com fatos razoavelmente comprovados. Não reconhecemos a imaginação a menos que procuremos nos inteirar dos fatos. (Portelli, 1997, p. 25)

Nesse sentido, a legitimidade dessas entrevistas está não apenas na necessidade de contrapor os fatos e neles (talvez) desacreditar, mas está também nesse conjunto de representações onde a subjetividade encontrada pode ser inclusive a fonte para outras interpretações.

Nessas entrevistas, que aconteceram no formato de roda de conversa ou individualmente⁴³, procurei seguir com uma metodologia de perguntas a partir das questões postas nos questionários de 2015, mas em cada pergunta, diferentes eram as formas que esses tinham de respondê-la. Alguns eram mais objetivos e se prendiam na questão de fato, outros perpassavam a resposta dentro de sua trajetória de vida, sentindo-se livres para compartilhar até mesmo suas angústias e por vezes se emocionando.

Procurei trazer na transcrição, aquilo que mais tinha a ver com as perguntas, ainda que perpassado nas questões pessoais da trajetória de vida. Nos áudios gravados estão as entrevistas na íntegra, sendo possível reconhecer outras questões postas pelos sujeitos. Acredito que essas entrevistas em grande parte suprimam minha curiosidade surgida durante a monografia para com a pesquisa quantitativa exposta na análise dos gráficos, tornando-se uma atividade de pesquisa social – pela proximidade com os sujeitos e também pela análise a partir de pressupostos tragos na pesquisa quantitativa.

O PME A é constituído em sua maioria por mulheres, sendo em 2015, como observado no gráfico, mais de 60%. No processo das entrevistas muitas questões já pressupostas vieram à tona, sendo que muitas mulheres foram impedidas pelo pai e pelo esposo de frequentar a escola e de várias que desde muito cedo tiveram de cuidar dos irmãos para os pais trabalharem ou as próprias tinham de sair para trabalhar, ainda mais quando eram as filhas primogênicas. A senhora Carmélia⁴⁴ é uma das que relatam sua história expondo essas questões, salientando que hoje se sente livre e não mais “uma cega de guia”, pois consegue realizar as atividades do cotidiano que exigem a prática da leitura e da escrita. Quando a questioneei se ela teve a oportunidade de estudar, sua resposta foi:

Não! Eu chorava para ir para a escola, mas não podia ir porque eu tinha que ficar em casa pra minha mãe trabalhar na roça, pra eu ficar com doze irmãos, aí eu tinha que cuidar daquelas crianças. Eu era pequena, mas eu tinha que cuidar daquelas crianças. Eu chorava com vontade de ir pra escola, mas não tinha jeito. Eu era a mais velha de

⁴³A escolha de como seriam as entrevistas (se individual ou coletiva), foi discutida com os alunos e as professoras, visando não atrapalhar as aulas e deixando-os a vontade para o compartilhamento de sua história com toda a turma ou não.

⁴⁴Todas as falas aqui transcritas são dos áudios das entrevistas. As falas dos entrevistados não foram alteradas, porém as palavras foram transcritas no português formal e não transcrevi as interferências que fazia com as perguntas por entender que não foram necessárias para o entendimento do leitor.

todos. Depois que meus irmãos foram crescendo, chegou uma tia minha lá em casa e perguntou pra minha mãe se ela ia criar aquele meninos todos burros, ela falou desse jeito, aí meus irmãos foram pra escola. Quando cresceram foram pra sala de aula. Tenho uma irmã que se formou enfermeira, mas depois de grande, casada, mas quando nós éramos pequenos, não tinha condição também, era tudo pobre, meu pai vivia da roça. Não era culpa dos meus pais, eles eram analfabetos, não sabiam nem assinar o nome. Depois dos meus meninos tudo grande e casados, aí eu entrei na sala de aula... Hoje eu já falo pras minhas colegas que eu já não sou mais analfabeta, eu não sou! Já sei ler, muito bem não, mas já sei um pouquinho, sei assinar meu nome, chego num canto e já faço uma conta. Nossa, graças a Deus hoje eu estou feliz. Apreendi a fazer conta com a Sinara porque ela é muito boa. Tem muita paciência com os idosos porque não é fácil não, mexer com essas cabecinhas aqui não é fácil não. Moro no Morada Nova e venho de ônibus, pego dois ônibus, sozinha e Deus... depois que abriu essa sala de aula pra mim foi tudo... Eu já chego num banco eu já abro uma conta, mudou tudo, eu não sabia nem assinar meu nome. A pessoa que não sabe ler e escrever é cego de guia, é cego de guia eu falo isso todo dia lá em casa que quem não sabe ler é cego de guia. (Crescer e Conviver III em 24/11/2016)

Existem também pessoas que tiveram a oportunidade de estudar em algum momento, mas abandonaram a sala de aula porque se casaram e foram mães muito jovens. A senhora Dirce de 66 anos, natural do estado do Maranhão e que mora em Uberlândia há aproximadamente 50 anos é hoje dona de casa e diz ter trabalhado desde criança na roça o que dificultava o acesso à escola, que quase não tinha em sua região e que, depois que foi mãe, ficou impossível. Diz que tentou começar a estudar com 35 anos, mas foi impedida por problemas de saúde e que aos 48 anos tentou retomar, mas a filha teve bebê e Dirce ficou por conta de olhar a criança, o que demonstra o esforço dessas mulheres não apenas em cuidar dos filhos, mas também dos netos. Dirce conta que os filhos não só não a incentivam a ir para a escola como a criticam, dizendo-lhe ser um esforço desnecessário. O que temos então é a resistência de quem durante toda a vida enfrentou dificuldades para estudar e ainda hoje reluta para conquistar seu desejo.

Para essas mulheres, a escola é hoje a conquista de um sonho, como expõe com lágrimas nos olhos Vilma, que relata sua história de conquista em estar hoje na escola:

Eu aprendi ler e escrever porque fui trabalhar na casa de uma família e a mulher era professora. Aí ela passava dever pros meninos e eu ficava ao redor, doidinha pra ela me ensinar né, porque eu não sabia nem escrever meu nome. Aí ela passava dever pros meninos e passava pra mim também. Aí depois que eu terminava meu serviço, eu ia fazer meu dever. Eu tinha uns 28 anos, trabalhava e morava lá. Ela me incentivava muito a aprender ler e escrever. Trabalhei lá 12 anos. Ela me ensinou até quando os meninos estavam pequenos em casa, depois que ele foram pra escola, ela não me ensinou mais. Eu sempre tive o sonho de ir pra sala de aula. Não tenho filhos e nem ninguém. Sou pensionista. Morei com meu marido uns 15 anos, foi na época que eu saí do serviço pra ir morar com ele, aí ele faleceu e eu fiquei sozinha. Moro no bairro Minas Gerais e minha mãe e família em Araguari, venho de ônibus da prefeitura. Falto de jeito nenhum. Sempre sonhei em estudar e quero continuar. Quero realizar o meu sonho em ajudar as pessoas quem não sabe ler, meu sonho é ser professora, mas tenho dificuldade é na matemática. Agora sei ler a Bíblia, não preciso perguntar ninguém onde ir pra pegar ônibus. A dificuldade de estudar quando era pequena era o trabalho. Tive só mãe, meu pai morreu eu tinha 1 ano. Aí tive um irmão que estudou até a 8ª série. Eu nunca tive oportunidade, sempre

trabalhando, ele era o caçula, aí era mais fácil. Eu o ajudava, gostava de comprar caderno pra ele, lápis... minha mãe e meu pai não sabia ler também. Agora eu mesmo me incentivo, fico dos mais feliz quando pego minha mochilinha e vou pro ponto de ônibus. Não gosto nem de sábado, domingo e feriado. Não sei nem o que vou fazer nas férias, vou fazer muito dever. Eu também gosto de fazer tapete de cordão, aprendi num negócio da prefeitura. Meu esposo faleceu tem 1 ano e 8 meses, ele sabia ler e escrever mais ou menos e dizia que fazia falta, ele era caminhoneiro, mas eu não estudava na época dele porque ele não deixava, dizia que aqui era muito “baguncento”, aí quando ele faleceu eu falei “agora vou realizar meu sonho de estudar”. (E.M. Ladário Teixeira em 23/11/2016)

Conforme se pode observar nas entrevistas, muitos são os alunos que estudaram na zona rural quando crianças, deixando a escola para trabalhar no campo ou após mudarem para a cidade. O fato de os pais não serem donos da terra fazia com que constantemente se mudassem em busca de trabalho nas colheitas e os filhos consequentemente deixavam de estudar ou passavam por diversas escolas, não tendo uma continuidade apropriada na escolarização.

Ainda, para muitos alunos, a realidade do trabalho que exige grande esforço físico os acompanha desde a infância, o que se torna dificuldade em ir para a escola. Em uma das minhas visitas na Escola Cecy Cardoso Porfírio⁴⁵, questionei a um aluno o porquê de ele estar assistindo aula em pé e esse me disse que havia assentado muita cerâmica no dia ficando agachado e que em pé era o jeito que encontrou naquele momento de sentir menos dores nas costas.

Na Escola Eurico Silva, o aluno Cézar Alves, relata que

Estudei um pouco lá na roça, tinha sete anos fiz só até a terceira série. E era difícil, tinha que ir pra escola era de cavalo. Lá não tinha escola assim. Igual, hoje em dia tem escola pra todo lado, antigamente escola na roça era muito difícil, não tinha transporte. Parei por dificuldade mesmo pra ir, porque era muito difícil ir pra escola. Dia que não conseguia pegar um animal pra ir, não ia não. Comecei a trabalhar, eu tenho carteira assinada com 13 anos de idade. Hoje eu trabalho de pedreiro autônomo. O que mais fez falta foi a escola. Se tivesse estudado e formado não era um pedreiro hoje... a dificuldade hoje é porque trabalho. Trabalhar e estudar é muito difícil ‘né?’, cansaço, tem que chegar e tomar banho e sair correndo, como eu trabalho por conta, pra mim é mais fácil, os que trabalham comigo um tem a 5ª e o outro parece que a 7ª série, pejo pra eles virem, mas não vem, tem vergonha. (E.M. Eurico Silva em 24/11/2016)

Uma realidade é a quantidade de alunos que, mesmo aposentados, continuam exercendo algum trabalho para complemento da renda, ainda sendo responsáveis pela subsistência familiar (ou parte dela), cuidando principalmente dos netos, sendo muitas dessas famílias agrupadas entre avós, pais e netos na mesma residência. O senhor Anastasia Santana de 62 anos, oriundo da região Nordeste, que estudou quando criança, mas teve de deixar os

⁴⁵ Não foram realizadas entrevistas nessa escola.

estudos para trabalhar com aproximadamente 15 anos de idade, é aposentado, mas faz alguns trabalhos de carpintaria de cercas em plantação. No PMEa, Anastasia parou e voltou várias vezes por algumas situações adversas. Gosta de estudar hoje, pois para ele a escola é uma “distração boa”, além de ajudar sua memória com os conhecimentos que são adquiridos, mas como Cézar, muitas vezes sente o cansaço físico falar mais alto.

Nas entrevistas encontrei com Mariana Souza de 17 anos, que sendo a mais velha de 7 filhos, sempre teve de ajudar a olhar os irmãos e hoje estando casada e trabalhando como vendedora, tenta recuperar o tempo que perdeu, sendo incentivada pelo esposo à ir para a escola e a senhora Zenaide Moura de 85 anos, o que nos apresenta as extremas idades existentes no PMEa. Dona Zenaide, que foi impedida pelo pai de frequentar a escola por ser mulher, já foi proprietária de restaurante e pensionato, disse que na infância aprendera algumas coisas com a avó, que era professora. Hoje, viúva e aposentada, vai para a escola “para ter o que fazer”, pois mora sozinha e gosta muito da professora que sempre a visita e dos colegas, daí o incentivo de pegar 3 ônibus para ir para a escola, que fica distante de casa. Mariana, mãe de um filho pequeno, é incentivada pelo esposo e trabalha em uma loja e vê nos estudos a oportunidade de uma vida melhor.

Essas mulheres de tão diferentes faixas etárias mostram a mesma realidade sobre a impossibilidade de irem para a escola em determinado momento, mas hoje com realidades distintas, também demonstram diferentes interesses, o que faz do PMEa esse importante espaço da diversidade não apenas de histórias, mas de considerar a importância que a sala de aula apresenta para cada sujeito.

Ainda nas entrevistas sempre perguntei se havia incentivo por parte da família e em maioria das respostas eram positivas ou “sim”. Muitos desses/as alunos/as que estão aposentados relataram que a escola é sua única atividade permanente (às vezes a igreja também) e que se não fosse por preguiça ou até pela novela, não há maiores dificuldades em ir, salvo os casos citados, daí a importância também psicossocial. Dentre as entrevistas que considerei representativas, destaco a da senhora Zilá, que queria que eu a certificasse que se ela se dedicasse aos estudos conseguiria formar-se em enfermagem, que era seu sonho. Entusiasmada, disse que aquele momento das perguntas era de esperança, pois a fazia se lembrar do por que estar ali e vencer as dificuldades para permanecer.

Assim como Zilá, muitos diziam ter o sonho de cursar a universidade, mas acham inviável se não, impossível. Nesses momentos, muitas vezes as professoras se inseriam no diálogo com palavras de motivação aos alunos e esses confirmavam que sempre são incentivados pelas professoras, o que faz perceber a importância de profissionais não apenas

com qualificação, mas com humanidade, interesse em ajudar e incentivar esses alunos tantas vezes excluídos.

Alunos como o senhor Augusto, do Bairro Lagoinha, que é autônomo e trabalha com toldos e fachadas, embora demonstre grande conhecimento e experiência em trabalho com comércio (e hoje proprietário de uma micro empresa), traz as consequências que a falta de escolarização deixou em sua vida. Augusto se diz envergonhado de seus clientes e funcionários saberem de sua baixa escolarização e por isso, sempre que possível, omite o fato. Como o próprio expõe, ser analfabeto não o impediu de transitar entre países e ser próspero em seu pequeno negócio, mas acredita que poderia ter muitas outras conquistas se dominasse a leitura e a escrita, reconhecendo o quanto essa lhe fez falta.

Simone, que tem 58 anos e estuda na mesma sala, também compartilha de suas dificuldades. Viúva e com filhos ainda menores, trabalha em um supermercado como repositora e, um dos quesitos para manter-se no emprego é estudar. Perguntei a mesma como é no trabalho, se tem dificuldades devido à baixa escolarização e ela disse que diversas, inclusive na hora de preencher papéis de seus próprios benefícios, banco de horas e afins e que sempre depende dos colegas, inclusive para indicar onde devem ficar os produtos que precisa repor, pois muitos ela conhece pelo “desenho” e não pelo nome impresso.

Nas entrevistas realizadas na sala do Grupo Martins, a falta de escolarização e o reflexo na vida profissional ficaram muito claros. Ali, a resposta era sempre pautada em melhorar de cargo no emprego, incentivo por parte da chefia, percepção da necessidade de cursar faculdade e semelhantes. Daí nota-se a cobrança que o mercado tem com a escolarização, ainda que a função desempenhada pela pessoa não necessariamente precise. E mesmo quando não exista a cobrança diretamente de onde a pessoa esteja, uma vez inserida no mercado de trabalho essas compreendem que a cobrança se tornará cada vez maior. No Grupo Martins isso foi posto por todos, mas com todos que conversei e que são trabalhadores ativos, demonstram essa preocupação e dizem querer “recuperar o tempo perdido”.

Assim, se para alguns sujeitos o programa os atende em questões sociais, especialmente nas salas de aula voltadas para alunos especiais, para outros é a oportunidade para realizar o sonho de ler e escrever e ainda para muitos este é essencial para a vida profissional e, conseqüentemente, seu futuro.

Nesse sentido, podemos compreender o perfil do PMEa enquanto espaço de educação – onde o programa se faz num sentido amplo de educação social, comunitária e popular como visto – e também seu aspecto enquanto lugar de escolarização e formação para o mercado de trabalho, pois ainda que não seja voltado para o “técnico/profissionalizante”, muitas vezes é o

espaço de contato para propiciar aos alunos oportunidades de melhores condições de trabalho e os incentivar na busca da realização profissional.

CONCLUSÃO

Observando as características do PMEa em seu programa e os espaços em que se insere, acredito que podemos concluir que trata-se de uma educação que se enquadra na “formalidade”, uma vez que é promovido por uma política pública municipal e que traz características da educação popular, social e comunitária, especialmente quando traz as teorias freireanas na constituição de seu projeto, considerando que,

As práticas de educação popular devem desenvolver um olhar crítico, estimular o diálogo e a participação comunitária, possibilitando uma melhor leitura sobre a realidade social, política e econômica, bem como a reflexão crítica, pois têm a função de promover o desenvolvimento da comunidade em que o(s) educando(s) está(ão) inserido(s). Agregando diversos profissionais, desse modo permitem educar e organizar grupos sociais para ações que visem superar ou pelo menos amenizar o quadro de exclusão. Portanto, valorizar e oportunizar para que os indivíduos, crianças, adolescentes e adultos possam ser protagonistas de seus processos de formação. (Duarte, 2016, p.27)

A seleção de professores do PMEa é um ponto que se destaca na relação da característica da educação popular e que acredito que deva ser não apenas mais explorado, como consolidado, ao considerar que Gadotti (2012 p.3), o educador popular “precisa conhecer a realidade onde atua, com os pés no chão, mas procurando enxergar longe”, sendo responsável por “intervir e mudar o mundo que deseja transformar”, agindo diretamente no processo de emancipação dos sujeitos.

A seleção de professores do PMEa sempre esteve ligada à possibilidade de as salas terem professores próximos da realidade em que atuam e/ou que tenham uma sensibilidade à EJA, reconhecendo que atuariam num universo plural e de dificuldades. Durante a pesquisa pude constatar que há uma grande empatia entre alunos e professoras, sendo esse um dos motivos que muitos alunos não deixem a escola, o que demonstra a importância de se buscar profissionais que de fato estejam dispostos a construir junto à classe uma educação próxima à sua realidade.

Ao conversar com as professoras, muitas relatam que o PMEa é seu segundo turno de trabalho, atuando também no Ensino Fundamental com crianças e reconhecem a dificuldade principalmente no início em reconhecer esse novo espaço e trabalhar com estratégias que correspondem a essa realidade. A maioria das professoras com quem pude conversar, está há mais de cinco anos no programa e hoje tem paixão pelo mesmo e dizem ter superado as barreiras que encontraram, buscando métodos que auxiliem os alunos e reconhecendo que um

dos principais pontos é a proximidade pessoal com a turma para que os alunos não desistam de frequentar as aulas.

Compreendo, a partir das experiências que tive nas formações de professores do PME A, que o programa não oferece uma formação consistente no que se refere às teorias e conceitos da educação popular, preocupando-se muito no trabalho das metodologias de ensino daquilo que já é explorado no ensino fundamental: a leitura, escrita e baseando-se nesse currículo, não trazendo uma problematização com mais afincamento das questões políticas e sociais, no entanto observei que elas existem, mas acredito que poderiam e deveriam ser mais exploradas.

Durante as aulas e as atividades, as professoras muito buscam a proximidade com a realidade dos alunos, em especial nas salas em que o público é mais homogêneo na questão da idade e dos interesses naquele espaço, diferente das salas em que há grande diversidade de idades e em que há alunos mais interessados em realmente terminar o Ensino Fundamental I para avançar na escolarização.

Como já apontado, existem as salas em que os alunos, coletivamente, não demonstram pressa em terminar o processo de alfabetização, que são as salas onde todos (ou a maioria) são aposentados e veem a escola mais como uma atividade de socialização. O CERTO, o Centro Espírita Joana D'arc e o Crescer e Conviver são exemplos desses espaços.

O programa chama a atenção pela quantidade de alunos especiais que atende, principalmente no CERTO e do Centro Espírita Joana D'arc, onde se concentra a maioria desses alunos. Isso reflete a importância do PME A enquanto espaço de socialização, onde o programa muitas vezes cumpre o papel social de cuidar dessas pessoas e nesse sentido, seria muito importante que todos esses alunos estivessem em espaços apropriados para tal, como acontece no CERTO e no Crescer e Conviver – onde a sala é uma das ações desenvolvidas, tendo outras atividades (e outros profissionais) no processo de socialização e dos cuidados, a fim de que não sobrecarregue os profissionais do PME A e de que esses alunos não sejam assistidos sem condições adequadas e sem acompanhamento de profissionais qualificados para tal.

Vale ressaltar que em outros espaços comunitários como ASUL e ADEVIUDI, mesmo trabalhando com alunos com deficiência, esses demonstram muito interesse em seguir os estudos para conseguir emprego ou um melhor trabalho. Inclusive esses são sempre orientados sobre os direitos quanto ao seu ingresso no mercado de trabalho, seja pelas professoras, seja pelas próprias associações, que desenvolvem um trabalho voltado especificamente para esse público.

Essa diversidade de espaços e alunos existentes no PMEa nos leva à compreensão de o porquê o programa não ter um maior engajamento nas questões de educação popular. Acredito que muito disso se refere primeiro à pluralidade das salas, pois na maioria delas os interesses são muito diversos e muitos alunos de fato querem e precisam aprender a leitura, a escrita e seguirem em frente, visando “recuperar o tempo perdido” como muitos relatam e, entendemos a partir dos conceitos apresentados, que a educação popular exige muito mais que a técnica metodológica do ler e escrever e nesse primeiro ponto ainda devemos considerar que as salas são multiseriadas, compostas por alunos que tem mais e menos dificuldades, sendo que alguns já dominam a leitura, escrita e matemática mais que outros que talvez estão nos primeiros dias sentados num banco escolar.

Um segundo ponto que avalio distanciar-se da educação popular é a formação das professoras na compreensão desse conceito e conseqüentemente sua aplicação. Confesso que foi no mestrado e durante essa pesquisa que conheci a profundidade do que é o trabalho da educação popular, que não é apenas tomar os escritos de Paulo Freire e dar voz e vez às pessoas, mas problematizar a prática daquilo que ensinamos, do por que ensinamos e para quem ensinamos. Durante as formações dos professores do PMEa, onde inclusive fui convidado a fazer parte da construção de algumas, discussões temáticas como o trabalho com a “Consciência Negra”, “Metodologias de Currículo e Avaliação”, nossa preocupação se pautava muito nessa proximidade do ensino com o aluno, mas hoje percebo que é preciso avançar, o PMEa tem condições de ir além das realidades dos alunos, deixar de trazer apenas aquilo que já é parte deles, mas trabalhar também as relações mais complexas como políticas, culturais e sociais.

Muito é trabalhado com os temas do ensino fundamental, mas muito há o que explorar das trajetórias deles e isso pude observar quando os entrevistava. Nesse momento, percebi que os faziam pensar sobre os motivos pelos quais eles não tiveram acesso à escola, para além de apenas oferecer hoje esse espaço. Então nesse aprofundamento de educação popular, social e comunitária, reflito que há muitas portas a serem abertas no processo de formação, primeiro dos docentes e estender aos alunos.

Um terceiro ponto que compreendo como controverso à educação popular são a preocupação na continuidade do programa e seus problemas estruturais. A equipe de coordenação busca oferecer e qualificar-se mais em formação e aprofundamento das questões da EJA e educação popular, no entanto, seu maior tempo talvez seja gasto em resolver problemas como falta de lanche, falta de transporte para os alunos, falta de materiais escolares e uniformes, preocupação com fechamento de sala (devido o baixo número de alunos) e afins.

Esses são problemas muito complexos do programa junto à prefeitura, até porque como visto, não há recurso próprio para o PMEa com lanches, uniformes e materiais. O que é conseguido muitas vezes são doações, oriundas de “sobras” das escolas ou do próprio MEC (como no caso dos livros). Isso faz com que a equipe gestora tenha que se desdobrar entre afirmar a importância das salas para a prefeitura e contar com a paciência e cooperação de alunos e professores que muitas vezes não compreendem ou sequer sabem desses problemas estruturais, comparando a sala como outra qualquer da rede de ensino.

Considero esse terceiro ponto muito emblemático porque o problema aí está em reconhecer a importância da educação de jovens e adultos por parte das próprias entidades públicas e nisso, mais uma vez, perpetua-se a relação da escola como produtora de mão de obra, dando menor assistência àqueles que buscam nesse espaço recuperar o que lhes foi negado pelas tantas situações impostas, estando a EJA, mais uma vez, posta à margem.

Quando analisados esses conceitos interdisciplinares da educação, acredito que o programa perpassa por todos com algumas características e que, embora as práticas nem sempre correspondam às teorias e ou tendências planejadas, podemos observar que o PMEa oferece condições para que sejam trabalhadas no campo social, político e comunitário seu modelo de educação em diversos momentos, fortalecendo-se enquanto educação popular em amplitude.

Assim, considerando a impossibilidade da neutralidade na educação, prestando essa um “serviço” a determinada ideologia, comungo com a ideia de Maciel (2011, p. 340), ao afirmar que “a Educação popular é vista como fonte de produção do conhecimento altamente carregada de intencionalidade. Pela primeira vez se estabelece um vínculo entre educação e política, e educação e luta de classes”.

Ainda, como afirma Pereira e Pereira (2010, p. 84),

Falar em Educação popular, hoje, é falar do conflito que move a humanidade; é falar dos sonhos e ao mesmo tempo dos sofrimentos humanos. É falar de uma perspectiva de Educação cujo ponto de partida é a realidade social, que tem como objetivo reacender “a chama da esperança”, a crença de que “um outro mundo é possível”, por meio de novas formas de participação social, rumo à construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

O PMEa justifica-se por buscar inserir-se de forma a atender o tempo e as especificidades dos educandos, que buscam a sensibilidade para com suas necessidades, mas acredito que deve também ser instrumento de referência para a reflexão crítica da própria educação recebida. Atuando dentro de empresas, em instituições e associações (como para deficientes visuais, surdos, idosos, igrejas e outros), além dos tantos trabalhadores que mesmo

cansados buscam na formação também uma possibilidade de ascensão no mercado de trabalho, entendendo que o PMEa deve atuar como formador de sujeitos que reconheça seu direito à educação, mesmo que essa antes lhes tenha sido negada.

Finalizo este trabalho, com grandes receios dos caminhos tortuosos pelos quais tem passado a educação e especialmente o temor de que projetos como o PMEa e a própria EJA deixem de existir, sendo sucumbidos por interesses mais imediatistas. A PEC do teto dos gastos públicos⁴⁶ terá impactos negativos na educação, uma vez que

Os investimentos mínimos para educação e saúde deixam de crescer proporcionalmente à receita do país e passam a ficar congelados – corrigidos apenas pela inflação do ano anterior. Como se trata de um piso, é possível, na teoria, que a União invista mais que o mínimo estipulado. Mas como as outras áreas estarão com seus orçamentos limitados, é improvável que sobre dinheiro para gastos extras com educação e saúde. (Tavolieri, 2016).

Para o filósofo e pedagogo Demerval Saviani, a PEC é um retrocesso, inviabilizando o PNE⁴⁷, criado em 2014 pelo governo da presidenta Dilma Rousseff. Em entrevista ao *Brasil de Fato*, Saviani (2017) aponta que a PEC,

Inviabiliza o Plano Nacional de Educação (PNE) porque as metas do plano estão vinculadas aos recursos financeiros. Uma das metas principais, a meta 20, que determinava atingir 7% do PIB [para o investimento na educação] nos primeiros cinco anos, chegando a 10% ao final do período de dez anos. Como o plano foi aprovado em 2014, então a meta de 10% do PIB, deveria ser atingida até 2024. Com a aprovação da emenda constitucional por 20 anos, impedindo investimentos públicos, e iniciando-se a partir de 2017, isto conduz essa limitação até 2037. Como o plano vence em 2024, as metas ficaram inviabilizadas; algumas delas que deveriam ser atingidas no prazo de 2 anos, portanto em 2016, já venceram e não foram atingidas, e aquelas cujo vencimento se estende até 2024, também estão inviabilizadas por conta dessa PEC.

⁴⁶Aprovada em 13/12/2016 a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do teto dos gastos públicos, institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes. Fonte: Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> Acesso em 05 de novembro de 2017.

⁴⁷Aprovado em 2014, O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior. <http://pne.mec.gov.br/>

Nesse sentido, avaliando as possíveis perdas para a educação como um todo e ao considerarmos o histórico de dificuldades enfrentadas pela EJA, pela Educação Popular e pelo PMEa, fica o questionamento se um programa como esse conseguirá se manter, quanto mais ganhar notoriedade enquanto política pública de educação.

Ainda, em outubro desse ano foi eleito para Presidente da República pelos próximos quatro anos (2019-2022), Jair Bolsonaro que demonstra total aversão às teorias freireanas e, assim, às políticas de educação popular e à educação enquanto formadora de agentes críticos. Enquanto presidente, em uma palestra para empresários do estado do Espírito Santo, o mesmo disse que,

A educação brasileira está afundando. Temos que debater a ‘ideologia de gênero’ e a escola sem partido. Entrar com um lança-chama no MEC para expulsar o Paulo Freire lá de dentro. A imprensa já falou que eu queria matar gente lá, eu não posso mais usar figura de linguagem. Os alunos de 15 anos já não sabem nem fazer regra de três, não sabem nada de física, química e matemática. Por outro lado, eles defendem que tem que ter senso crítico. Vai lá no Japão, vai ver se eles estão preocupados com pensamento crítico. A educação tem que ser mais objetiva.

Considerando que o próximo presidente defende escolas militarizadas com conteúdos “objetivos” e uma escola sem pensamento crítico, reitero a necessidade de que os educadores que atuam especialmente com a educação popular e o PMEa sejam sensíveis à realidade dos diversos sujeitos e resistentes quanto ao processo de uma educação que vise não apenas ensinar a ler e escrever ou a educar a partir dos interesses do capital, mas que possam construir com essas pessoas uma formação que contemple, mais do que nunca, a discussão político-social em cada espaço e com todos/as que a compõem.

É nessa perspectiva que entendo o importante e desafiador papel do PMEa e da educação popular, podendo agir junto aos sujeitos de forma a incitar questões que frutifiquem em ações políticas em seu cotidiano, transformando assim as realidades existentes no PMEa. É nessa ânsia que se faz meu desejo de reconhecer no programa essa característica de formação para a cidadania, de avançar mais destemidamente no “educar para ser mais”, sendo mais do que nunca, resistência.

FONTES DE PESQUISA

Entrevistas

Igreja Sal da Terra - Bairro Lagoinha.

Entrevistas realizadas em 21/11/2016.

Augusto: 37 anos, autônomo – trabalha com toldos e fachadas. Natural de Uberlândia-MG, foi criado pela avó que não se importava de o neto faltar à escola, assim, não aprendeu a ler e escrever e abandonou a escola muito cedo. Ex presidiário e hoje responsável pela empresa de que é dono, diz ter vergonha de os clientes e funcionários saberem de sua baixa instrução, por isso omite o fato. Augusto relata que sempre foi bom em fazer negócios, tendo visitado diversos países da América Latina, trabalhando com vendas e acredita que se tivesse “leitura”, teria prosperado muito em seus negócios.

Antônio: 77 anos, natural da Paraíba-JP, diz que sempre teve interesse e vontade de estudar, mas devido à profissão (tratorista), viajava muito à procura de trabalho, o que lhe impedia de frequentar a escola continuamente. Hoje, aposentado e morando próximo à sala do PME A, vê a possibilidade de aprender a ler e escrever.

Diego: 17 anos, natural de Uberlândia-MG, o adolescente diz que sempre fugiu da escola, pois tinha muita preguiça e desinteresse de estudar, com a idade em déficit escolar, procurou o PME A, a fim de avançar nos estudos, pois hoje gosta e sente a necessidade de estudar.

Cristiane: 52 anos, natural de Uberlândia-MG, diz que no tempo em que estudava gostava de namorar e que “casou cedo”, o que lhe afastou da escola. Diz que sempre teve muita dificuldade inclusive para transitar pela cidade, pois analfabeta, não sabia tomar sequer ônibus, dependendo de outras pessoas para lhe dizer. Sua maior frustração foi quando, no falecimento de seu esposo, ao comparecer no cartório se viu obrigada pela atendente a assinar um documento para o enterro de seu marido e a mesma, não o sabendo, percebeu a grande necessidade “para viver e morrer” da alfabetização.

Márcio: 48 anos, Márcio relata que teve muito problema com repetências, o que o afastou da escola por volta da 4ª série, ainda criança. Hoje busca na escolarização oportunidades de trabalho, pois tem experiência com plantas e almeja realizar projetos nesse campo de trabalho.

Sônia: 56 anos, natural de Uberlândia-MG, mais velha de 8 irmãos, deixou a escola aos 13 anos para cuidar dos mesmos enquanto a mãe trabalhava. Servidora efetiva da Prefeitura de Uberlândia, perguntei a mesma como foi aprovada em concurso público e essa me informou que na época era realizada uma “prova oral”. Relata com orgulho que a filha é professora e a incentiva muito a frequentar a escola, inclusive a auxilia em algumas situações com as tarefas escolares.

Daniel: 30 anos, natural de Uberlândia-MG, de poucas palavras, Daniel trabalha com jardinagem. Faltava muito na escola, o que fez com que tivesse grandes atrasos. Segundo a professora, o mesmo tem muita dificuldade de aprendizado e acredita que teria sido importante o mesmo frequentar uma escola com atendimento especializado.

Joana: 76 anos, natural da Bahia-BA, Joana disse que veio para Uberlândia à procura do irmão que teria sido mantido como escravo nas terras de um agricultor e preso por tentar fugir. A mesma morou por muitos anos em casa de patroa, onde muitas vezes o salário era a refeição. Questionada sobre o porquê de estar na escola, diz que é onde se sente bem e acolhida e que quando falta os alunos a procuram para saber o que houve. Sem parentes na cidade, muitas vezes a visita que recebe é da professora e dos colegas de sala. Diz que cuidou das filhas do irmão por muito tempo, mas que essas voltaram para a Bahia, assim como o irmão e nunca mais voltaram. Joana diz ter saudades de sua terra, mas que sequer pode visitá-la, pois não sabe chegar lá nem de ônibus e que a falta de leitura a impede de ter coragem de viajar.

Simone: 58 anos, natural da região de Tupaciguara, Simone diz ter 18 irmãos e que o pai, com problemas com a bebida, sempre mudou muito de fazenda em fazenda. Relata que até a idade da adolescência não havia sido registrada, assim como os irmãos e que uma juíza, sabendo da situação os registrou, embora ninguém soubesse ao certo a data e ano em que tivessem nascido. Pouco frequentou a escola devido as diversas vezes que precisou se mudar com a família e que cada época um pouco das crianças iam para a escola, devido as condições e a necessidade de ajudar na roça em que os pais trabalhavam. Hoje, viúva e com filhos para

criar, trabalha em um supermercado como repositora e, um dos quesitos para manter-se no emprego é estudar. Perguntei a mesma como é no trabalho, se tem dificuldades devido à baixa escolarização e ela disse que diversas, inclusive na hora de preencher papéis de seus próprios benefícios, banco de horas e etc., e que sempre depende dos colegas, inclusive para indicar onde devem ficar os produtos que precisa repor, pois muitos ela conhece pelo “desenho” e não pelo nome impresso.

CERTO - Centro de Excelência em Reabilitação e Trabalho Orientado de Uberlândia.

Entrevistas realizadas em 22/11/2016.

Jonatas: 62 anos, natural do estado de São Paulo, é hoje residente no bairro Roosevelt, vai de ônibus para as aulas, tendo que embarcar em duas conduções. Jonatas que é viúvo, mora sozinho e é aposentado, tendo sido até chefe na loja que trabalhava. Embora já tenha sido alfabetizado, o mesmo teve um AVC (Acidente Vascular Cerebral) e por isso fala com grande dificuldade. Frequenta o PMEIA há cerca de 8 anos e a professora explica que o mesmo esqueceu muita coisa e teve perda de memória devido o AVC. Jonatas deixou a sala de aula mais cedo que os colegas, me explicando que vai mais cedo para não perder o ônibus, senão teria que esperar muito o próximo.

Agnaldo: 41 anos, natural de Ituiutaba-MG, veio para Uberlândia em busca de tratamento. Estuda no PMEIA há aproximadamente 3 anos e estudava antes na APAE. Vai para as aulas na van do “Porta a Porta”, pois mora no Bairro Luizote. A professora diz que ele ainda não é alfabetizado. Para Agnaldo a escola é um lugar em que se sente bem, gosta da companhia da professora e dos colegas.

Rayane: 30 anos, natural de Bauru-SP, mora no Jardim Europa e também vai para o CERTO na van do “Porta a Porta”. Rayane está há aproximadamente 15 anos nas salas de aula da EJA e, segundo a professora é bem alfabetizada e que a aluna tem deficiência mental. Rayane diz que gosta das aulas, aprende muito e é muito bem recebida no CERTO e no PMEIA.

Vanessa: 60 anos, natural de Patrocínio-MG, mora em Uberlândia há 35 anos. Reside no bairro Pacaembu e vai para as aulas na van do “Porta a Porta”. Vanessa sempre foi “dona de casa” e tem duas filhas. Há aproximadamente 4 anos, devido problema de artrose, teve de começar a andar com bengala, andador e atualmente depende da cadeira de rodas pra se

locomover. Vanessa (que fala com um pouco de dificuldade) é alfabetizada, diz que vê na sala de aula uma oportunidade de convivência e de “sair de casa”, devido a facilidade que a van do “Porta a Porta” propicia. Apaixonada pela professora, diz que a vê hora como mãe, hora como filha e que gosta muito das aulas e do ambiente.

Késia: 41 anos, natural de Uberaba-MG, mora em Uberlândia há 15 anos. Residente no Bairro Cidade Jardim, Késia vai para o CERTO na van do “Porta a Porta” e o pai a busca. Késia está há dois anos no PMEA. Embora tenha concluído o Ensino Médio, aos 22 anos teve um grave acidente de carro, que a fez ter certas limitações. A professora relata que ela é alfabetizada, mas que em certas circunstâncias parece esquecer muito do que aprendeu. Késia recebe salário de “auxílio doença” e diz que vai para a escola para não ficar sozinha em casa, pois a mãe (com quem sempre ficava) faleceu e o pai trabalha. Muito solícita e amigável, se diz feliz em estudar e fazer amigos na sala de aula, que vê como uma família.

Fabiane: 23 anos, natural de Uberlândia, frequenta a sala do PMEA há 3 anos. Mora no bairro Luizote e vai para o CERTO na van do “Porta a Porta”. Fabiane parece muito tímida e fala pouco, sempre segurando na mão da professora que vai me relatando junto com a aluna algumas de suas dificuldades e avanços. Segundo a professora, ela tem déficit de aprendizagem e sua idade cronológica não corresponde à idade mental.

Escola Municipal Ladário Teixeira.

Entrevistas realizadas em 23/11/2016.

Anastasia: 62 anos, oriundo da região nordeste, relata que estudou quando criança, mas teve de deixar os estudos para trabalhar com aproximadamente 15 anos de idade. Hoje aposentado, faz alguns trabalhos de carpintaria, cercas e plantação. No PMEA, Anastasia parou e voltou várias vezes por algumas situações adversas. Gosta de estudar hoje, pois para ele a escola é uma “distração boa”, além de ajudar sua memória com os conhecimentos que são adquiridos.

André: 43 anos, natural de Goiatuba-GO, mudou para Uberlândia com 7 anos e “começou a trabalhar muito cedo”, o que o fez deixar a escola. André está no PMEA há aproximadamente 3 meses e, como trabalha em um armazém, na área de separação, diz que busca escolaridade para ter um emprego melhor. Sem estudar a mais de 30 anos, um dos maiores desafios de

continuar é o cansaço físico, pois “trabalha no pesado” e acha difícil conciliar estudo e trabalho.

“Zilá”: Com 48 anos “Zilá”, que por não gostar de seu nome (embora o me tenha dito), quis ser identificada na pesquisa apenas pelo apelido. Zilá diz que não gosta sequer de que a professora pronuncie seu nome na chamada, foi quando a professora me disse que só a chama pelo apelido, para não contrariar a aluna. Cuidadora de idosos, Zilá esteve por 30 anos sem estudar. Natural da Paraíba-RN, veio para Minas Gerais com 10 anos e constantemente a família se mudava. Filha de analfabetos, começou a trabalhar com 12 anos, o que a afastou da escola. Há aproximadamente 6 meses no PMEa, sonha em realizar seu maior desejo: tornar-se enfermeira. Relata que tem muitas dificuldades na aprendizagem devido o tempo longe da escola, mas que está com muita determinação. Foi uma figura muito interessante na pesquisa, pois no intervalo me procurou para conversar sobre diversos assuntos pessoais referentes à sua vida familiar e me fez prometer que, se esforçando, conseguira fazer o curso superior de enfermagem. Conversei muito com a mesma sobre isso e disse que reconhecia que não seria fácil, mas que acredito que ela pode sim chegar a universidade e ser uma excelente profissional lidando com os idosos, que é o que mais gosta de fazer.

Amador: 49 anos, natural de Minas Gerais, veio para Uberlândia com 5 anos de idade. Filho de mãe analfabeta e o pai sabendo ler pouco. Começou a trabalhar aos 10 anos, o que o impediu de estudar. Atualmente Amador é aposentado e diz ter trabalhado em diversos setores como construção civil, granjas, transporte de trator e outros. Está há 3 anos no PMEa e diz já ter aprendido bastante, mas que deseja mais para conseguir tirar habilitação. Amador, que anda de bicicleta, tem esperança de ter a CNH para inclusive poder ir para a escola de carro, pois acha que facilitaria muito para ele.

Nivaldo: 77 anos, de São Gotardo, morou muitos anos na roça. Está em Uberlândia há aproximadamente 9 anos. Nivaldo exibe com orgulho sua carteira de servidor público, embora seja aposentado. Trabalhava na construção de rodovias federais. Diz que vê a escola como uma ocupação e que não tendo hoje dificuldades em ir para a escola, gosta muito, pois aprende e convive com a turma e a professora.

Dirce: 66 anos, natural do estado do Maranhão, mora em Uberlândia há aproximadamente 50 anos. Dona de casa, diz ter trabalhado desde criança na roça o que dificultava o acesso à

escola, que quase não tinha em sua região e que, depois que foi mãe, ficou impossível. Dirce tentou começar a estudar com 35 anos, mas foi impedida por problemas de saúde e que aos 48 anos tentou retomar, mas a filha teve bebê e ela ficou por conta de olhar a criança. Há 5 anos no PMEa, diz que melhorou muito na escrita e na leitura e que sempre sonhou em estudar. Hoje não encontra dificuldades em frequentar a escola, mas que não recebe incentivo dos filhos em continuar.

Vilma: 53 anos, natural de Montezuma-MG, morou alguns anos próximo da cidade de Araguari-MG e está em Uberlândia há aproximadamente 28 anos. Vilma foi uma das mulheres que muito me emocionou com sua história. Impedida de estudar, sempre teve grande prazer em trabalhar e comprar materiais escolares para os irmãos, como se o estivesse fazendo para si própria. Com 28 anos começou a trabalhar na casa de uma professora que, sabendo que Vilma era analfabeta, aproveitava os momentos de ensinar tarefa aos filhos para também ensinar Vilma um pouco da leitura e da escrita. Vilma, que trabalhou nessa residência por 12 anos, disse que aproveitou muito disso para aprender um pouco, mas que assim que os filhos da patroa foram crescendo e não dependendo mais da mãe para os deveres escolares, ficou sem a oportunidade de continuar aprendendo. Vilma relata com tristeza que quando se casou achou que poderia estudar, mas o marido que era caminhoneiro, a impediu de frequentar a escola. Frequentando o PMEa há 1 ano, disse que agora é possível pois ficara viúva, não tendo ninguém mais para impedi-la. Pensionista, morando sozinha, Vilma vai para a escola com transporte da prefeitura e a professora diz que a mesma não falta de jeito nenhum. Com brilho nos olhos, de fala tímida e muito discreta, afirma que hoje realiza o sonho de uma vida ao poder ir para a escola e que seu incentivo é ela mesma, pois adora pegar sua mochila com os materiais para ir estudar, que sente uma felicidade plena nisso e que tem mudado sua vida completamente, pois agora consegue ler a Bíblia e deseja realizar um sonho ainda maior: ajudar, ensinar aqueles que assim como ela não tiveram a oportunidade de estudar.

Crescer e Conviver III - Bairro Luizote de Freitas.

Entrevistas realizadas em 24/11/2016.

Carmélia: 75 anos, natural de Recife-CE, vive há aproximadamente 40 anos em Uberlândia. Hoje aposentada, teve 8 filhos e sempre foi “dona de casa”. Filha de pais analfabetos, era a mais velha de 13 filhos e desde pequena tinha a tarefa de cuidar dos outros 12, não podendo frequentar a escola, ainda que constantemente chorasse, queixando-se aos pais. Os irmãos estudaram até a 4ª

série do primário e logo também deixaram a escola para trabalhar, pois segundo ela era uma família muito pobre. Está no PMEIA há 5 anos e diz que tudo em sua vida mudou. Embora muitas vezes tenha de falta à aula para cuidar do esposo, diz estar feliz com a escola, pois hoje assina seu nome, é capaz de abrir uma conta no banco e sabe ler. Carmélia diz que “quem não lê é cego de guia”. Reside no bairro Morada Nova e vai de ônibus para o centro e relata que sabendo ler, isso não é uma tarefa difícil.

Rosana: 77 anos, natural de São Gotardo-MG, está em Uberlândia há 33 anos e mora no bairro Luizote, próximo ao centro Crescer. Há 5 anos no PMEIA, disse nunca ter estudado, pois morava na roça e a avó não permitia que fosse à escola. Rosana que teve 13 filhos sempre fez questão de que esses estudassem e hoje cuida de um dos filhos que tem deficiência. Doméstica durante toda a vida, disse ter sofrido muito com o marido que tinha problemas com álcool e acredita que se tivesse estudado no tempo regular, seria uma pessoa ainda mais especial hoje.

José: 74 anos, natural de Caipônia-GO, mora há 14 anos em Uberlândia – no bairro Santo Inácio, tendo de pegar 2 ônibus para ir para a aula. José está há aproximadamente 8 anos no PMEIA e veio para Uberlândia para acompanhar os filhos. Aposentado como motorista do estado de Goiás, era filho de pais analfabetos, começou a trabalhar com 8 anos de idade sendo babá. Aos 12 foi “candiar boi”, ficando 40 anos trabalhando em fazenda e 20 anos como motorista. Na fazenda pode estudar um pouco, pois levava os filhos para estudar a noite e assistia às aulas aprendendo principalmente matemática. Com pouca leitura, disse ter enfrentado o problema de não conseguir validar sua CNH, tendo de ser removido do local de trabalho e disse não ter perdido o emprego porque era concursado. Diz-se muito incentivado pela esposa e filhos a ir para a escola, pois depois de ter tido um AVC (acidente vascular cerebral) a escola foi uma excelente ocupação para que tenha ânimo de sair e ter algo para fazer, uma vez que não consegue mais realizar atividades “pesadas” que era acostumado.

Zenaide: 85 anos, natural de Goiânia-GO, em Uberlândia há 50 anos e a 3 frequentando o PMEIA. Tendo morado na roça durante a infância, foi impedida pelo pai de frequentar a escola, tendo apenas 1 irmão que conseguiu formar. Zenaide que já foi proprietária de restaurante e pensionato, disse que na infância aprendera algumas coisas com a avó, que era professora. Hoje, viúva e aposentada, vai para a escola “para ter o que fazer”, pois mora sozinha e gosta muito da professora e dos colegas, daí o incentivo de pegar 3 ônibus para ir para a escola (reside no bairro Martins). Zenaide diz esquecer muito das coisas que aprende,

pois “a cabeça não ajuda” e sente muito cansaço. Relata com orgulho ter formado os filhos em engenharia e filosofia, mas se sente deprimida, pois esses não tem tempo para ela. Muito simpática, dona Zenaide me convidou por diversas vezes a ir à sua casa, para tomar café e comer bolo. A professora me disse que muitas vezes à visita junto com sua família, pois gosta muito da aluna e essa sempre faz doces para recebê-la. Dona Zenaide é uma inspiração para toda a turma – não só pela idade avançada, mas também por morar tão distante do centro Crescer e ainda assim quase não ter faltas.

Sebastiana: 69 anos, natural de Rio Grande do Norte-RN, veio para Uberlândia aos 17 anos e está há 2 no PMEa. Sebastiana disse ter estudado um pouco quando tinha 15 anos de idade, mas que logo foi impedida pelo pai que não a deixava estudar. Filha de pais analfabetos, começou a trabalhar desde muito jovem como doméstica e depois como bordadeira em uma confecção. Hoje mora sozinha, próximo ao centro Crescer e diz que muitas vezes os problemas de saúde a atrapalham de ir à escola. Como seu marido também era analfabeto (viúva), perguntei à Sebastiana se seus filhos haviam estudado e ela me disse que pouco. Para ela se ela e o marido tivessem estudo, os filhos talvez tivessem tido mais entusiasmo em frequentar a escola.

Carlos: 73 anos, natural da Bahia-BA, veio para Uberlândia em 1976 e há 8 anos frequenta o PMEa. O pai sabia ler, a mãe e sua esposa (que já faleceu) não. Carlos já trabalhou como servente de pedreiro e na rodoviária, como zelador. Segundo ele não havia escola na roça – onde passou a infância e a juventude e, por não saber ler não podia votar, o que o leva a dizer que “não era cidadão”. João diz que inclusive se recorda quando votou e que se tivesse estudado “seria outra pessoa”. Relata ter muita dificuldade hoje para ler e escrever, pois a idade não o ajuda a decorar as letras, mas considera-se um bom leitor.

Cândida: 77 anos, natural de Patos de Minas-MG. Maria conta com muita tristeza e ressentimentos sua história de ser impedida pelo pai de estudar. Diz que um pouco do que aprendeu quando jovem, foi com uma irmã que sabia ler e escrever, mas que foi “na areia do córrego”, pois sequer podia pegar em caderno e lápis. Segundo ela, fugiu cedo de casa devido maus tratos do pai, mas que ao chegar à cidade conseguiu um emprego de doméstica e a patroa também não a deixava estudar e depois de casada, foi o marido que também analfabeto a impediu. Mãe de 8 filhos, sendo que estão 6 vivos, Cândida diz sempre os ter incentivado a estudar pois sem estudo “tudo fica mais difícil na vida” e que a escola fez muita falta para ela.

Hoje frequenta o PMEa com alegria e mesmo tendo de faltar algumas vezes por problemas de saúde, vê a escola como sendo benéfica não apenas para o aprendizado, mas também pela socialização.

Francisca: 69 anos, natural de Salvador-BA, estava recentemente chegada em Uberlândia (1 ano) e veio acompanhando a filha. Estudou pouco quando criança, pois morava na roça e era de família muito pobre – a escola era longe e não tinham condições de mantê-la na escola. Francisca que mora no bairro Mansour e vai de ônibus para o Crescer, diz que “não gosta nem de lembrar” das inúmeras dificuldades que passou e hoje se sente feliz em poder estudar e a filha que fez faculdade a ajuda muito não apenas incentivando a continuar, mas também com as tarefas que a professora passa.

Luiza: 70 anos, natural de Coromandel-MG, veio para Uberlândia em 1995. Residente no bairro Jardim Patrícia, vai de ônibus para o Crescer. Quando criança estudou um pouco na roça, onde trabalhava na lavoura e depois que veio para a cidade trabalhou como doméstica. Luiza fala com orgulho que conseguiu formar todos os filhos e lamenta não ter tido a mesma sorte. Segundo ela, seu sonho era ser arquiteta.

Natália: 65 anos, natural de Estrela do Indaiá, veio para Uberlândia com 18 anos e está há aproximadamente 4 anos no PMEa. Júlia conta que ficou órfã muito cedo (não tinha pai e a mãe faleceu) e que “ficou jogada”, sem incentivo para frequentar a escola. Muito jovem começou a trabalhar de babá e doméstica e que aos 18 anos se casou, tendo 2 filhos. Tentou estudar um tempo, mas parou por medo do marido, de quem dependia e que tinha a 4ª série primária. Hoje viúva e pensionista, Natália diz estar se desenvolvendo bem na escola e que gosta da companhia dos colegas e do ambiente.

Escola Municipal Professor Eurico Silva.

Entrevistas realizadas em 24/11/2016.

Amélia: 61 anos, natural de Uberlândia, residente no bairro. Quando criança morou na roça e não frequentou a escola nesse período, mas teve experiência no Mobral, aprendendo um pouco da leitura e escrita. Amélia ainda trabalha como doméstica e espera ter outras oportunidades a partir da escola.

Janaína: 21 anos, natural de Araguari, está há aproximadamente 5 anos em Uberlândia e desde então frequenta o PMEa. Janaína que é portadora de necessidades especiais, frequentava antes a APAE e conta com uma professora de apoio que a acompanha nas aulas e demais atividades na escola – para essa professora é importante a aluna estar ali, pois se sente incluída, além de muito querida pelos colegas e funcionários. Janaína sonha em fazer pedagogia e residente no bairro Gravatás (que é próximo), vai para a escola na van do “Porta a Porta”, que segundo ela a ajuda muito a não deixar de frequentar as aulas.

César: 43 anos, está há 10 meses no PMEa e diz já ter avançado muito. Filho de pais analfabetos, quando criança estudou na roça até a 3ª série do fundamental e abandonou a escola devido às dificuldades de distância. César que trabalha de pedreiro mora na região sul da cidade e vai para a aula de carro ou bicicleta. Diz que o cansaço do trabalho dificulta muito estar ali, mas que tem perseverado para seguir em busca de melhores condições por meio da escola.

Camila: 25 anos, natural do interior de Minas Gerais. Camila estudou até a 4ª série em escola especial e está a 2 anos no PMEa. Hoje trabalha como babá e tem grande incentivo da família para continuar estudando.

Wander: 29 anos, natural do Maranhão há 6 anos mora em Uberlândia. Até os 15 anos Wander tinha estudado apenas até a 2ª série e está no PMEa há aproximadamente 10 meses. Residente numa ocupação (Glória) próxima à escola, vai de motocicleta e diz que a única dificuldade é o ciúme da esposa com o fato de ele estar na escola. Trabalhando como pintor, hoje sente muita falta de não ter estudado antes e mesmo para a profissão que tem atualmente, Wander sente muita necessidade de uma formação técnica profissional que, segundo ele, conseguirá fazer após terminar o ensino médio.

Mariana: 17 anos, natural do Ceará, mora em Uberlândia há 8 anos. Mais velha de 7 filhos, sempre teve de ajudar a olhar os irmãos e hoje estando casada e trabalhando como vendedora, tenta recuperar o tempo que perdeu, sendo incentivada pelo esposo a ir para a escola. Mariana diz que sempre compreendeu a importância da escola, mas apenas agora está tendo a oportunidade de prosseguir nos estudos sem maiores dificuldades.

Cíntia: 42 anos, natural do Maranhão, mora em Uberlândia há 19 anos. Cíntia diz que das poucas oportunidades de estudar na infância foi em escolas “meia boca”. Até os 15 anos de

idade morou com uma família que não era a sua e conta com grande ressentimento que era tratada como escrava, pois nada recebia mesmo sendo responsável por todo o trabalho na casa desde os 7 anos. Quando casou, aos 20 anos, foi morar na fazenda – o que a impediu de estudar nesse período, pois tinha de cuidar da casa e dos filhos, que segundo ela puderam estudar. Hoje residente no bairro São Gabriel (próximo ao São Jorge), Cíntia trabalha num Posto de Saúde da Família como Auxiliar de Serviços Gerais e está no PMEa há 4 meses e diz que lê bem, mas tem dificuldades com a escrita e voltou para a escola pois pretende prestar concurso, ainda que seja na área que já trabalha pois atualmente tem contrato temporário.

Cassiane: 44 anos, natural de Santo Amaro-SP, reside há 3 anos em Uberlândia. Estudou até a 4ª série do fundamental, mas foi abandonada pela mãe, tendo de começar a trabalhar desde os 10 anos de idade – como babá, fazendo faxina e até mesmo artesanato, passando por muitas dificuldades. Hoje trabalha como Auxiliar de Serviços Gerais em um supermercado e está há 3 meses no PMEa. Cassiane diz escrever e ler bem e que seu esposo fez curso superior, então ele e até mesmo os filhos a ajudam com as tarefas. Embora se sinta muito cansada com o trabalho, pretende continuar os estudos, pois deseja fazer ainda uma faculdade.

Na sala de aula tem ainda um outro aluno, que segundo a professora não se comunica verbalmente e sequer os pais compreendem o porquê, pois antes ele falava normalmente. A professora diz que ele é bem assíduo e realiza todas as atividades, além de ser bem querido pelos colegas. Ela acredita que talvez seja por opção ou algum trauma que ele tenha deixado de falar, mas nem mesmo aos pais ele teria explicado o motivo.

Centro Espírita Joana D'arc.

Entrevistas realizadas em 29/11/2016.

Layene: 61 anos, natural de Ituiutaba-MG, mora há 30 anos em Uberlândia. Com muitos problemas de saúde desde a infância, Layene disse ter sofrido muito na escola quando jovem e que mudou diversas vezes, ficando muito tempo sem estudar e depois ingressou na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Layene também estudou no que antes era CEAI e hoje é Crescer e Conviver. Frequentando salas do PMEa a mais de 5 anos, se sente muito feliz em ter aprendido a ler e escrever, além de se sentir bem com a escola atualmente.

Vânia: 28 anos, natural de Uberlândia. Vânia se diz muito tímida, mas relata que estudou quando criança na APAE e que se sente muito feliz na escola.

Adriano: 60 anos. Residente próximo à escola, diz já ter estudado na infância e trabalhado com máquina de arroz, sendo hoje empresário (sócio-proprietário de uma marca de arroz), além de alugar fazenda no Rio dos Bois. Casado e pai de um filho, se diz bastante incentivado pela família a estar na escola o que para ele é também uma ocupação produtiva.

Fred: 49 anos, natural de Uberlândia, estudou quando criança e aprendeu a ler e escrever. Fred nunca trabalhou e diz que sua atividade preferida na escola e em casa é montar quebra-cabeça.

Luan: 27 anos, residente próximo da escola, já estudou em escola especial quando criança. Luan que já trabalhou em plantação de soja, hoje vende queijos e requeijão que a mãe faz, contando orgulhoso que “não dá para quem quer, pois é só dar uma volta próxima e acaba tudo”. Relata ainda que ficou pouco tempo sem estudar e que quer muito tirar carteira de motorista e além da escola vai à academia, pois gosta de manter-se ocupado.

Leonardo: 18 anos, natural de Uberlândia, está há 3 anos no PMEA. Leonardo sempre estudou e aprendeu a ler e escrever e além do PMEA frequenta também o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).

Tatiane: 49 anos, natural de Uberlândia, mora próximo e a irmã a leva e a busca na aula. Muito meiga, mostra o caderno cheio de fotografias dela e de passeios com os colegas da sala e também a professora. Diz que adora estudar e também faz aulas de piano no Conservatório Municipal, além de fazer tapetes para vender.

Glória: 53 anos, morou até os 16 anos em fazenda no estado de Minas Gerais e trabalhava em carvoaria, mudando-se constantemente devido o fluxo do trabalho. Pouco tempo morando na cidade casou-se e então voltou a morar na roça. Glória, que trabalha como gari, diz que no seu trabalho apenas precisa saber assinar o nome. Comove-se ao dizer que sempre teve o sonho de estudar e que pretende aprender a ler e escrever bem para quem sabe, arrumar um trabalho menos pesado. Mãe de três filhos, reside no bairro Morada Nova que é bem distante da sala de aula, mas como trabalha nas proximidades no período da manhã, vem de ônibus e fica direto para a aula. Seus filhos estudam e um faz faculdade o que para ela é motivo de grande orgulho

e todos a incentivam a continuar, pois veem nela essa vontade de aprender. Glória diz que seus chefes também a incentivam, inclusive não a relocaram de local de trabalho em certo momento para que pudesse ficar próxima da escola. Vaidosa, têm unhas grandes e bem pintadas e diz que sempre leva uma “troca de roupa” ao sair para poder trocar o uniforme.

Francisca: 69 anos, natural de Uberlândia e diz não ter estudado na infância, pois não era incentivada e na região onde morava (hoje bairro Dona Zumira) era difícil o acesso à escola. Francisca trabalha no Instituto Ipê de Cultura, que segundo ela é um local que trabalha com reciclagem, além de a empresa receber doações de colaboradores e por isso ela não é registrada. Antes catadora de material reciclado, foi convidada a trabalhar no instituto recebendo os materiais que os catadores levam e que seu patrão além de cobrá-la que frequente a escola, sempre pede para ver seus cadernos. Filha de pais analfabetos, sempre fez questão de que a filha estudasse e essa cursa hoje Pedagogia. Francisca diz ser muito boa em matemática, mas que tem dificuldades com a leitura/escrita, mas não pretende desistir de aprender, pois sonha em ser professora de matemática.

Fernando: 47 anos, natural de Anápolis-GO. Conta que se lembra exatamente o dia em que veio para Uberlândia, pois foi no dia da morte de Ayrton Senna (em 1994). Fernando, que anda com dificuldades e com ajuda de uma bengala, diz ter tido muitos problemas de saúde durante a vida, ficando muito tempo sem sequer poder sentar-se. Nunca trabalhou e vive com o benefício LOAS⁴⁸, mora sozinho e vai de van do “Porta a Porta”. Lê e escreve, mas com dificuldades e conta que aprendeu a “se virar sozinho” e que gosta muito de aprender, por isso sempre está presente nas aulas.

Grupo Martins Atacadista.⁴⁹

Entrevistas realizadas em 02/12/2016

Célia: 49 anos, natural de Brasília-DF, mora em Uberlândia há aproximadamente 45 anos. Estudou na infância em Brasília e Uberlândia, mas a família não demonstrava muito interesse em acompanhar os filhos nos estudos. Trabalhou na adolescência como doméstica e até

⁴⁸O Benefício da Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Fonte: INSS. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/> Acesso em Maio de 2018.

⁴⁹Anexo VII – Embora não marcado no mapa, o Setor Industrial fica nas proximidades do Setor Norte.

tentava estudar, mas “não tinha muito juízo e interesse”, segundo ela, depois teve filhos e se viu impedida de continuar, mas havia concluído a 4ª série primária. Está há 2 anos no PME/A/EJA, tem três filhos e mora com o mais velho e o caçula. Trabalhou por 8 anos num restaurante terceirizado que fica ali na empresa está há 8 anos como funcionária no Grupo Martins. Célia percebe a necessidade da escolarização e diz que vê muita dificuldade em continuar após o 9º ano, pois trabalha de 15:20 às 23:40, estendendo a jornada na maioria das vezes até 01:40 (hora-extra) e a EJA/Ensino Médio é ofertada a noite nas escolas. Disse ter perdido muitas oportunidades de melhores cargos devido à baixa escolaridade. Na empresa trabalha como conferente e separadora. Vê a sala de aula como uma ótima oportunidade, pois além de ser no trabalho, recebe o lanche, passe de ônibus, os materiais e gostaria muito que ali tivesse o Ensino Médio que é sua “visão de continuar”.

Mateus: 42 anos, natural de Ituiutaba-MG, mora em Uberlândia desde 1986. Quando criança estudou no estado de Goiás até a 4ª série primária. Está na sala há 2 anos. Trabalha na empresa como motorista/manobrista, tendo sempre exercido essa função. Disse ter tido muitos problemas em conseguir emprego devido à baixa escolaridade e hoje tem muita vontade de continuar e concluir o Ensino Médio, mas que trabalha de 05:20 às 13:40 e tem de acordar às 02:40 para pegar o ônibus da empresa, estando muito cansado para ainda ter de estudar a noite. Mateus diz ter grande incentivo de seu chefe que sempre diz que ele pode “subir na empresa”.

Silvio: 47 anos, de Araporã-MG. Em Uberlândia há 30 anos, estudou até a 4ª série primária na fazenda onde morava – o pai que sabia ler (a mãe não), incentivava, mas a falta de transporte dificultava muito. Está na sala há 2 anos e meio. Trabalha na empresa há 29 anos, tendo passado por várias funções e hoje trabalha como operador de empilhadeira. Diz que a principal dificuldade na escola é o cansaço, pois trabalha de 23:00 às 06:50 (vai para a aula, volta para casa e depois novamente para a empresa). Ele diz que a falta de escolaridade é um empecilho para crescer dentro da empresa e que pretende dar continuidade nos estudos para ter ali maiores oportunidades.

Manuel: 51 anos, natural de Quirinópolis-GO, mora há 23 anos em Uberlândia. Sempre morou na fazenda quando em Quirinópolis e veio para Uberlândia para que os filhos pudessem estudar. Na fazenda trabalhava como operador de máquina agrícola e a falta de transporte era a grande dificuldade em frequentar a escola. Manuel tem 19 irmãos e pode

estudar até a 4ª série primária, pois muito cedo teve de trabalhar na roça. O pai não era analfabeto a mãe era. Antes borracheiro, hoje trabalha na empresa como operador de empilhadeira, estando há 23 anos e meio no Grupo Martins. Está há 2 anos e meio na sala de aula e diz que a maior dificuldade é o cansaço, pois trabalha de 07:00 às 15:20. Pretende dar continuidade, pois acredita que a falta de estudos influencia muito em “não crescer dentro da empresa”.

Célio: 52 anos, natural de Ituiutaba-MG, mora em Uberlândia há 28 anos. Morou na fazenda até aproximadamente os 24 anos e ali estudou até a 4ª série primária. Com outros 11 irmãos, Célio trabalhou na lavoura e seus pais sabiam apenas escrever o nome. Trabalha há 28 anos no Grupo Martins e antes era separador, hoje trabalha como inspetor de qualidade. Trabalha de 7:00 às 15:20 e a maior dificuldade é o cansaço. Para ele ter a sala de aula na empresa foi o incentivo em retomar os estudos e já melhorou muito na aprendizagem. Pretende continuar no Ensino Médio, pois acredita que a falta de estudos atrapalha em “crescer na carreira”.

Jozeff: 52 anos, natural de Lagoa Formosa, mora em Uberlândia há 24 anos. Filho de pais alfabetizados morou e trabalhou na fazenda, onde estudou até a 5ª série primária. Jozeff diz que não gostava de estudar e reprovava muito. Há 23 anos no Grupo Martins, trabalha como conferente, mas almeja o cargo de operador de empilhadeira. Segundo ele hoje incentiva muito os filhos que estudaram até o Ensino Médio e a maior dificuldade em ele estudar é o cansaço e as obrigações do dia a dia, mas que pretende continuar, pois nunca sequer deveria ter parado porque perdeu muitas oportunidades até mesmo dentro da empresa.

DOCUMENTOS E REFERENCIAIS

Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. **Dados de Pesquisa**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e da Fundação João Pinheiro (FJP), divulgados em 2013. Disponível em:

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/uberlandia_mg Acesso em Março 2018.

Jornal Online Brasil de Fato. **PEC do Teto dos Gastos inviabilizou a educação pública no país, diz Dermeval Saviani**. Matéria de Mauro Ramos, publicada em 08 de dezembro de 2017. São Paulo-SP. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/08/pec-do-teto-dos-gastos-inviabilizou-a-educacao-publica-no-brasil-diz-dermeval-saviani/> Acesso em 05 de novembro de 2018

CERTO: **Apresentação e História**. Disponível em: www.certo.org.br/fundacao-do-certo/. Acesso em Abriu de 2018.

Diário Oficial do Município. **Decreto nº 12.623, de 5 de janeiro de 2011**. Dispõe sobre o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos na Modalidade da Educação Não Formal nas escolas municipais de Uberlândia. Ano XXIII Nº 3576. Uberlândia - MG, 07 de janeiro de 2011.

FERREIRA, Éder Alves. **O Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos (PMEA) da Prefeitura de Uberlândia: História, Características, Atuação e Sujeitos**. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (2016), sob a orientação da Profª. Drª. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

Gazeta Online. **Bolsonaro quer abolir Paulo Freire do MEC com “lança-chamas”**. Reportagem de Rafael Silva, publicada em 01 de agosto de 2018. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/eleicoes_2018/2018/08/bolsonaro-quer-abolir-paulo-freire-do-mec-com-lanca-chamas-1014142306.html Acesso em 06 de novembro de 2018.

INSS. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/> Acesso em Maio de 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxas de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil**. Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/biblioteca/274-teen/mao-na-roda/1721-educacao-no-brasil> Acesso em 14 de janeiro de 2018.

_____. **Panorama Geral da Cidade de Uberlândia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama> Acesso em 07 de março 2018.

Instituto Paulo Freire. **Projeto MOVA Brasil**. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/programas-e-projetos/projeto-mova-brasil> Acesso em 13 de setembro de 2018.

Jornal Correio de Uberlândia. **Taxa de analfabetismo em Uberlândia**. Com fontes no *Censo 2000 e 2010 do IBGE*. Disponível em:

<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/uberlandia-tem-18-mil-pessoas-analfabetas/> Acesso em 21 de agosto de 2017.

_____. **Uberlândia entre as 20 cidades melhores de se viver**. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/uberlandia-esta-entre-vinte-melhores-pais-para-se-viver/> Acesso em 07 de março 2018.

Jornal Valor Econômico. **Dados do IBGE** em relação a números de analfabetos. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/5234641/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste> Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Histórico da educação de Jovens e adultos**. Secretaria Municipal de Educação. Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE). Núcleo de Educação de Jovens e Adultos. Uberlândia-MG.

_____. **Projeto Municipal de educação de Jovens e Adultos**. Uberlândia-MG, 1989.

_____. **Consultoria do Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo**. Secretaria Municipal de Educação. Setor de Coordenação Técnica Pedagógica. Proposta para melhor viabilização do trabalho do Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo para o ano de 1994. Uberlândia-MG, dezembro de 1993.

_____. **Caderno de Orientações Eco-Político-Pedagógicas**. Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia – SME. Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE. Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – NEJA. Coordenação: Viviane Silva Ambrósio Souza. Uberlândia-MG 2012.

Revista Carta Capital Online. **“PEC do gastos trará danos graves à educação”**. Reportagem de Nathalia Tavorieri, publicada em 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pec-dos-gastos-trara-danos-graves-a-educacao> Acesso em 05 de novembro de 2018.

Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016**. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> Acesso em 05 de novembro de 2017.

TV Escola. **Paulo Freire Contemporâneo**. Documentário dirigido por Toni Venturi. 2006. Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/especiais-diversos-paulo-freire-contemporaneo> Acesso em 11 de outubro de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação** (2ª ed.). Ed. Moderna. São Paulo, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2015.

_____. **Na instalação do II Congresso Nacional de Educação de Adultos**, no Ministério da Educação a 9 de Julho de 1958. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1958/48.pdf/at_download/file Acesso em 11/2015.

DUARTE, Virgínia Helena. **Educação popular**: afinidades entre E. P. Thompson e Paulo Freire, uma perspectiva político-sociológica. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Ciências Sociais. Florianópolis, 2016, p. 27.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Editora UNESP. São Paulo, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Saberes Necessários á Prática Educativa. Ed. Paz e Terra, 1996 – 25ª edição.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária**: conceitos e práticas diversas cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v. 18, n. 1, 2012.

_____. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. Série Fundamentos. Ed. Ática. São Paulo, 1991 – 4ª edição.

JESUS, Sônia Meire S. A. de Jesus; TORRES, Lianna de Melo. **Educação e Movimentos Sociais**: tensões e aprendizagens. In: FREITAS, Anamaria G. Bueno de; SOBRAL, Maria Neide. História e memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe. (1968-2008). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. **Educação de Jovens e Adultos** – possibilidades e desafios presentes. In: Educação e o Mundo do Trabalho. Boletim Salto para o Futuro (17). Setembro de 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O dualismo perverso na escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, vol. 38, n. 1.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. In: Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MOEHLECKE, Sabrina. **As políticas de diversidade na educação do governo Lula**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a08.pdf> Acesso em março de 2018.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **As interfaces educação popular e EJA**: exigências de formação para a prática com esses grupos sociais. Educação. Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 104-110, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fzva/ojs/index.php/faced/article/view/7334/5300> Acesso em 15 de novembro de 2018.

Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 16 de Julho de 1934)**. Capítulo II “Da Educação e da Cultura”, Artigos 149 e 150.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 10 de Novembro de 1937)**. “Da Educação e da Cultura”, Artigo 129.

SAMPAIO, Marisa Narcizo. **Educação de jovens e adultos**: uma história de complexidade e tensões. In: Práxis Educacional/Revista do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – v. 5, n. 7, jan./jun. 2009 – Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2009.

SECADI. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos**: Apresentação. Ministério da Educação. Brasília, 2006.

Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. Brasília, 2014.

SILVA, Marcos A.; FONSECA, Selva G. **Ensino de História hoje**: errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.31, nº 60, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **Educação e experiência**. In: Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o Professor?** Resgate do Professor como sujeito de transformação. 10ª Ed. São Paulo: Libertad, 2003.

VIEIRA, Maria Clarisse e FONSECA, Selva G. **Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil:** experiências e desafios no município de Uberlândia – MG (anos 80 e 90).

ANEXOS

I – Ficha Individual e Histórico Escolar

II – Questionários



III – Mapa Setor Sul

IV – Mapa Setor Oeste

V – Mapa Setor Leste

VI – Mapa Setor Central

VII – Mapa Setor Norte

 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UBERLÂNDIA UMA CIDADE EDUCADORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E. M. AMANDA CARNEIRO TEIXEIRA Av. Prof. José Inácio de Souza, 1890 Tel. (0xx) 34- 3232-0701 B. Brasil – Uberlândia – MG CEP 38400-732 E-mail: emef.amandacarneiro@uberlandia.mg.gov.br Parecer C.E.E. N.º 119/2000 MG - 11/03/2000 Portaria S.E.E. N.º 408/2000 MG – 29/04/2000 Ensino Fundamental de 09(nove) anos a partir de 2007 conforme Decreto Mun. N.º 10470/2006 e Lei Federal N.º 11274/2006	 AMANDA CARNEIRO TEIXEIRA ESCOLA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL		

HISTÓRICO ESCOLAR

Estabelecimento: _____ Município: _____ Estado: _____ Mínimo para promoção: _____ Dias letivos anuais: _____ C.H. Anual: _____													
1º Ano (Série Introdutória)	VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO	Base Nacional Comum								Parte Diversificada		Situação Do Aluno	Observações
		Ling. Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Ciên.	Ed. Rel.	Artes	Ed. Fis.	Lit. ratura			
	Aproveitamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	Carga Horária									-	-		
	Faltas/horas									-	-		
Estabelecimento: _____ Município: _____ Estado: _____ Mínimo para promoção: _____ Dias letivos anuais: _____ C.H. Anual: _____													
2º Ano (1ª série)	VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO	Base Nacional Comum								Parte Diversificada		Situação Do Aluno	Observações
		Ling. Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Ciên.	Ed. Rel.	Artes	Ed. Fis.	Lit. Red. Expressão			
	Aproveitamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	Carga Horária									-	-		
	Faltas/horas									-	-		
Estabelecimento: _____ Município: _____ Estado: _____ Mínimo para promoção: _____ Dias letivos anuais: _____ C.H. Anual: _____													
3º Ano (2ª série)	VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO	Base Nacional Comum								Parte Diversificada		Situação Do Aluno	Observações
		Ling. Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Ciências da Natureza	Ens. Rel.	Arte	Ed. Fis.	Lit. ratura			
	Aproveitamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	Carga Horária									-	-		
	Faltas/horas									-	-		
Estabelecimento: _____ Município: _____ Estado: _____ Mínimo para promoção: _____ Dias letivos anuais: _____ C.H. Anual: _____													
4º Ano (3ª série)	VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO	Base Nacional Comum								Parte Diversificada		Situação Do Aluno	Observações
		Ling. Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Ciências da Natureza	Ens. Rel.	Arte	Ed. Fis.	Lit. ratura			
	Aproveitamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	Carga Horária									-	-		
	Faltas/horas									-	-		
Estabelecimento: Escola Municipal Amanda Carneiro Teixeira Estado: Minas Gerais Mínimo para promoção: 60% Dias letivos anuais: - Município: Uberlândia C.H. Anual: 833:20													
5º Ano (4ª série) Ano: 2013	VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO	Base Nacional Comum								Parte Diversificada		Situação Do Aluno	Observações
		Ling. Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Ciências da Natureza	Ens. Rel.	Arte	Ed. Fis.	Literatura/ Linguagem			
	Aproveitamento	80,0	65,0	95,0	100,0	100,0	-	-	-	-	Aprovado(a)	O aluno foi classificado Conforme Lei 9394/96 Art. 24, Inciso II, Alínea "C".	
	Carga Horária	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	Faltas/horas									-	-		

Assinatura do(a) Secretário(a) – Reg. ou Aut.
 Vilma Viana Carneiro - Aut. N.º 165873

Assinatura do(a) Administrador(a) Escolar – Reg. ou Aut.
 Marisa Bento de Moura Ochiucci – Reg. n.º 260247

Uberlândia, 10 de fevereiro de 2014

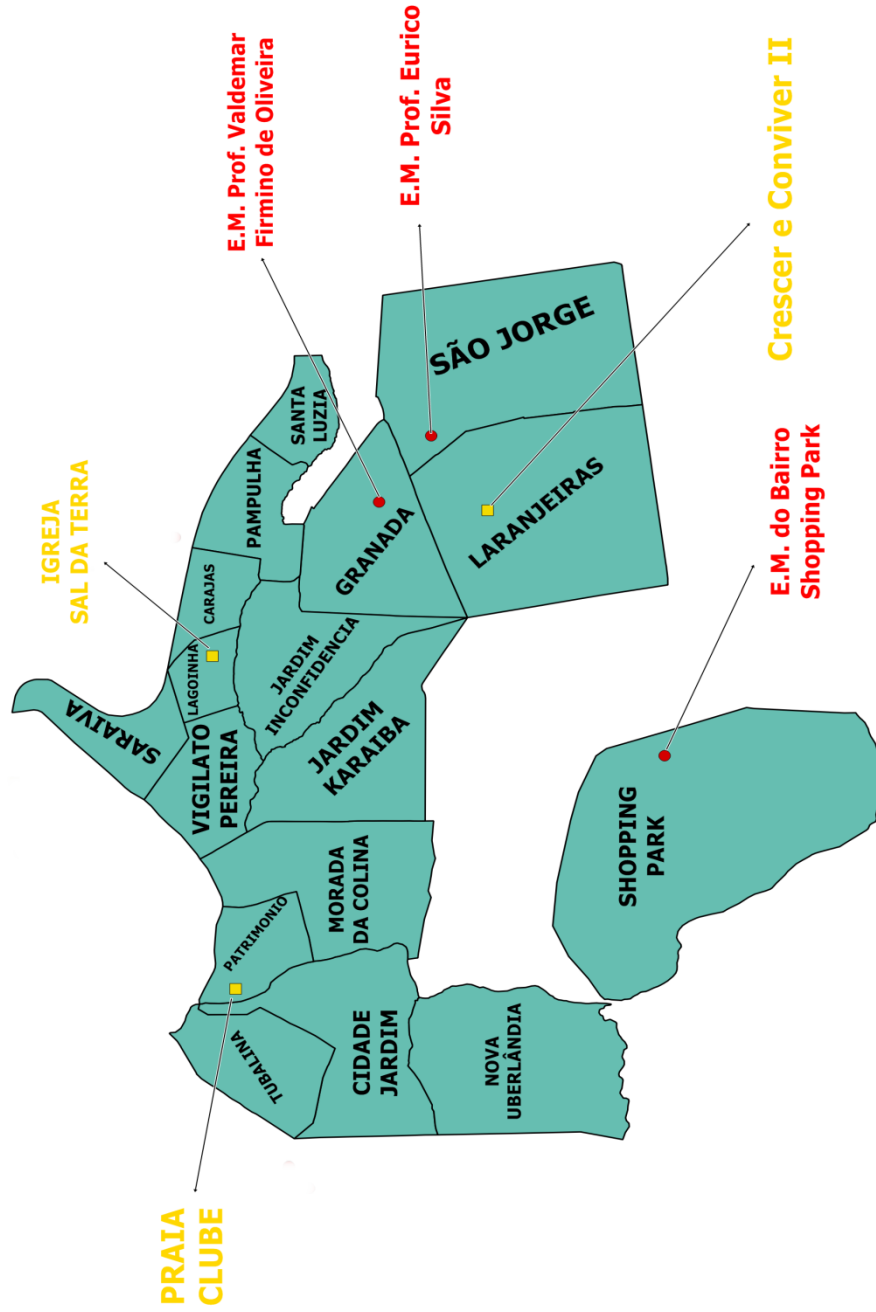


**PMEA - Programa Municipal de Educação
de Jovens e Adultos
PESQUISA: PERFIL GERAL DOS/DAS
ALUNOS/ALUNAS 2015**

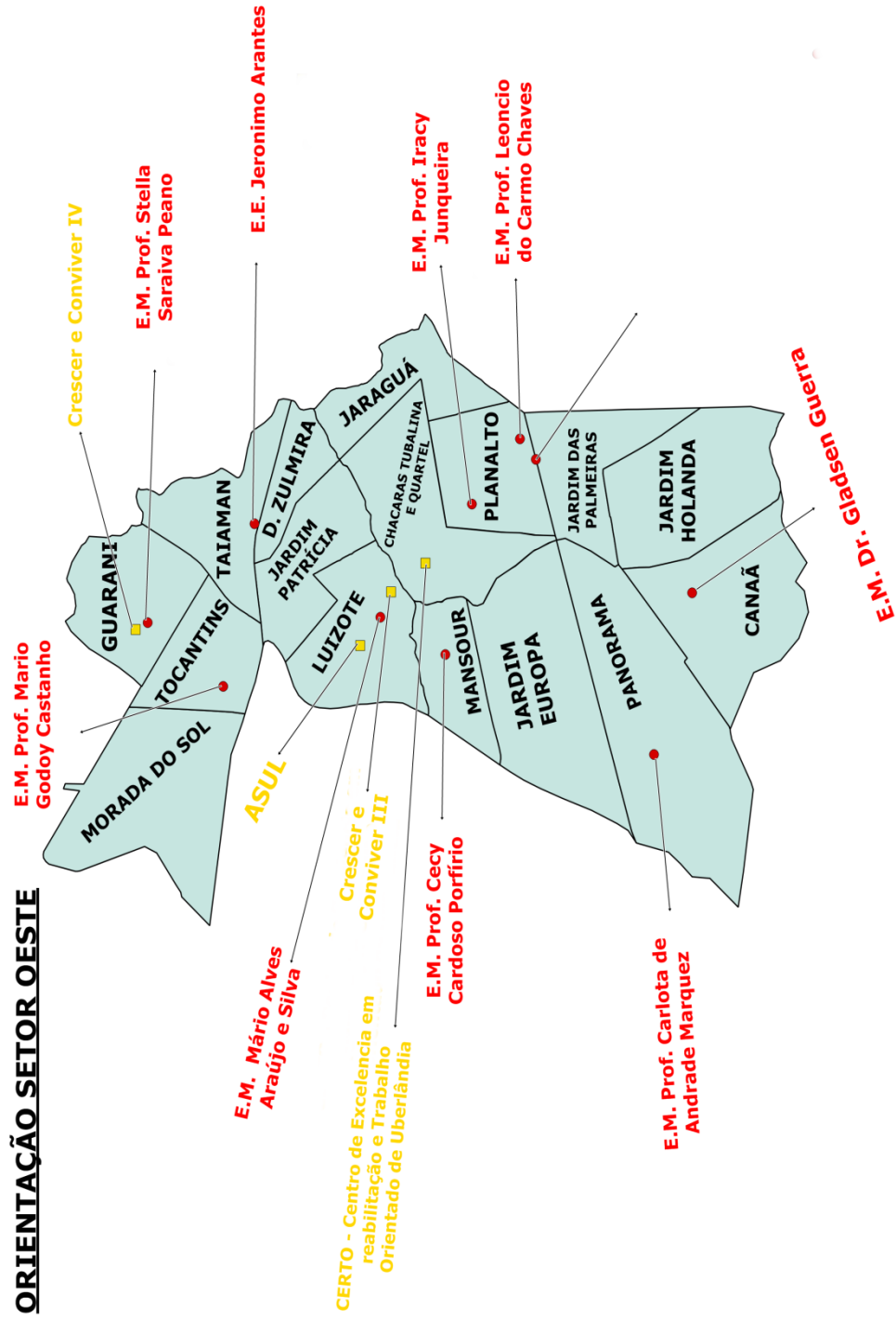
- Sexo:
 - () Feminino
 - () Masculino
- Idade:
 - () Até 15 anos
 - () De 16 a 20 anos
 - () De 21 a 30 anos
 - () De 31 a 40 anos
 - () De 41 a 50 anos
 - () De 51 a 60 anos
 - () Acima de 60 anos
- Estado Civil:
 - () Solteiro(a)
 - () Casado(a)
 - () Divorciado(a) / Separado(a)
 - () Outros
- Você nasceu em Uberlândia?
 - () Sim
 - () Não
- Cidade: _____ Estado: _____
- Quanto tempo você ficou sem estudar antes de iniciar seus estudos no PMEJA?
 - () Nunca
 - () Até 5 anos
 - () De 6 a 10 anos
 - () De 11 a 20 anos
 - () Mais de 20 anos
- Você possui um emprego? Observação: pode ser formal ou informal.
 - () Sim
 - () Não
- Por que você procurou a EJA? Observação: escolha apenas uma opção.
 - () Conseguir melhor emprego
 - () Exigência do trabalho
 - () Concluir os estudos
 - () Fazer outros cursos
 - () Outros
- Qual a principal dificuldade encontrada para continuar estudando? Observação: escolha apenas uma opção.
 - () Problemas familiares
 - () Cansaço
 - () Distância da escola
 - () Horário de trabalho
 - () Nenhuma
- Até onde você deseja ir com seus estudos?
 - () Concluir o 5º ano
 - () Completar o Ensino Fundamental
 - () Completar o Ensino Médio
 - () Fazer curso técnico
 - () Fazer faculdade

Obrigado!
NEJA

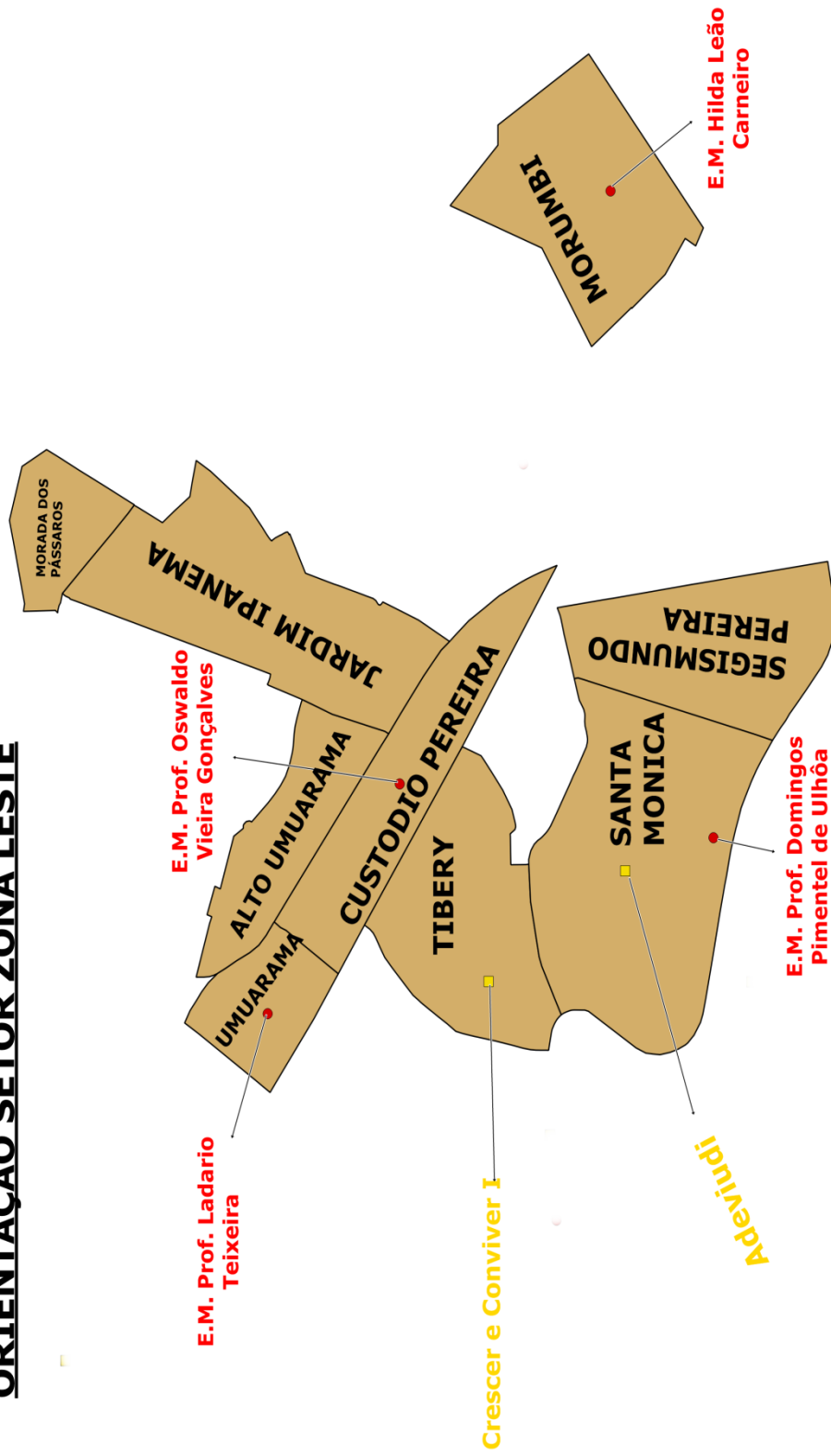
ORIENTAÇÃO SETOR SUL



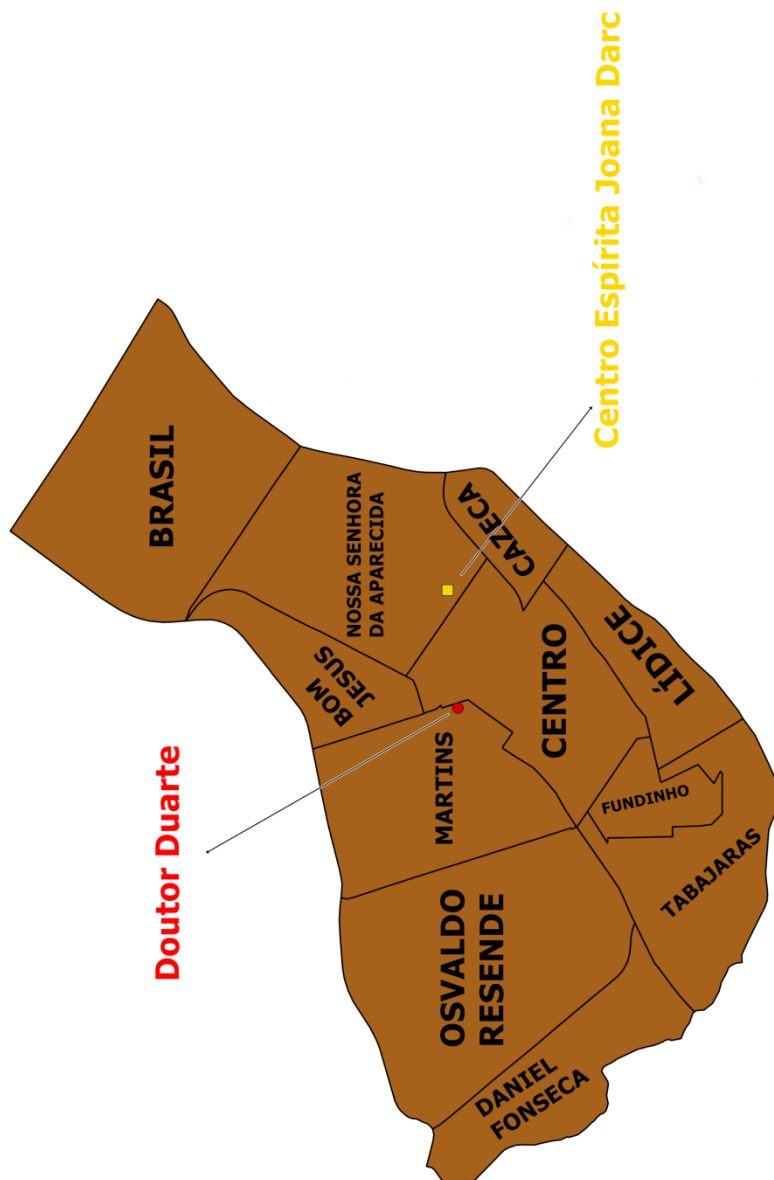
ORIENTAÇÃO SETOR OESTE



ORIENTAÇÃO SETOR ZONA LESTE



ORIENTAÇÃO ZONA CENTRAL



ORIENTAÇÃO SETOR NORTE

